

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2018



Conab Companhia Nacional
de Abastecimento

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

Blairo Maggi

Diretor-Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra

Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento (Dirab)

Jorge Luiz Andrade da Silva

Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas (Digep)

Marcus Luis Hartmann

Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização (Diafi)

Danilo Borges dos Santos

Diretora-Executiva de Política Agrícola e Informações (Dipai)

Cleide Edvirges Santos Laia

Superintendente de Estratégia e Organização

Jorge Oliveira Correia Júnior

Gerente de Planejamento Estratégico

Nilda Maria Domingos Mendes

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2018



Conab Companhia Nacional
de Abastecimento

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ADA	Ação de Distribuição de Alimentos
AGF	Aquisição do Governo Federal
AUDIN	Auditoria Interna
CETI	Comitê Executivo de Tecnologia da Informação
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Adm de Participações Societárias da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CNPB	Código Nacional de Plano de Benefícios
COAUD	Comitê de Auditoria
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Conselho de Administração
CONFIS	Conselho Fiscal
CPR	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DIGEP	Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informação
DIREX	Diretoria Executiva
ePING	Arquitetura de Padrões de Interoperabilidade
GEPLANES	Gestão do planejamento
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IG-SEST	Indicador de Governança
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDV	Programa de Demissão Voluntária
PEP	Prêmio para Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPM – Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtores da Sociobiodiversidade
PPA	Plano Plurianual
PROGE	Procuradoria-Geral
PROVB	Programa de Venda em Balcão

RAP	Restos a Pagar
RLC	Regulamento de Licitações e Contratos
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SIFISC	Operação do Sistema de Estoques
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SUARM	Superintendência de Armazenagem
SUCOR	Superintendência de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF	Superintendência de Informação do Agronegócio
SULOG	Superintendência de Logística e Operações
SUMAC	Superintendência de Marketing e Comunicação
SUORG	Superintendência de Estratégia e Organização
SUOPE	Superintendência de Operações Comerciais
SUPAB	Superintendência de Abastecimento Social
SUPAF	Superintendência de Agricultura Familiar
SUREG	Superintendência Regional
STN	Secretaria de Tesouro Nacional
TCU	Tomada de Contas DA União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidades da Federação

SUMÁRIO

1- Apresentação	7
1.1- Mensagem do Dirigente máximo da Entidade	7
2- Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	8
2.1- Estrutura organizacional	11
2.2- Ambiente externo	12
2.3- Modelo de negócios	13
3- Planejamento estratégico e governança	14
3.1- Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades	14
3.2- Principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas	17
3.3- Descrição das estruturas de governança	18
4- Gestão de Riscos e Controles Internos	20
5- Resultados da Gestão	24
5.1- Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos (ou cadeia de valor) e às prioridades da gestão	24
6- Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão	44
6.1- Declaração do presidente do Conselho de Administração da Conab	44
6.2- Gestão orçamentária e financeira.....	45
6.3- Execução de investimentos	45
6.4- Restos a pagar	46
6.5- Gestão de pessoas	47
6.6- Gestão de licitações e contratos	52
6.7- Gestão patrimonial e infraestrutura	53
6.8- Gestão da tecnologia da informação	55
7- Demonstrações Contábeis	60
7.1- Declaração do contador e/ou opinião dos auditores externos	60
7.2- Demonstrações contábeis	64
7.3- Notas Explicativas	78
8- Outras informações relevantes	95
8.1- Indicadores monitorados nas superintendências regionais	95
8.2- Indicadores monitorados na matriz na perspectiva suporte	96
8.3- Tratamento de determinações e recomendações do TCU	98
9- Anexos e Apêndices	104
Declaração de Integridade, pelos responsáveis pela Governança, do relato integrado, conforme estabelece a Estrutura Internacional para o Relato Integrado.	112
Referências	113

1 - APRESENTAÇÃO

1.1- Mensagem do Dirigente máximo da Entidade

A Conab desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do meio rural brasileiro. Estamos presentes desde a garantia de renda do pequeno produtor até a geração de conhecimento que impacta na movimentação das bolsas de mercadorias. Somos um importante braço de distribuição da produção: desde o abastecimento de milho para pequenos criadores até a estabilização de preços de commodities em nível nacional.

A empresa está presente em todas as regiões brasileiras, com superintendências nos 26 estados e no Distrito Federal, além de unidades armazenadoras compostas por armazéns convencionais, graneleiros, portuários, etc. A Conab possui importância estratégica ao oferecer ao Governo Federal informações técnicas para embasar a sua tomada de decisão quanto à elaboração de políticas voltadas à agricultura, bem como tem a responsabilidade de executar estratégias de inclusão social com ênfase na geração de emprego e renda. Ela também participa, como órgão executor, de programas e ações governamentais que contribuem para o bem-estar de comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Ao aceitar o desafio proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para modernizar o Relatório de Gestão, a Conab procurou dar transparência aos seus resultados operacionais e administrativos, prestando contas de forma clara, objetiva e acessível.

Este documento inicia com uma apresentação geral da visão organizacional, análise estratégica do ambiente e definição do modelo de negócios – fundamental para compreensão do cenário no qual a Conab atua e para uma avaliação completa das demais informações. Também são apresentados o planejamento estratégico, as ferramentas de governança implantadas ou em implantação e os riscos identificados.

A seguir são apresentados os resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades elencadas pela gestão da empresa em confrontação com a alocação de recursos, de forma a demonstrar a eficiência e a conformidade legal de áreas relevantes.

Por fim, são apresentadas os balanços contábeis nos moldes determinados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), incluindo – além das demonstrações em si – a declaração do contador responsável, as notas explicativas e outras informações relevantes.

Vale ressaltar que os resultados aqui apresentados são fruto do trabalho de toda a equipe da Conab durante o exercício de 2018 – num esforço coletivo de fazer cada vez mais e melhor pelo meio rural brasileiro.

2- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			CNPJ: 26.461.699/0001-80
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Código SIORG: 2114	Código LOA: 22211	Código SIAFI: 22211	
Contatos			
Telefones/Fax: (61)3312-6000 / (61)3312-9058			
Endereço Postal: SGAS Quadra 901, Bloco A, Lote 69, CEP 70390-010 - Brasília/DF			
Endereço Eletrônico: conab@conab.gov.br			
Página na Internet: http://www.conab.gov.br			
Identificação dos administradores			
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Presidente da Conab	Francisco Marcelo R Bezerra	***.486.791-**	01/01/18 a 31/12/18
Membros do Conselho de Administração			
Sec-Executivo MAPA	Eumar Roberto Novacki	***.595.981-**	01/01/18 a 31/12/18
Representante 1 MAPA	Raphael Vianna de Menezes	***.027.474-**	01/01/18 a 31/12/18
Representante 2 MAPA	Alexandre Pontes Pontes	***.905.770-**	01/01/18 a 31/12/18
Representante MPOG	Antonio Sávio Lins Mendes	***.613.714-**	01/01/18 a 31/12/18
Representante Conab*	Francisco Marcelo R. Bezerra	***.486.791-**	01/01/18 a 06/07/18
Representante dos Empregados*	Vago	n/a	07/07/18 a 22/07/18
	Francisco de Assis X. Segundo	***.584.914-**	23/07/18 a 31/12/18
Representante Independente 1**	Fernando Coimbra Júnior	***.595.504-**	23/07/18 a 31/12/18
Representante Independente 2**	Rafael Asfora de Menezes	***.401.264-**	20/08/18 a 31/12/18
Diretoria Executiva			
Diretor Executivo de Operações e Abastecimento	Jorge Luiz de A. da Silva	***.007.708-**	01/01/18 a 03/10/18
	Fernando José de P. C. Fonseca	***.356.791-**	04/10/18 a
Diretora Executiva de Política Agrícola e Informações	Cleide Edvirges S. Laia	***.438.446-**	01/01/18 a 31/12/18
Diretor Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização	Danilo Borges dos Santos	***.620.601-**	01/01/18 a 03/10/18
	Waldenor Cezário Mariot	***.337.239-**	04/10/18 a 31/12/18
Diretor Executivo de Gestão de Pessoas	Marcus Luis Hartmann	***.689.249-**	01/01/18 a 31/12/18

Substituições - Presidente e Diretores Executivos	
Danilo Borges dos Santos	Substituiu Marcus Luis Hartmann no período de 02/01/18 a 23/01/18.
Marcus Luis Hartmann	Substituiu Danilo Borges dos Santos no período de 24/01/18 a 07/02/18
Francisco Marcelo R. Bezerra	Substituiu Cleide Edvirges S. Laia no período de 30/01/18 a 09/02/18
Danilo Borges dos Santos	Substituiu Marcus Luis Hartmann no período de 09/04/18 a 23/04/18.
Francisco Marcelo R. Bezerra	Substituiu Jorge Luiz de A. da Silva no período de 09/08/18 a 17/08/18.
Danilo Borges dos Santos	Substituiu Marcus Luis Hartmann no período de 06/08/18 a 10/08/18.
Danilo Borges dos Santos	Substituiu Marcus Luis Hartmann no período de 27/08/18 a 31/08/18.
Francisco Marcelo R. Bezerra	Substituiu Cleide Edvirges S. Laia no período de 10/09/18 a 23/09/18
Francisco Marcelo R. Bezerra	Substituiu Cleide Edvirges S. Laia no período de 13/11/18 a 16/11/18
Fernando José de P. C. Fonseca	Substituiu Marcus Luis Hartmann no período de 27/11/18 a 29/11/18.

*O cargo "Representante Conab" foi substituído pelo cargo "Representante dos Empregados".

**O cargo "Representante Independente" foi instituído a partir do segundo semestre de 2018.

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab é uma empresa pública federal, com sede em Brasília, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. A Companhia foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos - Cobal e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional.

A Companhia está presente em todas as regiões brasileiras, com superintendências nos 26 estados e no Distrito Federal, além de mais de 90 Unidades Armazenadoras - UA, como armazéns convencionais, graneleiros, portuários, etc., que são capazes de estocar diversos produtos agrícolas e garantir o suprimento alimentar da população. Sua missão é promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas.

A Conab possui importância estratégica ao oferecer ao Governo Federal informações técnicas para embasar a sua tomada de decisão quanto à elaboração de políticas voltadas à agropecuária e ao abastecimento. Para isso, fornece informações detalhadas e atualizadas sobre a produção agropecuária nacional, por meio de levantamentos de previsão de safras, de custos de produção e armazenagem, de posicionamento dos estoques e de indicadores de mercado, além de estudos técnicos que viabilizam a análise do quadro de oferta e demanda, dentre outros dados. Seus estudos e pesquisas, bem como informações sobre as ações da empresa, estão disponíveis para toda a sociedade em seu portal institucional e possibilitam a difusão geral dos dados e informações produzidos.

Além disso, a Companhia tem a responsabilidade de executar estratégias de inclusão social, que são adotadas pelo Governo Federal, com ênfase na geração de emprego e renda. Participa, como órgão executor, de programas e ações governamentais que contribuam para o bem-estar de comunidades que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional. Sua visão é ser referência como empresa de inteligência, formulação e execução de políticas públicas voltadas à agropecuária e ao abastecimento.

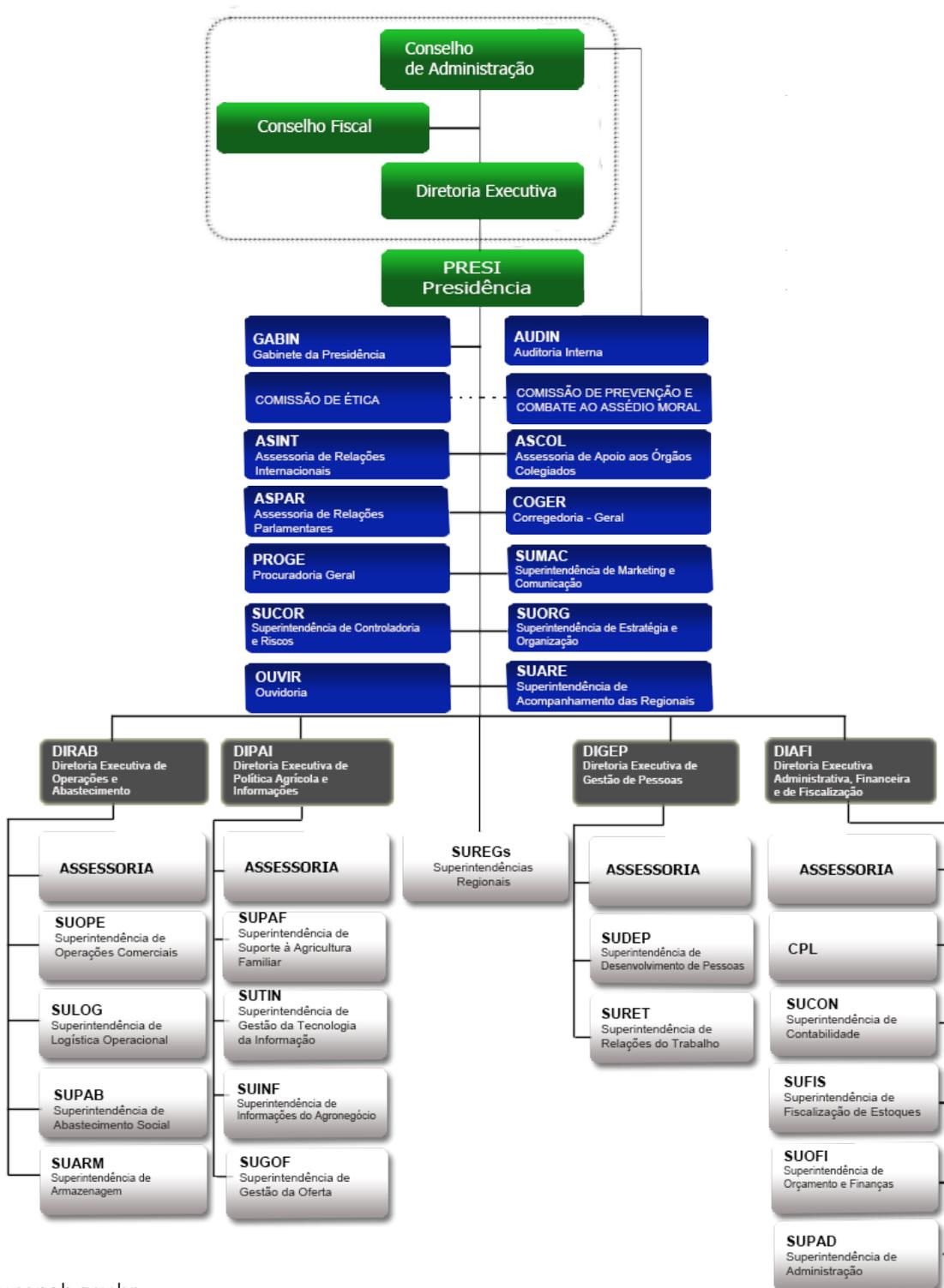
A Missão, Visão e Valores aprovados no Planejamento Estratégico da Conab são:

Missão	Visão	Valores
<p>Promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas.</p>	<p>Ser referência como empresa de inteligência, formulação e execução de políticas públicas voltadas à agropecuária e ao abastecimento.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Qualidade e regularidade na prestação de serviços públicos;• Ética e transparência em suas ações;• Confiabilidade das Informações;• Responsabilidade Social e Ambiental;• Comprometimento e valorização do corpo funcional;• Valorização do produtor rural;• Compromisso com a Sociedade.

2.1- Estrutura organizacional

Os órgãos de administração da Conab, conforme representado no organograma da empresa, são Assembleia Geral, o Conselho de Administração - Consad, Conselho Fiscal - Confis e a Diretoria Executiva - Direx. O Consad tem como membros um representante dos empregados, dois membros independentes, até três representantes do Mapa e um do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Mpog). O Confis, órgão de fiscalização da Conab, é composto de três membros efetivos e respectivos suplentes, sendo um do Tesouro Nacional e dois do Mapa que são eleitos pela Assembleia Geral. A Diretoria Executiva é formada pelo presidente da Companhia e seus diretores: de Política Agrícola e Informações; de Operações e Abastecimento; de Administração, Finanças e Fiscalização; e de Gestão de Pessoas.

Figura: Organograma Conab (2018)



Fonte: www.conab.gov.br

2.2- Ambiente externo

A Conab tem por objetivo participar do processo de formulação e execução de políticas para o setor agropecuário e de abastecimento, com vistas ao desenvolvimento da agricultura nacional e de sua cadeia produtiva. Institucionalmente deve atuar de forma proativa, na execução, elaboração e no encaminhamento de propostas ao MAPA.

Deste modo, o adequado direcionamento estratégico da Companhia pode levá-la a aproveitar oportunidades, não só de ampliar como também de fortalecer a execução das estratégias de inclusão social e geração de renda adotadas pelo Governo Federal, impulsionada pela captação de recursos constitucionais (emendas parlamentares e captação internacional) que venham a contribuir com a missão estratégica da Conab.

Assim, oportunidades no campo de atuação da Conab, relaciona-se à promoção do bem-estar de comunidades social e ambientalmente vulneráveis para as quais existe a nível nacional e internacional uma forte necessidade e tendência de apoio para projetos e financiamentos. Nesse sentido, são diversos os programas e ações governamentais executados pela Companhia, relacionados a esta atuação, tais como: PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos, com os seus instrumentos: AGF – Aquisição do Governo Federal; PEP – Prêmio para o Escoamento do Produto; PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural; PROP – Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda; PGPM – Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtores da Sociobiodiversidade; Leilões públicos de estoques oficiais; Movimentação dos Estoques Públicos; Fiscalização do Seguro Rural; PGPAF - Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar; Prohort - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro; Refap - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos; Gestão de Estoques Públicos; Contrato de Opção de Venda; Programa de Vendas em Balcão e Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, com suas modalidades de Compra Direta, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoques – CPR-Estoque, PAA-Leite e Compra Institucional e Aquisição de Sementes. Destaca-se também a Ajuda Humanitária Internacional, executada em parceria com o PMA – Programa Mundial de Doação de Alimentos, órgão da ONU – Organização das Nações Unidas.

A Conab tem ciência que é preciso aproveitar as oportunidades relacionadas a fatores políticos, como emendas parlamentares, que podem viabilizar recursos para os projetos, em favor do agronegócio, buscar apoio político das comissões ligadas ao setor, que podem alavancar ações, e abertura de novos mercados devido ao estreitamento das relações diplomáticas com outros países. No que se refere a fatores sociais, a participação da Companhia em ações de ajuda humanitária, são oportunidades que permitem evidenciar a capacidade em atender as necessidades de regiões do Brasil e do Mundo, afetadas por calamidades. Intervenções pontuais também são oportunidades que a Companhia deve aproveitar visando evitar desabastecimento diante do aumento do consumo de alimentos, além do crescimento dos Intercâmbios de tecnologias e informações, buscando estabelecer cooperações técnicas que possibilitam à Companhia atuar de maneira mais dinâmica.

A capacidade jurídica da Conab, alinhada à sua grande capilaridade e vasta experiência, permite a atuação eficaz da Conab no sistema de abastecimento, seja de forma preventiva ou emergencial, a nível nacional e internacional. É capaz de suprir as demandas regionais e nacionais para mitigar o desabastecimento e desestabilização de preço dos produtos agropecuários. A Companhia também pode contribuir para o aumento do consumo e saúde alimentar. Para tanto, sabe que deve estar atenta as possibilidades de intercâmbio de conhecimentos para firmar parcerias (Convênio e Termos de Cooperação Técnica) que viabilize atuação mais eficaz.

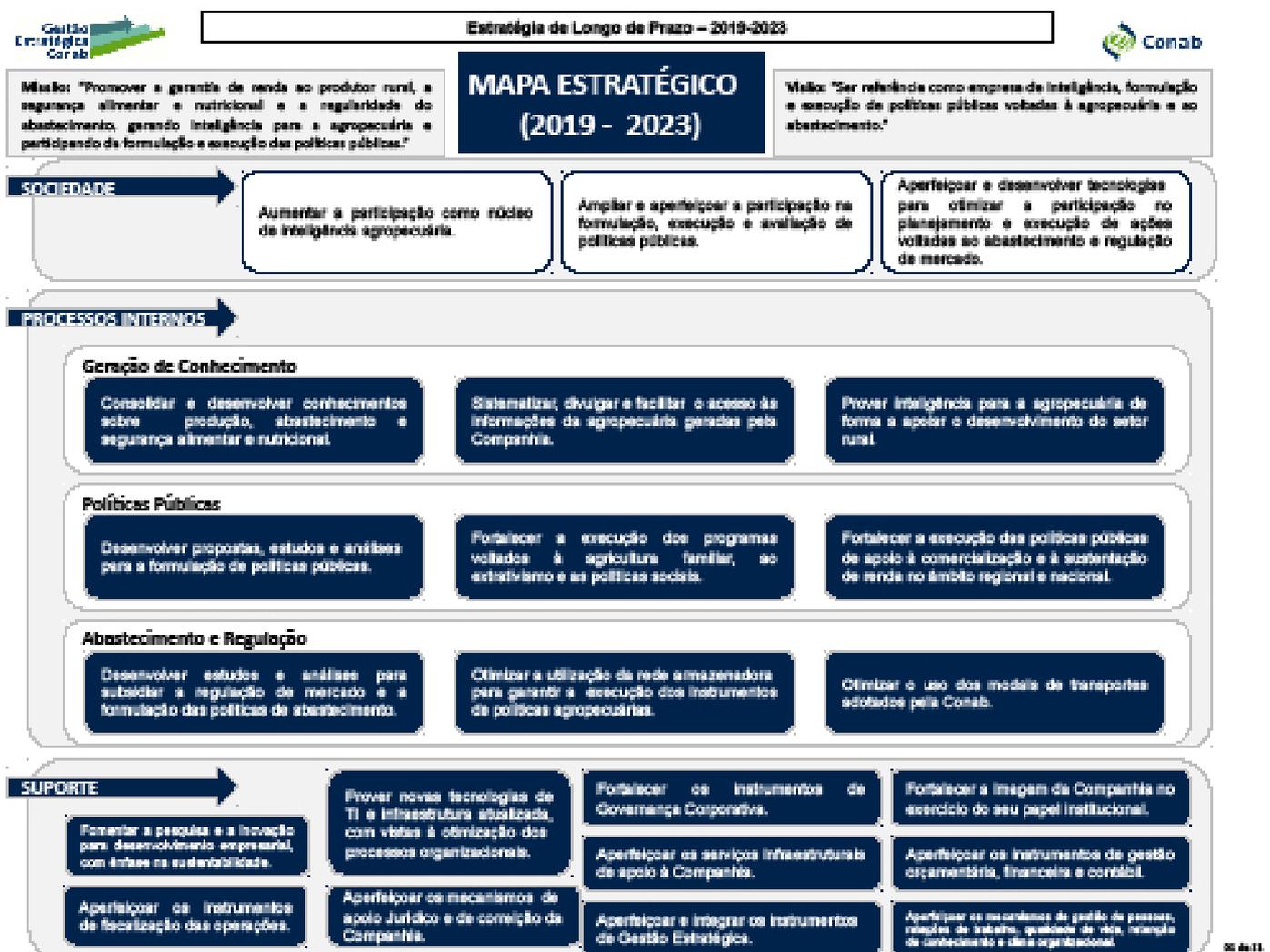
Não só oportunidades estão no campo de visão da organização, a Conab está atenta às ameaças, sobretudo, decorrentes de crises econômicas ligadas ao sistema de produção e de abastecimento, que podem afetar direta e indiretamente a área de atuação da Companhia e da execução da política fiscal que afeta diretamente os recursos destinados aos programas executados pela Companhia e seus parceiros.

3- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1- Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades

O Planejamento Estratégico da Conab para o período de 2017 a 2021, foi elaborado conforme prevê a Lei nº 13.303/2016 e encontra-se na fase de execução e controle. Informações da Missão, da Visão e das Diretrizes Estratégicas (objetivos estratégicos) da Conab, foram organizadas e alinhadas às cadeias de valor finalísticas e constam no mapa estratégico da Conab, ilustradas na figura a seguir.

Figura: Mapa Estratégico da Conab 2017-2021



Fonte: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/gestao_estrategica/Mapa_Estrategico.pdf

Baseado no Balanced Scorecard – BSC, o Planejamento Estratégico 2017-2021 da Conab contempla objetivos estratégicos classificados em 3 perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Suporte.

Na Perspectiva Sociedade, os objetivos estão diretamente relacionados ao cumprimento da Missão da Companhia: “Promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas.” Possibilitam ainda à organização alcançar sua Visão: “Ser referência como empresa de inteligência, formulação e execução de políticas voltadas à agropecuária e ao abastecimento”.

Na Perspectiva Processos Internos, os objetivos foram classificados conforme temas estratégicos que retratam o foco para os quais os processos internos (finalísticos) da Companhia estão voltados: Geração de Conhecimento, Políticas Públicas e Abastecimento e Regulação. Os detalhes sobre os indicadores, metas, resultados e estratégias estabelecidas para alcance desses objetivos estão detalhados no capítulo “Resultados da Gestão”, deste relatório.

Os objetivos classificados na perspectiva Suporte estão relacionados às áreas-meio da Conab. Os indicadores que contribuem para o alcance desses objetivos, tanto nas superintendências da matriz, quanto nas superintendências regionais estão relacionados no apêndice 1 deste relatório.

Dos 31 indicadores monitorados na Matriz, tem-se um percentual de 85,57% de alcance em relação as metas estabelecidas. Já em relação aos resultados nas Superintendências Regionais, dos 19 indicadores monitorados, tem-se um percentual de alcance de metas de 83,55%. Esses resultados têm sido alcançados pelos esforços empenhados pelos níveis táticos e operacionais da Companhia, que mesmo diante das limitações de recursos, tem buscado alternativas (parcerias, economias de recursos, uso de tecnologias para otimizar processos etc) para obter um bom desempenho.

Por outro lado, o comprometimento da Conab com os objetivos estratégicos, tem-se dado pela percepção que se tem do envolvimento da alta administração que apoia o planejamento desde sua concepção. A construção do Planejamento Estratégico foi realizada de maneira participativa com o envolvimento de todo corpo funcional, por meio de pesquisa de opinião, e envolvimento dos Superintendentes, Diretoria Executiva e Conselho de Administração. A Diretoria Executiva redirecionou esforços na retomada coordenada da gestão estratégica, participando de reuniões e oficinas, estabelecendo os rumos para a execução da proposta.

A Superintendência de Estratégia e Organização – Suorg, área ligada diretamente à Presidência da Conab, acompanha trimestralmente e anualmente os resultados alcançados pelas áreas (Matriz e Superintendências Regionais – Suregs) por meio do sistema de gestão do planejamento – Geplanes, implementado pela Companhia. Os dados para elaboração de relatórios são coletadas por meio de registros no Geplanes, realizados pelas próprias áreas (nível tático e operacional da Conab).

O Geplanes permite que sejam lançados números relativos aos resultados alcançados, mas também, justificativas que possibilita identificar os motivos relacionados aos desempenhos não alcançados, além de planos de providências que os responsáveis pelos indicadores apresentam para viabilizar o alcance dos resultados.

O processo de elaboração, execução e monitoramento do planejamento, tem levado a Companhia a avançar, de maneira significativa, o nível de consciência estratégica dos gestores. Os gestores se mostram mais críticos em relação aos seus próprios indicadores e metas e de como estes contribuem para o alcance dos objetivos definidos. Algumas práticas adotadas contribuíram para disseminar a cultura do Planejamento Estratégico, entre elas, o próprio monitoramento dos resultados, trimestral e anualmente, as reuniões de avaliação de indicadores, a importância dada ao planejamento pela alta cúpula da Companhia, que passou a analisar resultados e solicitar justificativas e planos de providências de áreas que não cumpriram metas. O Geplanes, implementado pela Companhia para monitorar os resultados também evidenciou junto aos gestores a importância dada ao planejamento, ao passo que dinamizou este processo, tornando-o mais ágil, econômico e transparente.

É importante ressaltar que, se necessário, objetivos e metas devem ser revistos e ajustados conforme as exigências do Negócio. Deste modo, nas Revisões e Avaliação da Estratégia - RAE, a partir de consultas e entrevistas realizadas com os atores envolvidos nesse processo, a Conab busca, uma vez por ano, discutir e revisar a adequação de objetivos, indicadores e metas constantes do planejamento. Em 2018, as solicitações de adequação de indicador ou meta foram encaminhadas à Suorg, por meio de formulários onde as áreas apresentaram as solicitações de adequação de seus indicadores, com respectivas justificativas.

O planejamento trouxe mudanças que refletem no comportamento de todas as áreas da Companhia, que orientadas por objetivos e metas claramente definidos, passam a focar esforços e recursos em questões consideradas estratégicas para a organização. Acredita-se que está em curso uma mudança de comportamento, com tendência à internalização da cultura do planejamento.

Ressalta-se que a Conab desenvolveu e implantou seu planejamento com recursos humanos e materiais próprios, sem contratação de consultoria, o que representou um desafio, pela busca de identificar metodologia adequada e aplicá-la.

Por fim, ressaltar-se que o Planejamento da Conab está alinhado ao Plano Plurianual - PPA 2016-2019. A Conab insere-se no PPA 2016-2019 por meio do Programa 2077 - Agropecuária Sustentável, diretamente vinculado ao MAPA, participa com o Objetivo 1051 "Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias", e possui 2 Metas (04BD; 04BF) e 11 iniciativas ((05CC; 05CD; 05CW; 05CX; 05CY; 05CZ; 05Do; 05D1; 05D2; 06HP; 06I7). Indiretamente participa do Programa 2069 – Segurança alimentar e nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, com o objetivo 0380 "Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável." O monitoramento dessas metas, iniciativas e objetivos é realizado pelo MAPA, no Sistema de Gestão Integrada – SGI, disponível em <sistemasweb.agricultura.gov.br> e, seu alinhamento aos objetivos estratégicos e finalísticos da Companhia, está no apêndice 2.

Para sua implementação, com foco nas áreas finalísticas, no Programa 2077, a Conab conta com três Ações Orçamentárias: 20Y7, 2130, 2137, cujos Planos Orçamentários – POs relacionados e o alinhamento aos objetivos do Plano Estratégico, encontram-se no apêndice 2 deste relatório. Ainda em relação as atividades finalísticas, a Conab tem participação orçamentária no Programa 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar com a ação 20GI "Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF". O monitoramento dessas Ações é realizado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, disponível em <<https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/>>.

3.2- Principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas

No exercício de 2018 a Ouvidoria recebeu e acompanhou 664 manifestações (demandas) por meio dos seus canais de comunicação, conforme exposto no quadro a seguir. Houve uma redução relativa em relação ao ano anterior. Em 2017, foram registradas 716 manifestações e em 2015, registrou 779 manifestações, com redução de 7,3 % e 8,1%, respectivamente.

Quadro: Demonstrativo das Manifestações Encaminhadas à Ouvidoria – 2018

Canal de Comunicação		Correspondência	Presencial	Site	E-mail	Total	Varição %
Denúncias	Em tramitação	0	0	0	0	0	0,00
	Solucionadas	3	0	72	19	94	0,14
	Total	3	0	72	19	94	0,14
Reclamações	Em tramitação	0	0	0	0	0	0,00
	Solucionadas	0	0	78	49	127	0,19
	Total	0	0	78	49	127	0,19
Solicitações	Em tramitação	0	0	0	0	0	0,00
	Solucionadas	0	0	344	71	415	0,63
	Total	0	0	344	71	415	0,63
Sugestões	Em tramitação	0	0	0	0	0	0,00
	Solucionadas	0	0	11	1	12	0,02
	Total	0	0	11	1	12	0,02
Elogios	Em tramitação	0	0	0	0	0	0,00
	Solucionadas	0	0	11	1	12	0,02
	Total	0	0	11	1	12	0,02
Total Geral	Em tramitação	0	0	0	0	0	0,00
	Solucionadas	3	0	516	145	664	0,00
	Total	3	0	516	145	664	100,00

Na pesquisa de satisfação realizada pela CGU em “Painel Resolveu”, pode-se encontrar vários resultados acerca das relações com os usuários. Ressalte-se que na referida pesquisa não constam os resultados do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Ainda assim, embora apenas 12% dos usuários tenham manifestado sua satisfação, em média 65,5%, encontram-se satisfeitos com os canais de acesso e as respostas da Ouvidoria, lembrando que 83% foram resolvidas dentro do prazo, enquanto 17% fora do prazo, porém todas respondidas.

No que concerne a resolutividade, constatou-se que, das denúncias apresentadas, 49% são anônimas, bem menos que o ano anterior com 76,8%.

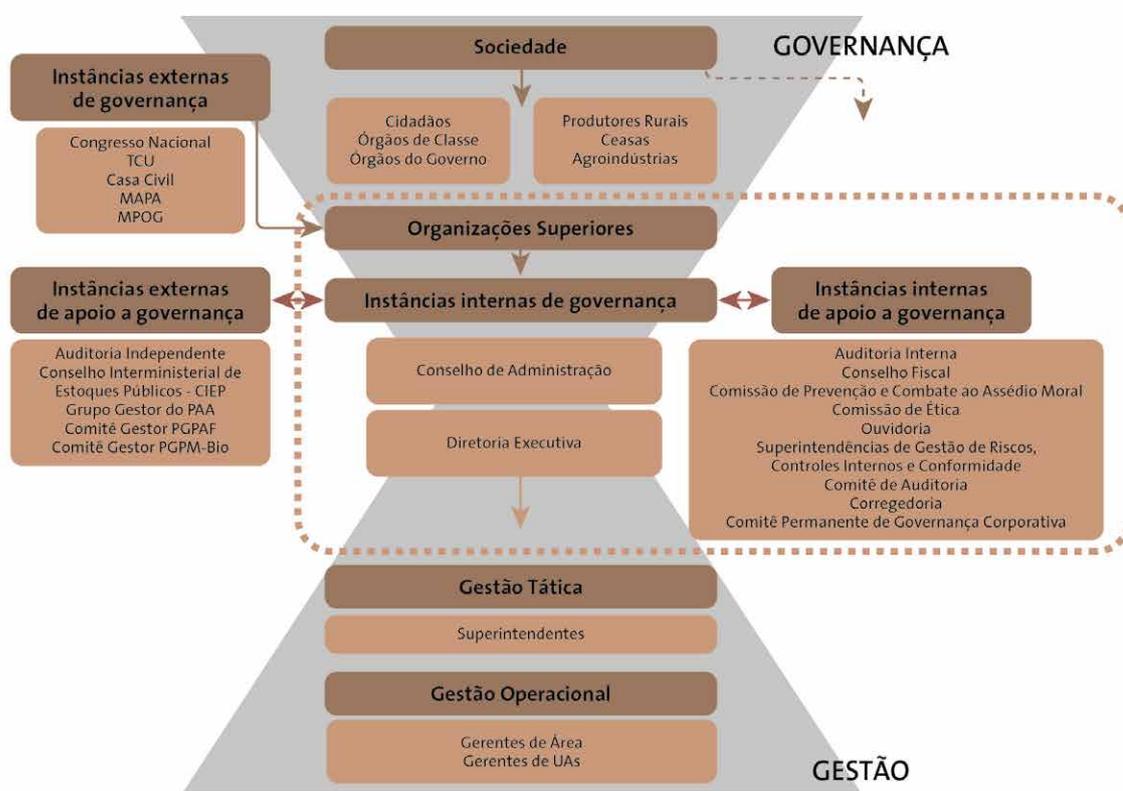
Da pesquisa de satisfação, aproximadamente, 34,5% dos usuários manifestantes, não ficaram satisfeitos com as respostas, 16% ficaram parcialmente satisfeitos e 51%, ficaram satisfeitos. Vale lembrar que, apesar de as manifestações pertencentes a organização totalizarem baixo percentual, queda de 7,3% em relação ao ano anterior, é possível inferir que boa parte das manifestações apresentadas por cidadãos, tiveram como núcleo de interesse a base de solicitações. Portanto, nesse diapasão, há 63% de solicitações ao longo de 2018, contra 33% de reclamações e denúncias, inclusive as anônimas.

No campo da Governança Corporativa e da aplicação do Código de Conduta, Ética e Integridade, a Companhia vem cumprindo as exigências legais e esforçando-se na mitigação de riscos, melhorando e buscando a conformidade no aprimoramento de seus serviços, rumo aos desafios de uma Conab mais atuante no campo

da inovação, de novas perspectivas, especialmente, no âmbito do conjunto de instrumentos da Nova Economia Institucional - NEI e da Economia de Custos das Transações - ECT, aplicados as Políticas Agrícola e Econômica.

3.3- Descrição das estruturas de governança

A estrutura de Governança Corporativa da Conab, representada na figura abaixo, tem se revelado importante meio de viabilizar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia. A Direx acompanha os resultados dos indicadores estratégicos relacionados as diversas superintendências da Conab. Em consonância a Lei nº 13.303/2016, o Consad acompanha a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e o atendimento à estratégia de longo prazo. Analisam resultados e procuram demandar justificativas por resultados não alcançados, visando identificar causas de desempenhos insatisfatórios.



Como Instâncias Externas de Governança, a Conab conta com o apoio de Auditoria Independente; Conselho Interministerial de Estoques Públicos – CIEP; Grupo Gestor do PAA; Comitê Gestor PGPAF; e, Comitê PGPM – Bio.

Como instâncias internas de apoio a governança, a Conab conta com Conselho Fiscal - Confis; Comitê de Auditoria - Coaud; Auditoria Interna - Audin; Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral; Comissão de Ética; Ouvidoria; Superintendência de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos - Sucor; Corregedoria Geral; e, Comitê Permanente de Governança Corporativa. As Instâncias Internas de Governança são o Consad e a Direx.

Em relação ao Comitê Permanente de Governança Corporativa, este foi efetivamente instituído em 2019, porém as tratativas para sua efetivação já haviam iniciado em 2018.

A Sucor fornece Relatório de Gestão de Riscos e Controles Internos à Direx, Consad, Confis e Coaud. Os titulares máximos não estatutários das áreas de Auditoria Interna, Controle Interno, Compliance, Conformidade, Gestão de Risco, Ouvidoria e Corregedoria tem seus mandatos monitorados para cumprimento da legislação vigente.

O Código de Conduta Ética e Integridade da Conab (NOC nº 10.112) foi atualizado em abril de 2018 para atender a nova realidade da sociedade e também a Lei nº 13.303/2016. Está acessível a qualquer usuário da internet, pelo seguinte link:

https://www.conab.gov.br/images/arquivos/normativos/10000sistemainstitucional/10.112codigo_de_conduta_etica_e_integridade_da_conab.pdf

É importante destacar que, pela segunda vez consecutiva, a Conab atingiu o nível 1 do Indicador de Governança IG-Sest, que verifica o cumprimento pela empresa de requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). A nota final da Companhia aumentou para 8,9, um ponto a mais em relação ao último ciclo.

A permanência da empresa no nível 1 é resultado do compromisso de todas as áreas no que diz respeito a gestão de riscos, transparência, execução do planejamento estratégico e de ações de governança. “Este reconhecimento é para a Conab e todo o corpo funcional, que continua trabalhando com foco no cumprimento de sua missão institucional”, afirmou o presidente da Conab.

O envolvimento da alta direção, com a atuação do Consad, é fundamental para que este tipo de resultado seja alcançado. As ações de conformidade implantadas e a promoção da transparência pública por meio do portal institucional foram peças-chaves para o alcance das notas 9,7 na dimensão II – Transparência das Informações, e 7,9 na dimensão III – Conselhos, Comitês e Diretoria, garantindo à Conab uma posição acima da média das estatais dependentes.

O IG-Sest é um indicador que possibilita acompanhar o desempenho da qualidade de governança corporativa das estatais federais, para fins de mensuração do cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016.

Empresas públicas podem atingir um dos 4 níveis de classificação, sendo o nível 1 o melhor deles, atribuídos com base em três dimensões: Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretorias.

O relatório é elaborado com base em informações e evidências fornecidas pelas empresas à Sest, que certifica as instituições quanto aos resultados apurados. Na primeira avaliação, realizada em 2017, a Companhia ficou no nível 3, com nota 3,65. Na segunda, feita em maio de 2018, a Conab atingiu o nível 1 e obteve nota 7,9. Os ciclos de avaliação são realizados a cada seis meses.

4- GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Conab utiliza a sua Política de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos com vista a estabelecer objetivos, princípios e diretrizes da gestão de riscos, bem como orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes e residuais de suas atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado, além de fortalecer os controles internos voltados ao melhoramento do ambiente de controle por meio de seus normativos internos.

Utiliza-se a metodologia “Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission” - COSO II ERM, projetado para criar uma “Consciência sobre riscos e controles” por toda a Companhia e tornar-se um modelo comum para a discussão e avaliação de riscos organizacionais. É um processo executado pela Sucor, com o apoio da Direx, Superintendências e Gerências.

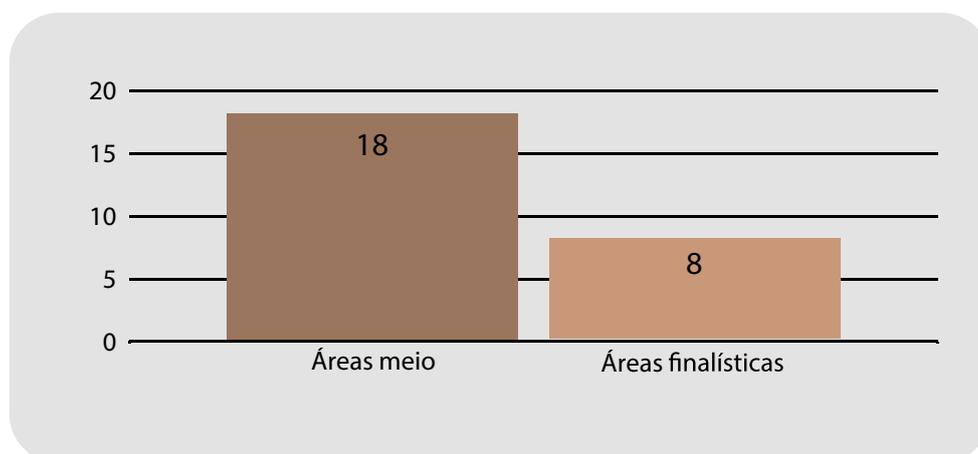
O ambiente de controle da Companhia apresenta comprometimento com a integridade e com os valores éticos, institucionalizados formalmente por meio da Norma de Organização da Conab NOC nº 10.111 – Norma de Governança Corporativa e Integridade e da NOC nº 10.112 – Código de Conduta Ética e Integridade. Este último, aprovado em abril de 2018, com sua atualização adequada à Lei das Estatais, Lei nº 13.303/16 e posteriores atos.

Em junho de 2018, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Conab aprovaram o Plano de Integridade, o qual visa benefícios como: estímulo à cultura da ética; aprimoramento da gestão de riscos; fortalecimentos dos controles internos; e, melhoria dos resultados e serviços prestados e promoção da imagem institucional. O Plano consiste em ações distribuídas entre: Comunicação e Treinamento; Padrões de Ética e Conduta; Planejamento Estratégico; Transparência; e, Controle Social. O Plano de Integridade da Conab propõe que os responsáveis pelos instrumentos previstos no seu capítulo VIII e áreas afins trabalhem juntas e de forma coordenada, a fim de garantir uma situação íntegra, minimizando os possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta.

Como forma de mitigar os riscos a Conab utiliza um ciclo de 5 passos que consistem na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

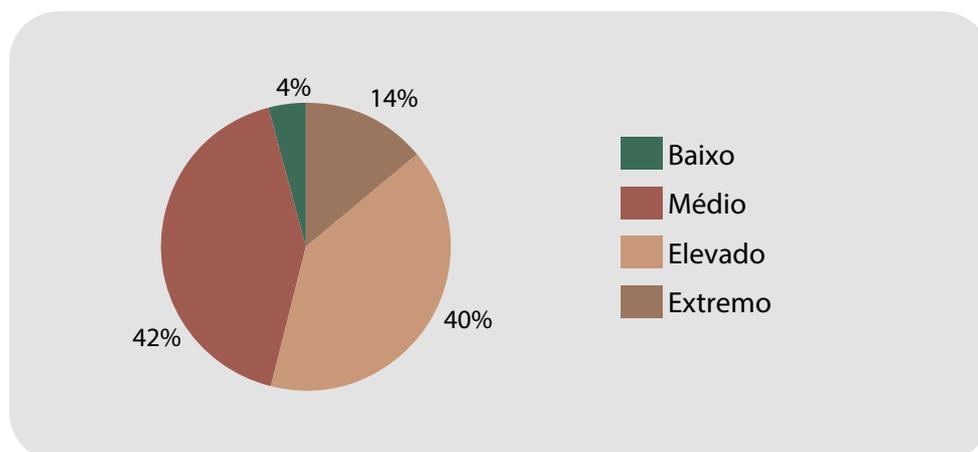
Seguindo este ciclo, a Sucor efetuou em 2018 o levantamento dos riscos em 26 fluxos de processos da Companhia, sendo 8 processos das áreas finalísticas e 18 das áreas meio da Conab.

Gráfico: Levantamento de Riscos por Processos (áreas Finalísticas e Meio)



Foram identificados 85 riscos nestes 26 processos, classificados dentro de um dicionário de riscos, utilizado como referência nos levantamentos dos riscos das diversas atividades da Conab e sob a égide da Política de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos, sendo os riscos classificados em níveis extremos, elevados, médios e baixos, conforme gráfico a seguir:

Gráfico: Classificação dos Riscos identificados em 2018(Conab, 2018)



Os riscos levantados também são classificados quanto a sua categoria. Estas categorias reúnem os cinco principais agrupamentos de riscos divididos em: estratégicos, integridade, financeiro, operacionais e regulamentar. As categorias de riscos e as principais ações de mitigação associadas a cada uma delas são detalhadas a seguir.

4.1- Riscos Estratégicos

São riscos considerados e associados às decisões estratégicas da Conab para atingir os objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se às mudanças no ambiente em que está naturalmente sujeita, sendo gerenciáveis ou não. A Conab encontra-se exposta a riscos estratégicos relacionados ao mercado, ao seu modelo de negócios, a necessidade de mudanças da sua estrutura, mudanças regulatórias e políticas.

Assim, diante da necessidade de melhorar o levantamento, acompanhamento e controle dos principais riscos estratégicos que afetam o negócio e os objetivos estratégicos da Conab, que deverão ser voltados as incertezas ou oportunidades que normalmente são os principais pontos de preocupação da alta direção, a Conab identificou a necessidade de implementação de uma metodologia baseada em “Indicadores Chave de Risco” voltada especificamente a esses riscos.

Do inglês Key Risk Indicators (KRI), os Indicadores Chave de Risco são, como o nome sugere, indicadores sobre os principais riscos aos quais uma organização está exposta. Ou ainda, são as métricas utilizadas pelas empresas para verificarem qual é o potencial de exposição a um determinado risco.

Este modelo começou a ser desenhado no ano de 2018 para implementação de seu projeto-piloto no exercício de 2019.

4.2- Riscos de Integridade

São riscos da ocorrência de eventos que possam afetar a probidade da gestão de recursos públicos e das atividades da Companhia. A Conab busca a mitigação desses riscos por meio da divulgação do seu Código de Conduta Ética e Integridade, Norma de Governança e Integridade, Plano de Integridade e outros instrumentos

de prevenção, assim como a disponibilização de treinamentos periódicos à distância, que visam alcançar todas as Superintendências da Companhia com cursos sobre a conduta ética no serviço público.

4.3- Riscos Financeiros

São riscos decorrentes da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, assim como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos e da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

4.4- Riscos Operacionais

Esses riscos se materializam em decorrência da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e na não observância dos controles internos que torna impróprio o exercício das atividades da Companhia, podendo produzir falhas na execução dos processos, perdas de produtos nas condições e prazos estabelecidos, prejuízos financeiros ou até acidentes de trabalho. A Conab atua no gerenciamento destes riscos por meio do levantamento em seus processos operacionais visando agregar valor através do redesenho dos fluxos dos processos, melhorias de suas normatizações, criando manuais de atuação e capacitando os empregados, visando fortalecer o conhecimento e continuidade de suas atividades.

4.5- Riscos Regulamentares

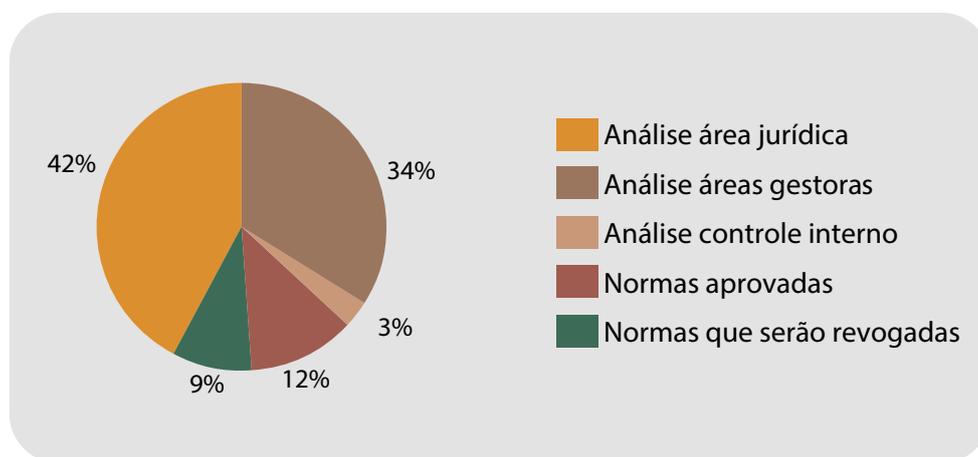
São riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas, em que a Conab busca atuar de forma ética em conformidade regulatória com os requisitos legais em suas atividades. No exercício de 2018, iniciou-se a atualização/revisão e criação dos seus normativos como forma de mitigação dos riscos regulamentares.

O processo de criação/alteração dos normativos até a sua homologação, segue um fluxo previsto na Norma de Gestão Normativa - NOC nº 60.304, iniciando geralmente com o mapeamento ou revisão do fluxo de processo, levantamento dos riscos e planos de ação, etapas que permitem a verificação das atividades de controles contidas nestes normativos, identificando elementos, como responsável pelo processo, pela segregação de funções, pela definição dos responsáveis para cada atividade dentro do processo, entre outros.

Em 2018, foi determinado, pelo Consad, a Revisão dos Normativos da Companhia, que entre outros normativos previa a revisão dos seguintes: Estatuto Social; Regimento Interno; Regulamento de Licitações e Contratos; Plano de Cargos e Salários; Plano de Funções; e, Estratégia de Longo Prazo 2019/2023 e Plano de Negócios 2019.

Essa determinação do Consad contribuiu para o aprimoramento dos controles das normas revisadas, ao todo, foram analisadas 67 normas. Destes 67 normativos avaliados, 8 já foram aprovados pela alta administração, os demais, estão em análise das áreas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico: Acompanhamento da Revisão Normativa



5- RESULTADOS DA GESTÃO

5.1- Objetivos Estratégicos

Para cumprir com a missão de “Promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas, e “Ser referência como empresa de inteligência, formulação e execução de políticas voltadas à agropecuária e ao abastecimento”, a Conab definiu objetivos estratégicos classificados em 3 perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Suporte. Os resultados da gestão apresentados a seguir estão relacionados aos objetivos classificados na perspectiva sociedade e na perspectiva processos internos, diretamente relacionados as atividades-fim da Conab.

5.1.1- Sociedade

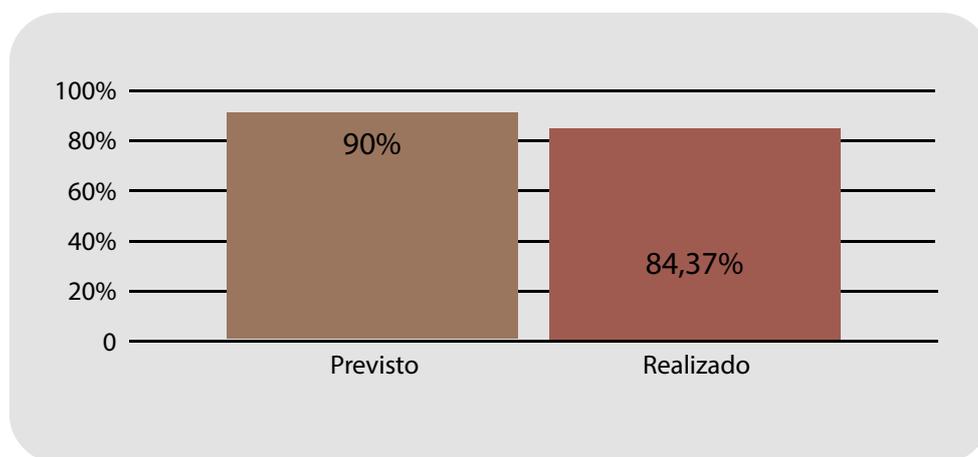
Aumentar a participação como núcleo de inteligência agropecuária.

No processo de formação da estratégia, identificou-se a necessidade de atuar de forma proativa nos macroprocessos Gestão de Informações e Gestão do Conhecimento, voltados para gerar inteligência agropecuária. Deste modo, instituiu-se o indicador “Informações disponibilizadas voltadas à inteligência agropecuária”, voltado para mensurar a atuação da Companhia na formação da inteligência competitiva no setor agropecuário e sua participação como núcleo de inteligência.

A mensuração desse indicador ocorre por meio da média percentual de três outros indicadores: Número de apresentações em congressos, seminários e eventos externos, relacionado ao objetivo consolidar e desenvolver conhecimentos sobre produção, abastecimento e segurança alimentar e nutricional; Número de acessos ao portal de informações da Conab, ligado ao objetivo sistematizar, divulgar e facilitar o acesso às informações agropecuárias geradas pela Companhia; e, Número de publicações voltadas ao negócio da Companhia, ligado ao objetivo prover inteligência para agropecuária de forma a apoiar o desenvolvimento do setor rural. Estes indicadores são da perspectiva Processos Internos das áreas: Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof, Superintendência de Marketing e Comunicação – Sumac e Superintendência de Informação do Agronegócio – Suinf em conjunto com as Superintendências Supab e Suarm.

A área de planejamento estratégico, Suorg, monitorou o andamento dos referidos indicadores e a partir da sua média percentual obteve a mensuração do indicador “Informações disponibilizadas voltadas à inteligência agropecuária”. A meta para este indicador, 90%, não foi alcançada devido ao indicador “Número de publicações voltadas ao negócio da Companhia”, que não atingiu a meta. A área responsável por este indicador, destaca a necessidade de adequar a quantidade e a qualidade das publicações em relação a capacidade de gerar resultados, considerando a equipe técnica para elaboração, revisão e diagramação.

Gráfico: Informações Disponibilizadas Voltadas à Inteligência Agropecuária



Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Informações disponibilizadas voltadas à inteligência agropecuária	90%	84,37%	93%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

Este indicador tem se mostrado efetivo para mensurar a participação da Conab como núcleo de inteligência agropecuária. Para o próximo ano a meta relacionada ao indicador será de 93%, portanto, mais desafiadora. Algumas áreas, provavelmente, terão de se reestruturar para o atingimento desta meta.

Não há ação orçamentária atrelada diretamente a este objetivo, que está vinculado aos Objetivos Estratégicos de Processos Internos relacionados ao tema estratégico de Geração de Conhecimento.

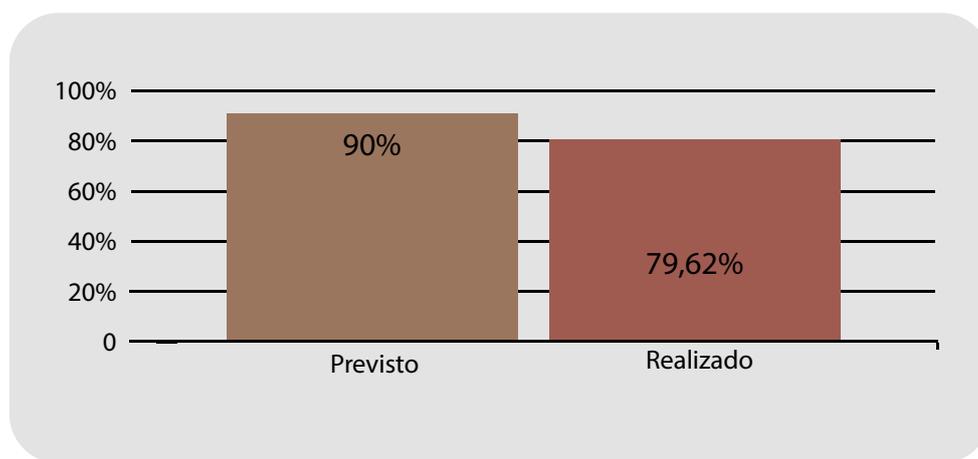
Ampliar e aperfeiçoar a participação na formulação, execução e avaliação de Políticas Públicas.

Com foco nos macroprocessos: Suporte a Formulação das Políticas Públicas e Suporte Operacional às Políticas Públicas e Formação de Estoques, voltados para a garantia da Regularidade do Abastecimento, Geração de Renda e Desenvolvimento do Agropecuarista, elaborou-se um indicador voltado para mensurar a ampliação e o aperfeiçoamento da participação da Conab na formulação, execução e avaliação de políticas públicas, vinculados diretamente ao tema estratégico Políticas Públicas.

Esse indicador tem sua meta vinculada a evolução dos indicadores: Número de atividades de capacitação das Suorgs nas ações da agricultura familiar, Índice de execução dos programas voltados para a Agricultura Familiar, Índice de execução dos programas voltados à Políticas Sociais, Número de propostas de novas políticas públicas apresentadas, Índice de execução dos programas voltados à comercialização e a sustentação de renda e Índice de acesso ao Programa de Vendas em Balcão.

A área de planejamento estratégico, Suorg, monitorou o andamento dos referidos indicadores e suas respectivas metas, a partir dos quais calculou-se uma média percentual. Dos seis indicadores, quatro deles não alcançaram as metas: Índice de execução dos programas voltados à Políticas Sociais, Número de propostas de novas políticas públicas apresentadas, Índice de execução dos programas voltados à comercialização e a sustentação de renda e Índice de acesso ao Programa de Vendas em Balcão, o que impactou no não alcance da meta do indicador “Índice de participações em formulação, execução e avaliação de Políticas Públicas”, com previsão de 90% e execução de 79,62%.

Gráfico: Índice de participações em formulação execução e avaliação de Políticas Públicas



Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de participações em formulação execução e avaliação de Políticas Públicas	90%	79,62%	93%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

As justificativas para o não alcance de metas, apresentadas pelas áreas responsáveis pelos referidos indicadores, vão desde trabalhos que não conseguiram concluir, a necessidade de ajuste na fórmula de cálculo das metas, até restrições financeiras e orçamentárias.

Para o próximo ano, a meta relacionada ao indicador será de 93%, portanto, mais desafiadora. Algumas áreas, provavelmente, terão de se reestruturar para o atingimento desta meta, uma vez que a estrutura deve seguir a estratégica. Em alguns casos, será também necessário avaliar a adequação do indicador e meta. Ressalta-se que não há ação orçamentária atrelada diretamente a este objetivo.

Aperfeiçoar e desenvolver tecnologias para otimizar a participação no planejamento e execução de ações voltadas ao abastecimento e regulação de mercado.

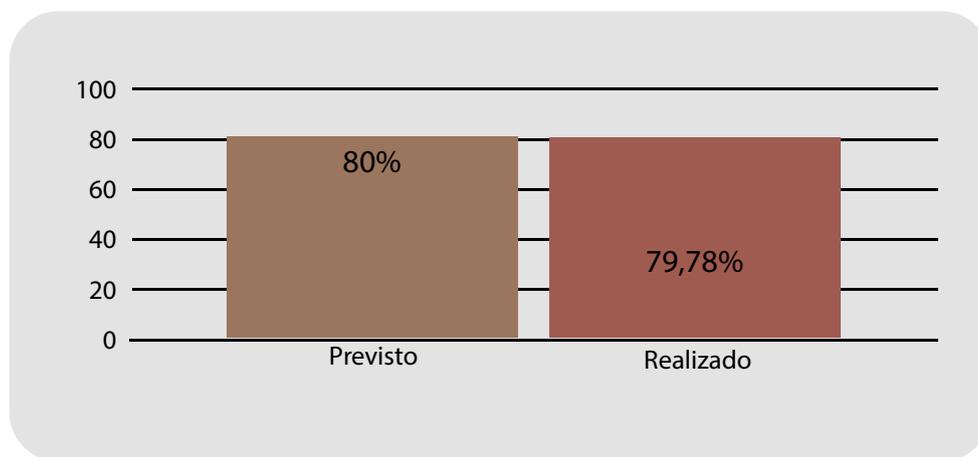
Identificou-se, ainda, no processo de formação da estratégia, a necessidade de atuar de forma proativa em relação aos macroprocessos: apoio ao produtor, apoio ao consumidor, apoio aos agentes econômicos, voltados para apoiar a sociedade. Deste modo, dada a importância de mensurar a atuação da Companhia na geração de valor para a sociedade, estabeleceu-se o indicador: “Índice de eficiência operacional”.

Esse indicador mensura o tema estratégico “Abastecimento e regulação”, composto pelos objetivos: “Desenvolver propostas, estudos e análises para a formulação de políticas públicas; Otimizar a utilização da rede armazenadora para garantir a execução dos instrumentos de políticas agropecuária; e, Otimizar o uso dos modais de transportes adotados pela Conab”.

A Suorg monitorou o andamento dos objetivos citados por meio dos indicadores associados e suas respectivas metas. O acompanhamento, feito através da mensuração da média percentual desses indicadores, permite identificar se a meta do indicador principal proporciona o aperfeiçoamento e desenvolvimento de tecnologias para otimizar a participação no planejamento e execução de ações voltadas ao abastecimento e regulação de mercado.

Participaram da formação desse indicador, outros três indicadores vinculados a sua fórmula: Índice de ampliação do número de conjunturas de mercado disponibilizadas; Taxa de ocupação média mensal da rede de armazéns próprios; e, Índice de emissão de gases poluentes nas operações da Conab no transporte de grãos.

Gráfico: Índice de eficiência operacional



Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de eficiência operacional	80%	79,78%	85%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

Estes indicadores são da perspectiva processos internos, das áreas: Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof, Superintendência de Armazenagem – Suarm e Superintendência de Logística e Operações – Sulog.

Como se constata no gráfico acima, a meta de 80% foi praticamente alcançada. Para o próximo ano a meta relacionada ao indicador será de 85%, portanto, mais desafiadora. Algumas áreas, provavelmente, terão de se reestruturar para o atingimento desta meta e, para outras, será necessário avaliar a adequação do indicador e meta.

Como os demais indicadores referentes aos Objetivos de Sociedade, não há ação orçamentária atrelada diretamente a este objetivo. Ele está vinculado aos Objetivos estratégicos de Processos Internos relacionados ao tema estratégico de Abastecimento e Regulação.

5.1.2 Processos Internos

Consolidar e desenvolver conhecimentos sobre produção, abastecimento e segurança alimentar e nutricional.

Com foco no objetivo “Consolidar e desenvolver conhecimentos sobre produção, abastecimento e segurança alimentar e nutricional”, a Conab monitora o indicador “Número de apresentações em congressos, seminários e eventos externos”. Busca-se com este objetivo assegurar a qualidade e quantidade de informação sobre produtos, setores, regiões geográficas, blocos econômicos, países, dados históricos e prospectivos, a partir do uso de metodologias reconhecidas, gerando informações e conhecimentos confiáveis, consistentes, isentos e atualizados.

A mensuração do indicador referente ao número de apresentações em congressos, seminários e eventos externos visa, conforme contemplado nas Diretrizes do PPA 2016-2019, a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, buscando fornecer ao cidadão e demais agentes das cadeias de suprimentos informações qualificadas para auxiliá-los na tomada de decisão. Ademais, este indicador encontra-se em consonância ao objetivo 1051 do PPA, de “Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias”.

Como se percebe no gráfico abaixo, a meta de realizar 33 apresentações em congressos, seminários e

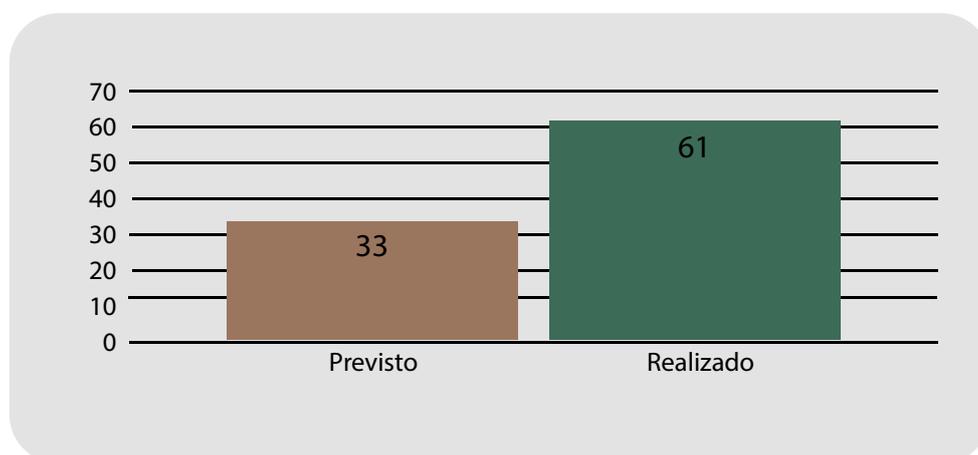
eventos externos, foi superada, obtendo-se um resultado de 61 apresentações. O sucesso na superação da meta se deu em função da integração do corpo técnico da Sugof, Superintendência de Agricultura Familiar – Supaf, Suinf e demais áreas da Companhia com os mais diversos setores do agronegócio, o que resultou no aumento de convites para apresentações em eventos externos.

O agronegócio se configura como um dos setores mais pujantes do país, e a Conab vem sendo convidada a fazer palestras em assuntos concernentes a este tema, o que demonstra o reconhecimento como referência na área e o atendimento a esses convites contribui com a consolidação da empresa como referência em inteligência agropecuária.

O maior risco à esta cadeia de valor é o da não realização dessas apresentações devido à restrição financeira, o que pode comprometer parcialmente o resultado alcançado, visto que muitos desses eventos ocorrem em cidades distantes, o que ensejaria um maior dispêndio para a participação dos seus técnicos.

Para cálculo do indicador “Número de apresentações externas da Companhia”, estabeleceu-se para 2018 uma meta de 33 apresentações, que foi superada, atingindo um total de 61 apresentações no ano, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico: Número de apresentações em congressos, seminários e eventos externos.



Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Número de apresentações em congressos, seminários e eventos externos	33	61	34

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

O principal desafio para o próximo exercício é o esforço ativo para a conquista de novos espaços (eventos do agronegócio), por meio da elaboração e execução de um plano de divulgação e treinamento para que os analistas promovam análises e apresentações ainda melhores, o que resultará na fidelização dos convites em eventos periódicos e em convites para novos eventos.

Sistematizar, divulgar e facilitar o acesso às informações agropecuárias geradas pela Companhia.

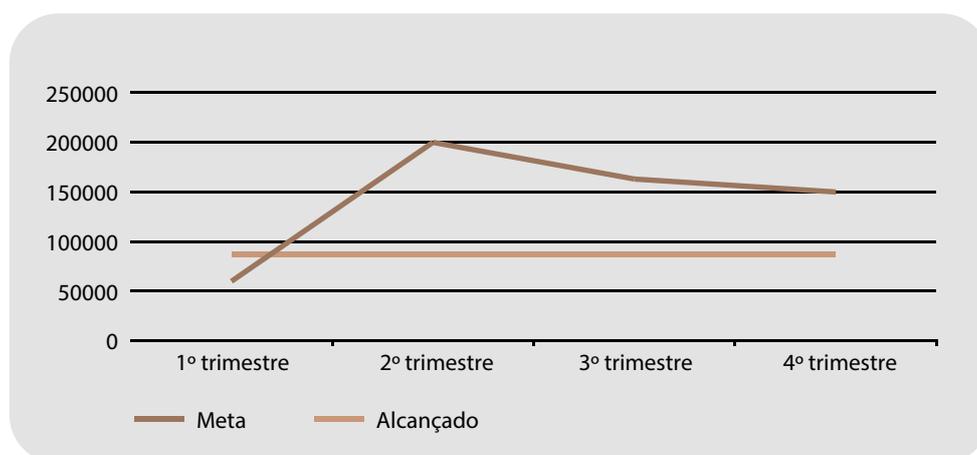
No contexto do objetivo “Sistematizar, divulgar e facilitar o acesso às informações agropecuárias geradas pela Companhia”, a SUMAC está inserida no indicador denominado “Número de visualizações de páginas no portal institucional da Conab”, obtido pelo somatório das visualizações de páginas, com base nos relatórios da ferramenta Google Analytics. Visa-se com este objetivo democratizar o acesso à informação e ao conhecimento por diferentes meios de comunicação e informar ao público que a Conab possui um conjunto de informações e conhecimentos confiáveis, seguros e permanentemente disponíveis.

Com o objetivo de promover a transparência ativa na sua atuação e facilitar o acesso aos dados gerados,

a Conab lançou em 2018 o novo portal institucional. A ação seguiu tendências de modernização da comunicação digital, apresentando um layout limpo e intuitivo na distribuição de conteúdo. A partir do novo portal, a Conab junta-se aos demais órgãos do governo federal para atender aos princípios da transparência, usabilidade e acessibilidade – acompanhando os direitos de propriedade digital do governo federal. No novo site, o deficiente auditivo pode usar o recurso da língua brasileira de sinais – libras, criado especialmente para este público, localizado nas páginas por meio do ícone que representa a comunicação por sinais.

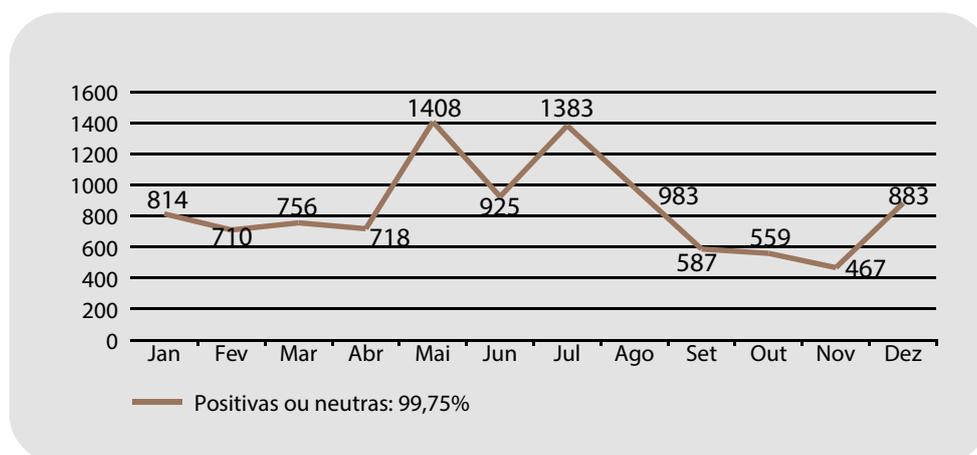
A Companhia também melhorou a opção de alto contraste, que facilita a leitura dos textos na tela para os usuários. A mudança também envolveu novas tecnologias: o site passou a ser responsivo, ou seja, adaptável a diferentes dispositivos mobile – como smartphones e tablets –, permitindo que todas as informações possam ser acessadas a qualquer hora e de qualquer lugar com rede de internet. A mudança no ambiente virtual foi responsável por triplicar o número de visualizações de páginas entre o primeiro e o segundo trimestre de 2018, observado o lançamento do novo portal no início do segundo trimestre. A evolução ao longo do ano pode ser observada no gráfico a seguir. Para 2019, a meta desse indicador é de 900 mil acessos por trimestre.

Gráfico: Evolução no número de acessos no portal institucional.



Como desdobramento do aumento da procura da sociedade pelas informações produzidas pela Conab, pode-se apontar também o resultado de outras ações de comunicação voltadas ao público externo no sentido de sistematizar, divulgar e facilitar o acesso às informações geradas pela empresa. Como consequência, foram mantidas e ampliadas rotinas de atendimento à imprensa, envio de releases, e outras ações junto aos públicos de interesse. Das 10.913 matérias divulgadas na imprensa em 2018, 99,75% foram em caráter positivo.

Gráfico: Menções da Conab na mídia



OBS: No período, a Conab foi mencionada negativamente apenas 25 vezes, contra 10.193 menções positivas.

Prover inteligência para agropecuária de forma a apoiar o desenvolvimento do setor rural.

No contexto do objetivo “Prover inteligência para agropecuária de forma a apoiar o desenvolvimento do setor rural”, a Conab acompanha o indicador “Número de publicações voltadas ao negócio da Companhia.” Esse indicador busca fomentar a geração de informação e conhecimento com excelência, competência, imparcialidade e credibilidade, além de universalizar o acesso à informação. A produção de inteligência para agropecuária também tem como pilar subsidiar e auxiliar o governo na formulação de políticas públicas, contribuir para o melhor planejamento e fortalecimento do setor agropecuário e de abastecimento, com vistas a ampliar e otimizar a geração de conhecimentos para a promoção da sustentabilidade, da segurança alimentar e nutricional e da inovação no setor rural.

Consoante com as Diretrizes do PPA 2016-2019, o objetivo “Prover inteligência para agropecuária de forma a apoiar o desenvolvimento do setor rural” contempla a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, buscando fornecer ao cidadão e demais agentes das cadeias de suprimentos informações qualificadas para auxiliá-los na tomada de decisão. Ademais, este objetivo encontra-se em consonância ao objetivo 1051 do PPA, de “Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias”.

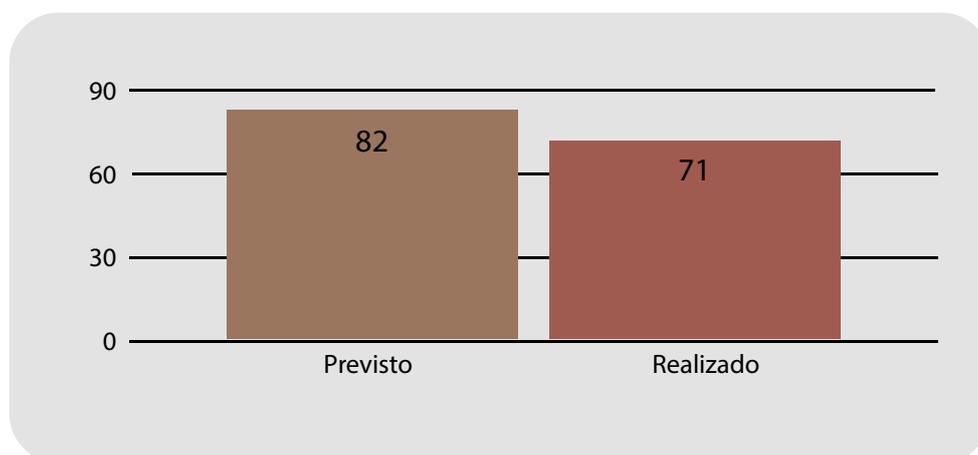
Ainda que o indicador anual de 82 publicações não tenha sido atingido, a meta do último trimestre foi superada devido a um maior esforço da equipe e a consolidação de dados levantados ao longo dos trimestres anteriores, culminando na publicação de 71 trabalhos ao final de 2018, com perspectiva de 83 publicações para 2019.

Por ser referência em inteligência agropecuária, a Conab tem buscado gerar e compartilhar informações acerca do agronegócio com a sociedade e demais agentes interessados, com a publicação de materiais que apoiem a decisão e a formulação de políticas públicas voltadas ao tema.

O déficit de recursos humanos nas superintendências responsáveis por este indicador, tendo em vista a redução do quadro por força do Plano de Demissão Voluntária - PDV se configura como o maior risco a este objetivo estratégico, limitando a produção e o compartilhamento de estudos por esta Companhia.

Para cálculo do indicador “Número de publicações voltadas ao negócio da Companhia,” em 2018 foi estabelecida uma meta de 82 publicações, porém, foram realizadas 71 publicações ao longo do ano, conforme observado no gráfico a seguir:

Gráfico: número de publicações voltadas ao negócio da Companhia (Conab, 2018)



Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Número de publicações voltadas ao negócio da Companhia	82	71	83

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

A redução no número de técnicos de nível superior no PDV em 2017 prejudicou algumas tarefas e a produção de publicações registradas em ISBN (International Standard Book Number) e ISSN (International Standard Serial Number) foi uma delas.

As tarefas nas Superintendências estão sendo reavaliadas, para uma distribuição de esforços que permita o alcance da meta estabelecida para 2019 (83 publicações), o que deverá ocorrer ao custo de sobrecarga dos atuais técnicos.

Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais.

Compõem o objetivo estratégico “Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais” quatro indicadores: “Índice de execução dos programas voltados para a Agricultura Familiar, Extrativismo e Políticas Sociais; Índice de capacitação das Suregs por Programa (PGPM-Bio); Índice de execução dos programas voltados para a Agricultura Familiar e, Número de atividades de capacitação das Superintendências Regionais nas ações da agricultura familiar”.

No contexto do objetivo “Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais”, a Superintendência de Abastecimento Social - Supab está inserida no indicador denominado “Índice de Execução dos Programas voltados para a Agricultura Familiar, Extrativismo e Políticas Sociais”. Dentro desse diapasão, a Supab é gestora da Ação de Distribuição de Alimentos - ADA, que consiste na aquisição de gêneros alimentícios básicos e na distribuição/disponibilização gratuita desses gêneros em forma de cestas de alimentos, com o intuito de atender, em caráter emergencial e complementar, famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A ação é executada pela Conab, por meio de recursos repassados pelo MDS (hoje incorporado à pasta do Ministério da Cidadania), via Termo de Execução Descentralizada – TED específico. O referido indicador é calculado dividindo-se o total de recursos executados pelo total de recursos recebidos, multiplicado por 100, no âmbito da ADA.

Quadro: Comparativo do indicador em 2018 e 2019.

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de execução dos programas voltados para a Agricultura Familiar, Extrativismo e Políticas Sociais	98,6%	96,7%	99%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

Em 2018, executou-se o Plano de Trabalho previsto no TED nº 05/2017. Do total de R\$ 24.383.936,00, repassados pelo referido Ministério, foram executados R\$ 23.576.838,02, indicando o percentual de 96,7% de execução, apenas 1,9% menor do que o previsto. A meta não foi alcançada na sua integralidade, em razão de entraves na aquisição dos alimentos que compõem as cestas, postergando a formação dos estoques, e por consequência, o início das distribuições. Desta feita, as entregas iniciaram-se somente em outubro, com prazo para finalização até a primeira quinzena de dezembro de 2018, quando ocorrem os fechamentos contábeis da Companhia, ou seja, um exíguo tempo para executar todo o orçamento. Não obstante, o índice foi muito satisfatório e reflete o grande comprometimento da Companhia no fortalecimento dos programas sociais.

No âmbito desta ação, foi distribuído o equivalente a 10 mil toneladas de alimentos, atendendo a milhares de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional em todos os estados do país.

Em dezembro de 2018, publicou-se o Termo Aditivo nº 02 ao TED nº 05/2017, prorrogando até dezembro de 2019 o prazo de vigência do termo legal firmado. Assim, em 2019 a Supab continuará executando a ação, sob a égide do termo aditivo, englobando todas as etapas de aquisição, recebimento, análise de qualidade, montagem das cestas e disponibilização/entrega dos produtos, e contribuindo de forma determinante para o objetivo estratégico estipulado.

Buscando consolidar a institucionalização da PGPM-Bio, estabelecendo instrumentos com regras claras e estáveis e assegurando fonte de recursos com regularidade, ainda no contexto do objetivo estratégico “Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais”, para viabilizar o alcance desse objetivo busca-se monitorar o indicador “Índice de capacitação das Suregs por Programa (PGPM-Bio)”. Ao longo de 2018 a Sugof manteve um estreito relacionamento com as Suregs, no fornecimento de informações, apoio à tomada de decisão e capacitação dos seus colaboradores. Neste último caso, destacou-se o treinamento referente a atualização do Manual de Operações Conab-MOC Título 35 - Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE), fornecido presencialmente à Sureg/DF e por meio de videoconferência às demais Superintendências que já operam, ou possuam potencial de operação da referida Política.

O acompanhamento do índice de capacitação das Suregs por Programa (PGPM-Bio) visa, conforme contemplado nas Diretrizes do PPA 2016-2019, a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, buscando fornecer ao cidadão e demais agentes das cadeias de suprimentos informações qualificadas para auxiliá-los na tomada de decisão. Ademais, este indicador encontra-se em consonância ao objetivo 1051 do PPA, de “Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias”.

O índice de capacitação das Suregs é calculado pela fórmula “Número de Suregs capacitadas/ Número Suregs operantes no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, no ano anterior) *100”. A meta de 2018 estipulada para este indicador foi 100%. Devido ao empenho da equipe em suprir a necessidade de treinamento das Suregs, a meta estabelecida foi cumprida, conforme se verifica no quadro abaixo.

Quadro: Comparativo do indicador em 2018 e 2019.

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de capacitação das Suregs por Programa (PGPM-Bio)	100%	100%	100%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

O acompanhamento do índice de capacitação das Suregs visa proporcionar maior nivelamento de informações entre as Suregs que operam, ou seja potenciais executoras da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio, nas mais diversas Unidades da Federação - UFs. Esta política tem como objetivo fomentar a proteção do meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantir renda às comunidades extrativistas, a partir do pagamento de subvenção econômica àqueles que comprovam a venda do produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal.

A menor execução da política pública se configura como o principal risco inerente ao não cumprimento da meta de capacitações das Suregs, que poderia ocorrer devido à menor disponibilidade de recursos para que estas ocorressem em diversas UFs. No entanto, o trabalho foi realizado na Matriz da Conab e as demais Suregs participaram por meio de videoconferência, o que reduziu significativamente os custos e, conseqüentemente, os riscos de insucesso no atingimento da meta. A utilização de equipamentos de videoconferência possibilitou um rápido cumprimento da meta, gerando ainda uma considerável economia de recursos.

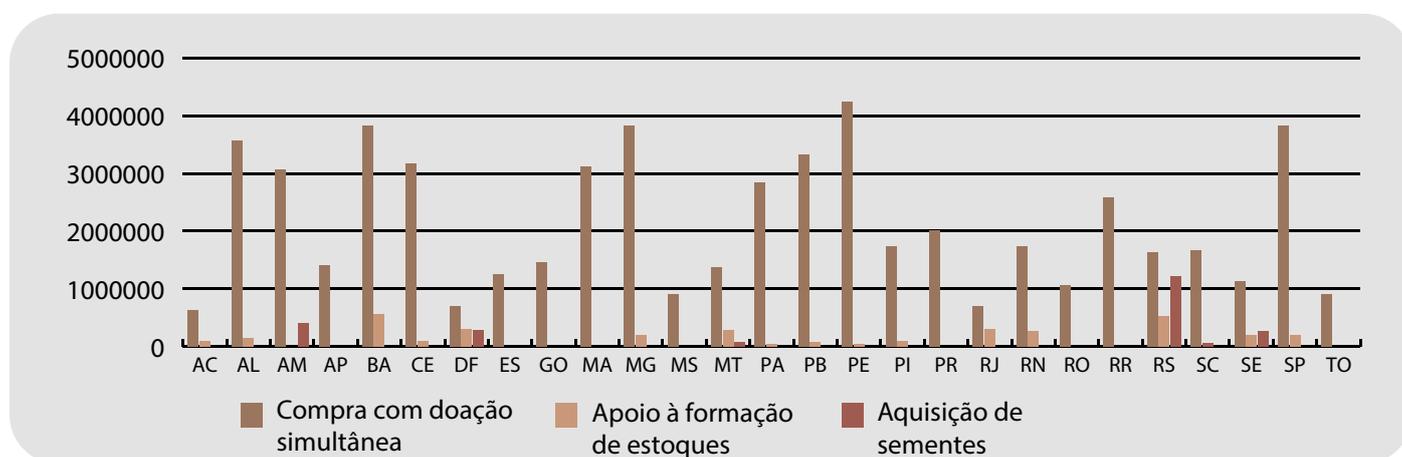
Configura-se como um dos principais desafios para 2019 a manutenção da proximidade com as Suregs e o contínuo aperfeiçoamento da política, aumentando quali-quantitativamente a sua execução por meio da continuidade das atividades de capacitação.

Ainda no contexto do objetivo “Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais”, ressalta-se que a atuação da Conab junto à agricultura familiar objetiva estimular o associativismo e o cooperativismo, fomentar o acesso ao mercado, promover a segurança alimentar e nutricional e contribuir com a regularidade do abastecimento. Tal objetivo estratégico pretende também consolidar a institucionalização do PAA. Para tanto, foi elencada como prioridade a capacitação contínua das Suregs e dos públicos beneficiários do programa.

As ações da Conab se materializam na execução do PAA e estão contempladas no Plano Plurianual - PPA 2016-2019, sendo afetas ao Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional. Essa agenda relaciona-se diretamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável¹ – Erradicação da Pobreza¹.

Em 2018, as aquisições de alimentos totalizaram R\$ 63 milhões, beneficiando cerca de 9 mil famílias de agricultores familiares em âmbito nacional. As regiões Nordeste e Norte foram priorizadas atingindo 65% do recurso. Destaca-se a participação das mulheres rurais, que atingiu 71%. De 2003 a 2018, o PAA foi executado pela Conab em mais de 2.700 municípios. Em 2018 registrou-se atuação em 356 municípios, por meio de Organizações Fornecedoras que entregaram seus produtos para Unidades Receptoras.

Gráfico: Distribuição dos recursos do PAA - modalidade de comercialização por unidades da Federação em 2018 (valor em reais).



Fonte: Conab/Supaf/Gecaf

No caso da agricultura familiar optou-se pela escolha de dois indicadores: conforme apresentado a seguir.

O primeiro “Índice de execução dos programas voltados para a agricultura familiar” é um indicador de execução financeira com vistas a verificar o cumprimento do objetivo do Programa e a capacidade da Companhia na sua execução. Tal índice é mensurado trimestralmente por meio de esforços realizados pela Supaf e, anualmente, por meio de seu resultado.

Quadro: Índice de execução dos programas voltados para a agricultura familiar

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de execução dos programas voltados para a agricultura familiar	100%	100%	100%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

Fonte: Geplanes (Conab, 2018)

1 - O objetivo 0380 - Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável. Iniciativa: 05KY - Fortalecimento da estruturação dos serviços de abastecimento e apoio à comercialização para a agricultura familiar. 05KZ - Instituição da rede de agentes de comercialização e abastecimento no nível federativo para aprimorar as compras públicas e outros mecanismos da política agrícola.

O segundo “Atividades de capacitação das Suregs nas ações da agricultura familiar”, trata do número de atividades de capacitação das Suregs nas ações da agricultura familiar. Neste caso, a Supaf é responsável por realizar atividades via videoconferências e in loco, com o intuito de aprimorar a conformidade documental e a execução do PAA.

Quadro: Atividades de capacitação das Suregs nas ações da agricultura familiar

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Atividades de capacitação das Suregs nas ações da agricultura familiar	9	36	10

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

Fonte: Geplanes (Conab, 2018)

As ações que representam o esforço da área, bem como os respectivos percentuais de cumprimento foram atingidos. Os resultados obtidos foram acima da meta devido ao grande empenho na otimização dos recursos disponíveis, financeiros e humanos.

O atendimento das metas, contribui para que o público beneficiário do Programa se aproprie das normas e regras, mitigando falhas na execução ou nos procedimentos administrativos e operacionais das modalidades do PAA.

O principal desafio no âmbito da execução das ações voltadas à agricultura familiar pela Conab em 2019, consiste na continuidade de implementação de controles adicionais, como o acesso a outras bases de informações. O acompanhamento e fiscalização do programa são contínuos e devem estar alinhados às ferramentas de gestão que facilitem a adoção de ações corretivas e preventivas. Espera-se, a depender da disponibilização de recursos, manter e aprimorar o índice de capacitação tanto das Regionais quanto dos públicos beneficiários.

Desenvolver propostas, estudos e análises para a formulação de políticas públicas.

No contexto do objetivo “Desenvolver propostas, estudos e análises para a formulação de políticas públicas”, a Sugof, participa com o indicador “Número de propostas de novas políticas públicas apresentadas”.

Busca-se com o indicador, estimular a organização a propor novas formas de atuação do governo com o intuito de beneficiar o público final, atuando como elemento catalisador, para que tenham acesso aos instrumentos de comercialização, financiamento e capacitação, voltados à agropecuária.

O indicador “Número de propostas de novas políticas públicas apresentadas” atende as Diretrizes do PPA 2016-2019, vez que se direciona no sentido da melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, buscando fornecer ao cidadão e demais agentes das cadeias de suprimentos informações qualificadas para auxiliá-los na tomada de decisão. Ademais, este indicador encontra-se em consonância ao objetivo 1051 do PPA, de “Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias”.

Com o intuito de desenvolver novas propostas, estudos e análises para a formulação de políticas públicas foi realizado, a partir de uma consultoria externa, um estudo prévio sobre a viabilidade da implantação de um sistema de e-commerce para produtos da sociobiodiversidade e agricultura familiar. Com o aprofundamento do tema foi observado que seria necessário prolongar o tempo de execução da proposta, cujo término deverá ocorrer em 2019.

O avanço da agropecuária, tanto em tamanho como em tecnologia exige novas formas de ação do Governo. Sendo assim percebe-se a necessidade de modernização dos instrumentos de Política Agrícola adotados no Brasil. Desta forma, por participar da elaboração, planejamento e avaliação dos instrumentos, a Conab apre-

senta competência para desenvolver e propor estudos e análises para a formulação de Instrumentos de Política Agrícola.

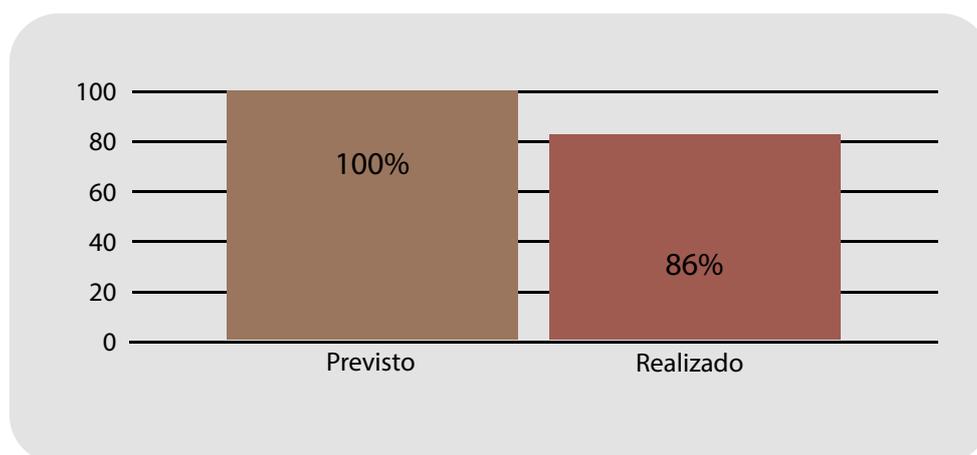
Um dos principais fatores que influenciam na elaboração de proposições de novos instrumentos de política agrícola está ligado à heterogeneidade da agropecuária brasileira, o que naturalmente demanda análises mais robustas e um maior tempo para a sua execução.

Uma série de estudos e discussões com diferentes instituições foram promovidas, a fim de se chegar a uma proposta de instrumento que atenda às necessidades atuais do produtor brasileiro e que, ao mesmo tempo, cumpra os requisitos de eficácia e economicidade que precisam ser perseguidos pelo poder público. Para cálculo do indicador que contempla o “Número de propostas de novas políticas públicas apresentadas” foi estimado um percentual de execução da proposição de duas políticas públicas ao longo de 2018. Ao final do ano, devido à complexidade do tema, 86% havia sido concluído (esforço), conforme observado no quadro e no gráfico a seguir:

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Número de propostas de novas políticas públicas apresentadas.	100%	86%	100%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

Gráfico: Número de propostas de novas políticas públicas apresentadas (Conab, 2018)



O desenvolvimento de instrumentos modernos e eficazes é um trabalho complexo, visto que exige, além da experiência na área, análises profundas e multidisciplinares. A meta dobrada para 2018 (duas propostas apresentadas) em relação ao ano anterior (uma proposta apresentada) exigiu mais tempo e empenho da equipe da Sugof, que sofre com o contingente abaixo das necessidades, sobretudo em consequência do PDV ocorrido em 2017.

A meta para o ano de 2019 é que seja proposta 1 (uma) nova política pública, quantidade igual à demandada em 2017 e inferior a de 2018. Ainda assim, configura-se como um grande desafio para a Companhia, visto que esses estudos demandam bastante tempo para a sua execução, além de recursos financeiros e humanos. Ademais, a Sugof permanecerá trabalhando na elaboração da proposta para implantação de um sistema de e-commerce para produtos da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, bem como permanecerá avaliando e aperfeiçoando as políticas públicas já existentes e estudando a implementação de novas ferramentas que contribuam com a atual Política Agrícola.

Desenvolver estudos e análises para subsidiar a regulação de mercado e a formulação das políticas de abastecimento.

No contexto do objetivo “Desenvolver estudos e análises para subsidiar a regulação de mercado e a formulação das políticas de abastecimento”, monitora-se o indicador “Índice de ampliação do número de conjunturas”. Busca-se com este objetivo atuar na geração, consolidação e disponibilização de informações dos mercados agropecuários dos produtos que a Conab atua, agindo como informante qualificado, buscando ser referência no setor.

O “Índice de ampliação do número de conjunturas” realizadas visa, conforme contemplado nas Diretrizes do PPA 2016-2019, a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, buscando fornecer ao cidadão e demais agentes das cadeias de suprimentos informações qualificadas acerca dos mais diversos mercados agropecuários, subsidiando-os na tomada de decisão sobre seus negócios. Ademais, este indicador encontra-se em consonância ao objetivo 1051 do PPA, de “Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias”.

Para a produção e disponibilização das análises conjunturais, a Conab, por meio de seu corpo técnico, busca diariamente o máximo de informações relativas a produção e mercado dos produtos agropecuários alvos da Política Agrícola nacional.

A Conab analisa periodicamente o agronegócio nacional e internacional e divulga diagnósticos, prognósticos e análises, por meio de Conjunturas da Agropecuária. Este trabalho, além do serviço de informação à sociedade, municia o Poder Público para a tomada de decisão em relação à regulação de mercado e formulação de políticas, com a vantagem de promover transparência, já que são divulgadas para sociedade civil também.

Quanto mais análises forem disponibilizadas, melhor para o Governo Federal e para a sociedade civil, que com essas informações podem se organizar e planejar melhor suas estratégias.

A não disponibilização da informação se configura como o maior risco ao atendimento satisfatório do indicador, sendo o déficit de recursos humanos a sua principal causa, podendo limitar a produção e o compartilhamento de estudos por esta Companhia.

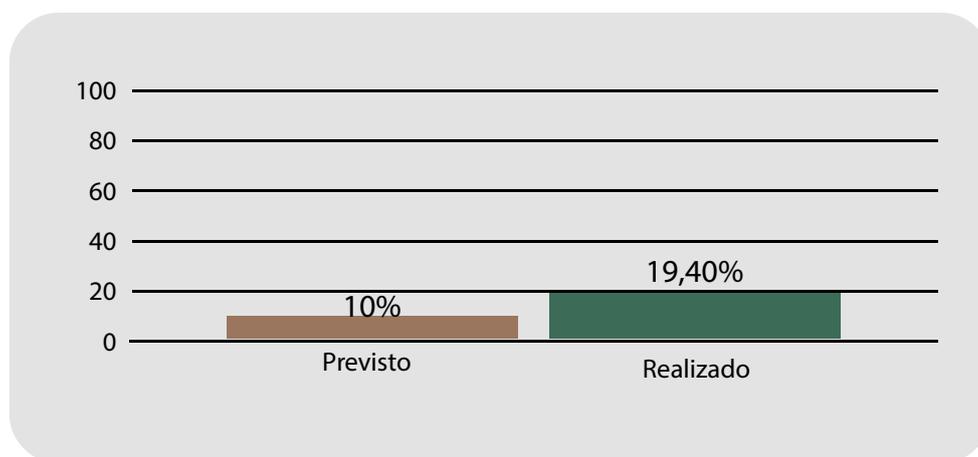
A meta é calculada como o crescimento percentual entre o número de conjunturas escritas e o número base de 2016, correspondente a 402 conjunturas. Em 2018 a meta compreendia um aumento de 10% sobre o valor base, o que totalizaria 443 conjunturas publicadas. No entanto, o número de publicações cresceu 19,4% em relação ao ano base, superando a meta estabelecida, conforme apresentado no quadro e no gráfico a seguir:

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de ampliação do número de conjunturas realizadas	10%	19,40%	15%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

O cumprimento da meta se deu devido ao contínuo processo de modernização e acompanhamento das conjunturas elaboradas, com destaque para a ampliação das conjunturas mensais, que passaram a envolver um maior número de produtos.

Gráfico: Índice de ampliação do número de conjunturas realizadas. (Conab, 2018)



Ainda que a meta tenha sido superada em 2018, a Sugof trabalha atualmente com um reduzido contingente de profissionais aptos à produção dessas análises, o que poderá dificultar o alcance da meta de 2019, que será de 15% em relação ao ano base (2016).

Fortalecer a execução das políticas públicas de apoio à comercialização e à sustentação de renda no âmbito regional e nacional.

No contexto desse objetivo estratégico, a Supab definiu o indicador denominado “Índice de Acesso ao Programa de Vendas em Balcão - PROVB”. O Programa tem por objetivo viabilizar o acesso dos criadores de pequeno porte aos estoques de produtos agrícolas sob gestão da Conab (atualmente, o milho em grão). Constituiu-se em um canal de grande importância social para o escoamento e a venda dos estoques públicos, propiciando a democratização do processo de comercialização de produtos do Governo Federal. Com o Programa, o setor público tem assegurado suprimento regular de insumos a inúmeras propriedades rurais, contribuindo para o desenvolvimento de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Desta forma, induz a geração de renda e de empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, beneficiando, também, de forma significativa, o criador vinculado à agricultura familiar.

A mensuração do indicador é dada pelo quociente entre o número de criadores atendidos e o número de clientes cadastrados no Programa, no período considerado, multiplicado por 100.

Quadro: Comparativo do indicador em 2018 e 2019.

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de acesso ao Programa de Vendas em Balcão	55%	30,26%	60%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

Em 2018, verificou-se que o resultado não foi alcançado em razão de inúmeros fatores que influenciaram a operacionalização do PROVB no exercício. Com a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 835, de 29 de maio de 2018, por meio da qual a Conab foi instada a providenciar a liberação do acesso imediato aos estoques de milho em grãos, em todo o país, por um período de 30 dias. Com essa medida, assegurou-se o acesso a suinocultores, avicultores e indústrias de processamento de ração animal, diretamente nas Unidades Armazenadoras da Conab. A providência foi adotada como forma de mitigar os prejuízos causados aos produtores e consumidores de todo o país. Com isso, a Conab, utilizando-se de toda sua estrutura, capilaridade, competência e expertise em ações de abastecimento, registrou a comercialização de mais de 36 (trinta e seis) mil toneladas de milho em grãos aos produtores não cadastrados de aves e suínos e às indústrias de processamento de ração animal, em um período de apenas 30 (trinta) dias, prazo de vigência da Medida Provisória.

Outra medida que impactou diretamente o PROVB foi a destinação de, no mínimo, 30% da demanda anual de frete da Companhia para contratação direta de Cooperativas e Associações de Transportadores Autônomos de Cargas, estabelecida pela Medida Provisória nº 831/2018, convertida na Lei nº 13.713, de 24 de agosto de 2018. Ocorre que a oferta de 30% para os transportadores autônomos não tem obtido êxito por falta de interesse do mercado, o que dificulta a contratação de fretes e o consequente abastecimento dos polos de venda.

Do exposto, percebe-se que o desabastecimento de várias unidades, explicado pela destinação de considerável parcela de milho do PROVB a um público diverso do alvo do Programa e pelas dificuldades de contratação de fretes, além das restrições financeiras e orçamentárias, que inviabilizaram a comercialização em algumas unidades satélites de venda, contribuíram de forma determinante para o não alcance da meta.

Em relação ao objetivo “Fortalecer a execução das políticas públicas de apoio à comercialização e à sustentação de renda no âmbito regional e nacional”, foram apresentados estudos para substituir, no âmbito das Superintendências Regionais, o indicador “Índice de acesso ao Programa de Vendas em Balcão” por um indicador voltado para verificar a frequência de acesso dos criadores aos estoques do PROVB, o que foi devidamente aprovado pelo Consad, em dezembro de 2018. Desta forma, a partir de 2019, o indicador será obtido por meio do quociente entre o número de atendimentos (quantitativo de Notas Fiscais emitidas) e o número de clientes atendidos (CPF’s distintos) no período. Com isso, será possível a obtenção das informações diretamente pelo sistema de “Extração de Dados Venda Balcão - EDVB” – acessível a todas as Superintendências Regionais e, igualmente, à área gestora - SUPAB/GEPAB, o que facilitará a mensuração e a gestão do índice, permitindo maior celeridade na captação de dados em eventuais auditorias internas e externas, além de viabilizar o conhecimento das peculiaridades de cada Regional, identificando-se eventuais dificuldades e propondo as respectivas soluções.

Ainda no contexto do objetivo estratégico “Fortalecer a execução das políticas públicas de apoio à comercialização e à sustentação de renda no âmbito regional e nacional”, a Conab acompanha o indicador “Índice de execução dos programas voltados à comercialização e sustentação de renda”. Nesse sentido, busca-se mensurar a efetividade dos instrumentos disponíveis para execução das políticas de sustentação de renda, quando executadas.

A mensuração do indicador é dada pela média ponderada pelos valores executados, dos recursos aplicados nos instrumentos de AGF, Contrato de Opção de Venda - COV, PEP e PEPRO, dividida pelos valores recebidos para esses instrumentos, por ano, e multiplicado por 100.

Quadro: Comparativo do indicador em 2018 e 2019.

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de execução dos programas voltados à comercialização e a sustentação de renda	85%	61,94%	90%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

Apesar de haver atendimento integral às demandas do MAPA, a meta de 85% prevista não foi alcançada, pois o resultado para o indicador estratégico correspondeu a 61,94%.

A fórmula utilizada para o indicador abarca um cálculo no qual a eficácia do índice se relaciona ao maior uso do recurso público. Sendo assim, esse não se mostra como o indicador mais adequado, vez que não reflete a efetividade das operações efetuadas. Ocorre que os instrumentos de comercialização são utilizados para regulação dos preços e garantia de renda ao produtor rural podendo até mesmo, com a simples divulgação do lançamento destes instrumentos, a partir da publicação dos leilões, atingir os objetivos de regulação de preços, não havendo necessidade de ser utilizado todo recurso disponibilizado.

Além disso, as operações realizadas no âmbito da Superintendência de Operações Comerciais da Conab são sazonais e a mensuração do resultado fica prejudicada com a utilização do atual indicador, por não ser pos-

sível a inclusão, quando do cálculo, dos valores correspondentes às operações que se encontram em andamento, vez que a aplicação da fórmula é limitada ao ano civil, ou seja, de 1º/01 a 31/12.

Tendo em vista a proposição da alteração do indicador, há que se considerar que o índice sugerido atuará mais diretamente na melhoria de desempenho operacional. Já a concretização de uma política eficaz, dependerá, também, das análises realizadas pelos órgãos envolvidos nas políticas públicas correlatas. Sem a alteração do indicador, as metas poderão continuar comprometidas.

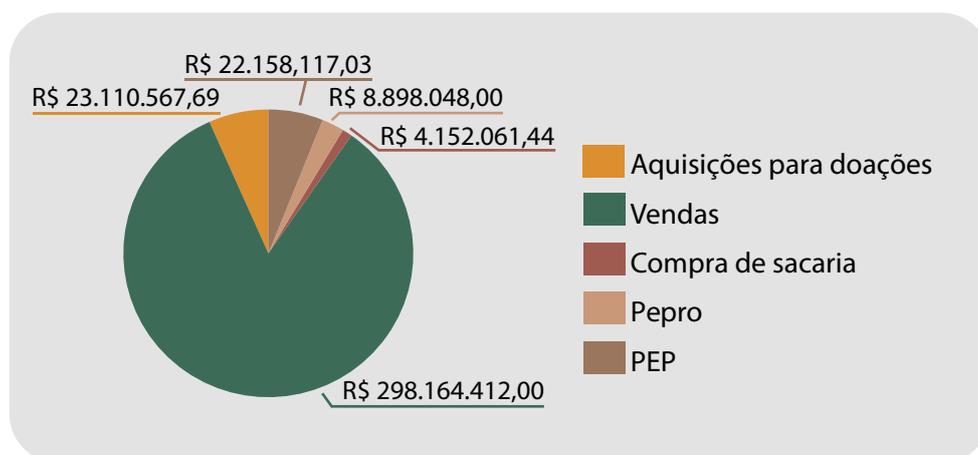
Por outro lado, verifica-se que a execução dos indicadores de esforços, mensurados trimestralmente, foi exitosa proporcionando, por meio da realização de reuniões quinzenais, maior acompanhamento e melhoria das operações.

Ressalta-se que no ano de 2018, foram realizados 207 leilões, englobando operações de apoio à comercialização e à sustentação de renda no âmbito regional e nacional.

Com execução dos instrumentos PEPRO e PEP, a Conab atendeu à PGPM, garantindo aos produtores o preço mínimo do produto, e, ainda, proporcionou o escoamento, para regiões necessitadas, de 499.501.992kg de arroz produzidos nos Estados do RS e de SC.

Já para comercialização dos estoques públicos, foram adquiridas 3.355.535 unidades de sacarias para acondicionamento de milho visando atendimento do Programa Vendas em Balcão e efetuada compra de diversos produtos para doações, e, por fim, realizadas vendas de 287.607.469kg de milho e de 105.556.943kg de trigo para atendimento às políticas de abastecimento.

Gráfico: Valores referentes às operações comerciais executadas em 2018 (em R\$).



Assim, considera-se que a Conab, no que cabe à execução das operações comerciais, atendeu a sua missão institucional, com o cumprimento integral das demandas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito àquela política pública.

Embora não tenha sido possível demonstrar progressão para alcance das metas, consideramos, de forma macro, que as iniciativas adotadas para mensuração trimestral desempenharam um papel importante gerando melhorias para as próximas operações.

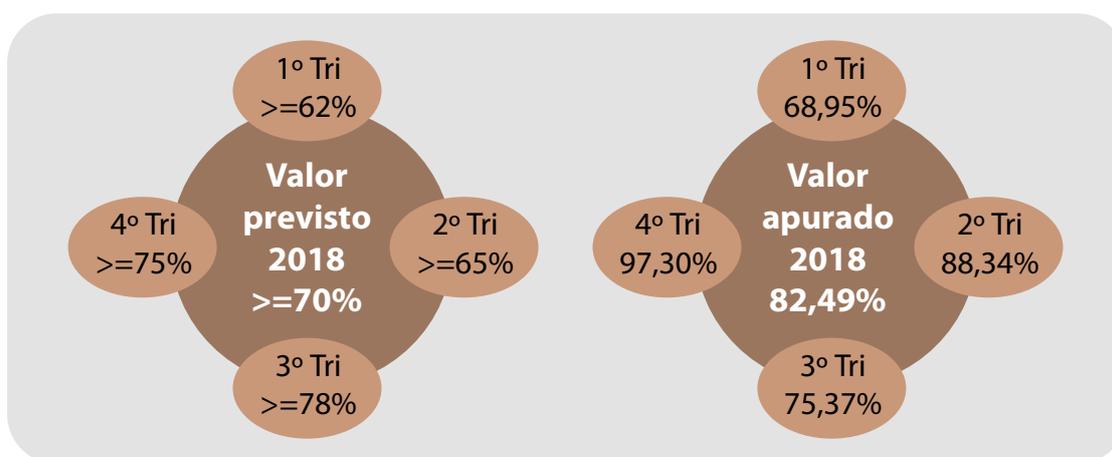
Otimizar o uso dos modais de transportes adotados pela Conab.

Ao objetivo estratégico “Otimizar o uso dos modais de transporte adotadas pela Conab” estão vinculados o indicador de desempenho “Índice de operações logísticas no transporte de produtos”, monitorado na Sulog, e o indicador de contribuição das regionais, definido como “Grau de eficiência das operações logísticas nas regionais”. O indicador monitorado na Sulog visa mensurar o percentual de cumprimento dos prazos das operações de remoção de grãos contratadas pela Conab. Sua medição tem por base os atrasos ocorridos no

descumprimento do fluxo de embarque por parte das transportadoras. O indicador monitorado no âmbito das regionais visa mensurar o percentual de atraso na operação ocasionado por falhas na disposição dos recursos por parte da Superintendência Regional de origem e/ou destino. Os prazos de suspensão gerados por falhas de gestão da regional são mensurados em relação ao prazo contratado.

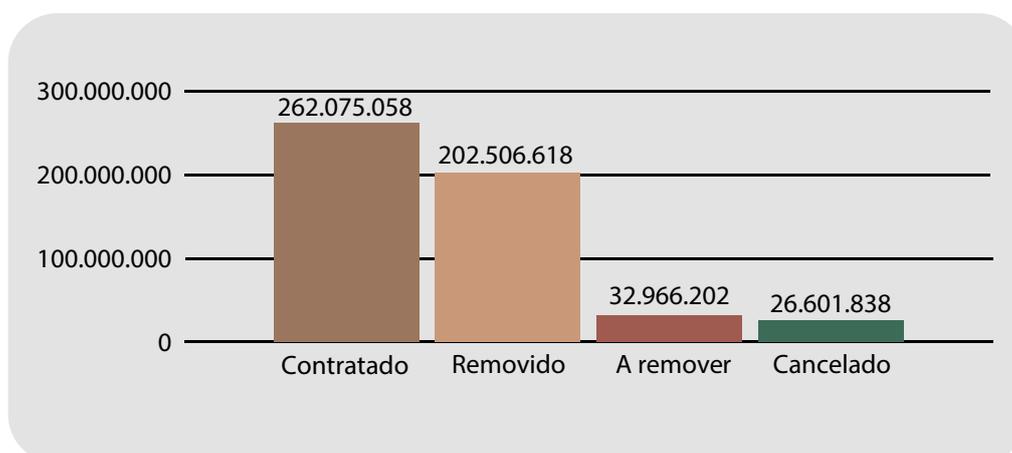
Ambos indicadores têm como objetivo melhorar o desempenho operacional das operações de remoção de grãos, uma vez que o cumprimento do fluxo contratual previsto significa abastecimento regular das unidades atendidas. A prioridade estabelecida para 2018 foi melhorar a operacionalização da remoção de grãos, com obtenção de melhores índices de cumprimento de prazos pelas empresas contratadas e minimização da ocorrência de entraves operacionais que impactam a execução do transporte. Para o indicador, os resultados alcançados em 2018 estiveram bem acima das metas estipuladas. Para 2019, a meta é atingir valor igual ou superior a 72% de cumprimento dos prazos por parte das transportadoras, assim como manter percentual igual ou inferior a 28% de suspensão das operações por parte das regionais.

Comparativo de metas e resultados de 2018



É importante destacar que no ano de 2018, foram realizadas contratações de transporte para 262.075.058 kg de produtos, sendo 261.440.336 kg de milho em grãos destinados ao ProVB e 634.722 kg de produtos diversos relativo ao Termo de Execução Descentralizada MDS/CONAB n.º 005/17. Foram efetivamente removidos, em 2018, cerca de 77,3% do total contratado, sendo 10,2% do quantitativo cancelado, por problemas operacionais. Para execução em 2019, restou um saldo de 32.966.202 kg, em sua maior parte proveniente dos últimos avisos de frete contratados em novembro/2018.

Resumo das operações de transporte em 2018 (em kg).



Os gastos com as remoções de grãos compõem a Ação 2130 - Formação de Estoques AGF. Como o orçamento previsto na Ação 2130 envolve diferentes tipos de despesas, o valor realizado foi considerado também como sendo o valor previsto para o transporte no ano de 2018. Quanto aos valores de Restos a Pagar - RAP, a discrepância observada entre o previsto e o realizado corresponde a cancelamentos de operação, cujos valores ainda se encontram empenhados nas regionais.

Dados orçamentários e físicos, referentes às remoções efetuadas em 2018.

Análise orçamentária	Orçamento *				Físico **			
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado	
	Exercício (mil R\$)	RAP*** (mil R\$)	Exercício (mil R\$)	RAP (mil R\$)	Exercício (t)	RAP	Exercício (t)	RAP
Ação 2130 Formação de Estoques AGF Transporte	114.191,918	11.896,374	114.191,918	6.510,912	262.075	-	202.506	-

*Dados disponibilizados pela Suofi em 15/02/2019.

** Dados da Sulog/Gemov relativo à quantidade de produto em toneladas.

*** RAP: Restos a Pagar.

Ressalta-se ainda que, dentre as principais medidas executadas pela Sulog em 2018 estão a estruturação interna de procedimentos e normativos, bem como as interações junto à Casa Civil, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Tribunal de Contas da União – TCU, em busca de segurança jurídica para o processo de contratação direta de Cooperativas e Associações de Transportadores Autônomos de Cargas para, no mínimo, 30% da demanda anual de frete da CONAB, estabelecida pela Medida Provisória n.º 831, de 27 de maio de 2018, convertida mais tarde na Lei n.º 13.713, de 24 de agosto de 2018.

O mesmo ocorreu para a MP n.º 831, de 27 de maio de 2018, convertida posteriormente na Lei n.º 13.713, de 24 de agosto de 2018, que instituiu no mercado a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, em virtude de conflitos existentes com relação ao preço de contratação direta e o preço mínimo de transporte, assim como dificuldades técnicas para a exigência do preço mínimo no pregão de frete devido a sua variação em função da configuração do veículo a ser utilizado na operação.

Otimizar a utilização da rede armazenadora para garantir a execução dos instrumentos de políticas agropecuárias.

Com o intuito de aperfeiçoar os mecanismos de gestão estratégica de armazenagem, procurando os melhores modelos e métodos voltados para otimização de recursos e aumento da eficiência da rede própria da Companhia, a Conab tem como um de seus objetivos estratégicos “Otimizar a utilização da rede armazenadora para garantir a execução dos instrumentos de políticas agropecuária”.

Durante a etapa de revisão de metas e indicadores para 2018, foi aprovado o seguinte indicador estratégico, monitorado no âmbito da superintendência de armazenagem da Conab- Suarm: “Taxa de Revisão da Capacidade Estática de Armazenagem”. Busca-se com este indicador acompanhar a atualização do banco de dados da capacidade estática de armazenagem cadastrada no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - SICARM, garantindo assim a validade e confiabilidade dos dados referentes à rede armazenadora nacional. A fórmula adotada para o indicador foi:

$$\text{Taxa de Revisão da Capac. Est. de Armazenagem} = \frac{\text{Capacidade estática revisada}}{\text{Capacidade estática}} * 100$$

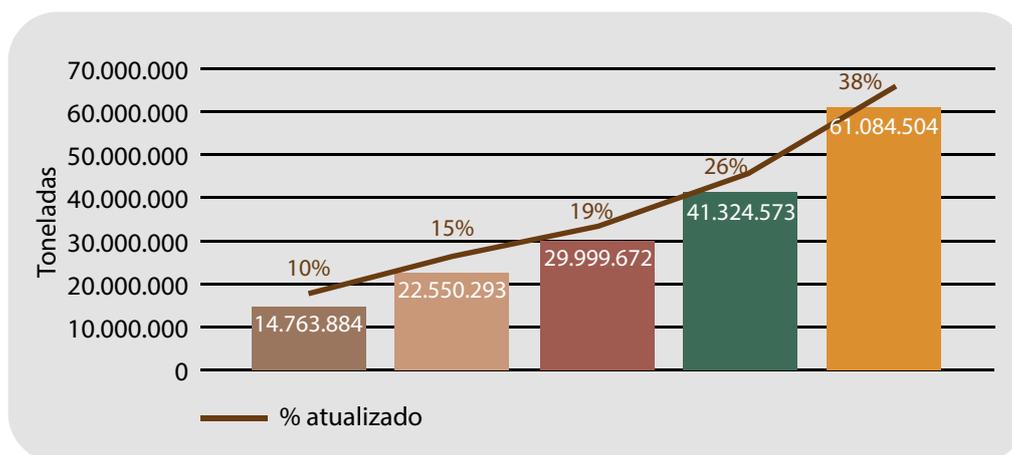
A meta anual definida para o indicador é de 25% de revisão da capacidade estática de armazenagem, em cada ano, de forma acumulada, até que no fim do quadriênio de referência seja revisada 100% da capacidade estática cadastrada no SICARM em 31/12/2017. Entre os anos de 2014 a 2017, a SUARM revisou, em média, 17,5%

da capacidade estática do Brasil. Especificamente em 2017, foi atingido o percentual de 26%, ou seja, 1% acima da meta.

No ano de 2018, foram atualizadas cerca de 61 milhões de toneladas de capacidade estática. Isso representou cerca de 38% da capacidade estática do Brasil, de referência e apresentando um aumento de 48% da revisão da capacidade estática em relação ao exercício de 2017.

O aumento de 48% em relação à capacidade estática atualizada em 2017 se deve basicamente a dois fatores. O primeiro deles é o fato de em 2018 ter sido finalizado o censo do Mato Grosso e quase a totalidade do censo do Paraná. Os dois Estados representam 40% da capacidade do Brasil. Essas localidades apresentam um grande adensamento de armazéns graneleiros de grande porte, e isso acaba otimizando os recursos por não

Capacidade estática atualizada.



haver necessidade de realizar grandes deslocamentos para se atualizar uma capacidade estática considerável.

O segundo fator que contribuiu para o significativo aumento de capacidade estática atualizada foi o Termo de Execução Descentralizada- TED nº003/2018, celebrado entre o MAPA e a Conab, com objetivo de atualizar o parque armazenador de café do Brasil e de divulgar a pesquisa de estoques privados de café. Para a execução da última etapa do censo do Mato Grosso, em um valor estimado de cerca de R\$ 35 mil, também foi realizada por meio de TED com MAPA firmado regionalmente naquele Estado.

No Plano Orçamentário – PO “Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras”, estava previsto orçamento de R\$ 300 mil. No entanto, foram bloqueados R\$ 50 mil e sendo efetivamente executados cerca de R\$ 240 mil, ou seja, reduzindo do orçamento o que foi bloqueado, foi executado aproximadamente 96% do orçamento.

O ano de 2018 finalizou com 342 solicitações atendidas e com 139 solicitações de cadastro em aberto, sendo que 81 delas, 58% do total, foram abertas a partir de julho de 2018, período em que praticamente não havia mais recursos para o cadastro. O foco nesse ano foi finalizar as ações de censo no Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. O não atendimento de 139 solicitações em 2018 poderá impactar esse número no ano de 2019 caso não sejam atendidas logo no início do ano.

Assim como para 2018, foi previsto para 2019, para o PO “Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras”, o orçamento de R\$ 300 mil. No entanto, foram bloqueados R\$ 50 mil. O ano de 2019 possui o agravante de não ter previsão para a celebração de TED que contribua para o alcance da meta de 25% de revisão de capacidade estática e ainda, ao fato das capacidades a serem revisadas encontrarem-se em locais menos adensados de unidades armazenadoras, o que faz com que o custo para a atualização do cadastro seja superior ao custo das unidades localizadas de forma adensada, como é o caso do Mato Grosso e Paraná.

A SUARM possui sob sua gestão 03 (três) POs dentro da Ação orçamentária 20Y7 – Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar. Além do PO Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, existem 02 (dois)

POs que não estão relacionados ao indicador estratégico dessa Superintendência mas, considerando a sua relevância e relação à temas objetos de recomendações do TCU e que, ainda, podem afetar a geração de valor da

Quadro: Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento			Físico		Unidade de Medida
	Previsto (LOA + adicionais)	Realizado (empenho liquidado)		Previsto	Realizado	
		Exercício	RAP			
Ação 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar						
PO1-Recuperação e Modernização de UAs não atendidas pelo Contrato BB	3.600.000,00	1.038.956,14	787.751,42	30	65	Unidade modernizada
PO2-Estudo de Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita	150.000,00	52.660,66	0,00	1	0	Estudo realizado
PO3-Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	300.000,00	240.350,12	0,00	3.500	4.933	Unidade cadastrada

Conab e seus objetivos estratégicos, existe a necessidade de inclusão dos resultados neste relatório. Esses POs estão discriminadas no quadro a seguir.

Para o PO 1 – Recuperação e Modernização de UAs não atendidas pelo Contrato BB, foi possível a execução de cerca de 70% do valor previsto para 2018, tendo em vista as dificuldades das Superintendências Regionais em concluir os procedimentos licitatórios. Para o ano de 2019, a previsão orçamentária se repetiu, mas visando sanar o gargalo administrativo na finalização dos procedimentos licitatórios, foi solicitada pela SUARM/GERAP, por meio da Nota Técnica GERAP nº 030/2018 à SUDEP/GECAP a capacitação de todas as áreas envolvidas, visando a utilização otimizada dos recursos orçamentários disponíveis.

Já para a PO 2 – Estudo de Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita, a execução de cerca de 35% dos valores orçamentários previstos ocorreu devido a ajustes nos projetos contratados, os quais apresentaram dificuldade em sua execução, o que resultou na redução do tempo de análise, para o qual não houve a necessidade de novos repasses financeiros. O valor liquidado em 2018, ocorreu principalmente devido à organização do Seminário Internacional sobre Perdas na Armazenagem e Transporte de Grãos. O evento ocorreu em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na sede da Conab em Brasília, nos dias 28 e 29 de novembro de 2018 e reuniu diversos atores nacionais e internacionais ligados ao tema, para apresentação das ocorrências de perdas, seus impactos e formas de mitigação.

Apesar de o recurso ter sido subutilizado, existe a previsão de contratação de estudos de perdas para novos produtos, que não foi possível ocorrer em 2018, tendo em vista a necessidade de ajuste na metodologia de contratação dessas pesquisas.

Observa-se que além dos dados constantes deste capítulo, a Conab acompanha outros indicadores, referentes ao desempenho das superintendências regionais, que estão referenciados no item 8 deste relatório “Outras Informações Relevantes”.

6- ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1- Declaração do presidente do Conselho de Administração da Conab: Raphael Vianna de Menezes

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da agropecuária nacional e de dar transparência à atuação da Companhia no exercício de 2018, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018, em cumprimento aos termos dos Artigos 70 e 71 da Constituição Federal, e elaborado de acordo com as disposições normativas do Tribunal de Contas da União - TCU, estabelecidas na Decisão Normativa TCU n.º 170 de 2018.

Em 2018, a Companhia deu continuidade às melhorias da Governança Corporativa iniciadas em 2017 com a adequação do Estatuto Social à Lei das Estatais, criação do Código de Conduta Ética e Integridade e a elaboração do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC. A Conab canalizou esforços no âmbito de compliance com a implantação do Programa de Fomento à Integridade Pública - Profip, para que todos os seus normativos e procedimentos mantenham a coerência necessária.

Com o intuito de ampliar a transparência voltado à Governança Corporativa – um dos pilares da Lei das Estatais –, foi lançado o portal institucional da Conab. O novo canal de comunicação com a sociedade segue as regras de propriedade digital do Governo Federal, oferecendo informações com mais transparência, usabilidade e acessibilidade. Como resultado, o portal institucional da Conab saltou de 674 mil visualizações de página no primeiro trimestre para mais de 2 milhões no segundo trimestre de 2018.

Com o mesmo foco na Governança, em 2018, os 31 indicadores passíveis de desempenho passaram a ser monitorados pelo software Geplanes de forma colaborativa, com a participação de todas as áreas responsáveis pelas metas estabelecidas. Como consequência deste esforço coletivo, a Conab alcançou por duas vezes consecutivas a certificação de nível 1 do IG-Sest – indicador de qualidade da Governança Corporativa nas estatais, gerido pela Sest do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Considerando a Cadeia de Valor estabelecida na estratégia, a Companhia alcançou 86,83% das metas estabelecidas para os indicadores previstos na perspectiva “Suporte” e 86,85% para os indicadores na perspectiva “Processos Internos”. Já, na perspectiva “Sociedade”, a Conab alcançou 93,74% das metas voltadas para promoção da Inteligência Agropecuária, 88,47% das metas voltadas para a promoção e execução de Políticas Públicas e 99,72% das metas com foco no Abastecimento e Regulação.

Em um cenário de restrição orçamentária e financeira, demonstrar um bom nível de governança é um mecanismo fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos e superação dos desafios. As relações institucionais – nacionais e internacionais – também tiveram impacto importante na atuação da Conab, com a ampliação e fortalecimento de parcerias, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e programas do Governo Federal, seja para o intercâmbio e aprimoramento de informações agropecuárias ou para a implementação de programas sociais e de abastecimento.

Ante o exposto, e consubstanciado pelas declarações de conformidade dos gestores responsáveis pela Gestão da Conab, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas contidas no Planejamento Estratégico, a legalidade dos atos e a constante busca eficácia, eficiência e economicidade da gestão da Companhia buscando

viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos e o alinhamento com o planejamento institucional.

6.2- Gestão orçamentária e financeira

Em 2018, a Lei Orçamentária Anual de 2018 contemplou uma dotação orçamentária global de R\$ 2.622.138.869,00. Com as alterações ocorridas no transcorrer do exercício, a dotação final disponível situou-se no patamar R\$ 2.603.817.078,00.

Tabela: Distribuição das Dotações Orçamentárias(Conab,2018)

Ações	Dotação recebida	Dotação executada	%
Despesas com pessoal/ benefícios	1.008.518.200,00	887.741.736,53	88%
Despesas ações judiciais	79.730.212,00	69.517.716,18	87%
Despesas de funcionamento	112.318.360,00	109.120.729,06	97%
Ações finalísticas	3.250.306,00	3.111.009,57	96%
Estoques públicos	1.400.000.000,00	362.572.202,65	26%
TOTAL	2.603.817.078,00	1.432.063.393,99	55%

Fonte: Siafi

A baixa execução ocorrida no exercício (55%) se deu, principalmente, por conta da Ação Orçamentária Formação dos Estoques Públicos, que envolve as operações relacionadas à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. Com efeito, para uma dotação de R\$1.400.000.000,00, o nível de execução atingiu R\$362.572.202,65 (25,90%).

Sobre as operações relacionadas à PGPM, há que se atentar para o fato de que os níveis de execução não podem ser focados exclusivamente sob o ponto de vista mercantil, porquanto tais operações estão vinculadas aos ditames das políticas voltadas aos setores agrícola e do abastecimento, e as intervenções governamentais se fazem quando detectados desequilíbrios no mercado entre oferta e procura.

Na comparação com os dois últimos exercícios, a dotação de 2018, sob o ponto de vista geral, sofreu decréscimos reais, conforme pode ser visualizado na planilha a seguir.

Tabela: Distribuição das Dotações Orçamentárias(Conab,2018)

Despesas	2016	2017	2018	Variação - %	
				2016=100	2017=10
Empenhadas	1.382.502.534,66	1.893.381.501,71	1.432.658.772,28	36,27	(24,33)
Liquidadas	1.351.761.582,75	1.849.764.837,85	1.384.137.271,38	2,39	2,40
Pagas	1.346.765.121,26	1.827.900.191,63	1.312.680.929,47	(2,52)	(28,19)

6.3- Execução de Investimentos

No que concerne às despesas de investimentos, de uma dotação final de R\$ 4.022.040,00, a Companhia executou R\$ 2.311.289,46, o que correspondeu a 57,47%.

Tabela: Despesas de investimentos (Conab, 2018)

Ações	Dotação LOA [A]	Dotação Final [B]	Execução [C]	% de Execução [C/B]
Administração da Unidade	6.000.000,00	3.196.976,00	2.028.564,76	63,45
Recuperação Unidades	2.100.000,00	825.064,00	282.724,70	34,27
TOTAL	8.100.000,00	4.022.040,00	2.311.289,46	57,47

6.4- Restos a pagar:

Em 2018 a Conab efetivou pagamentos no montante de R\$ 476.219.124,95 relativos aos empenhos emitidos em anos anteriores, inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados. Referido valor, somado aos pagamentos do exercício, perfaz um montante no valor de R\$ R\$ 1.312.680.929,47, totaliza em R\$ 1.722.900.054,42.

Tabela: Execução Despesas de Funcionamento

DESPESAS DE MANUTENÇÃO	EXECUÇÃO	%
Diárias - Pessoal Civil	2.310.859,59	2%
Material de Consumo	3.928.828,23	4%
Passagens e Despesas com Locomoção	682.129,25	1%
Serviços de Consultoria	57.000,00	0%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.219.524,83	1%
Locação de Mão-de-obra	42.546.227,77	41%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	44.489.632,40	42%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	1.772.354,53	2%
Obrigações Tributárias e Contributivas	5.670.384,47	5%
Indenizações e Restituições	922.363,13	1%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (INTRA)	582.916,24	1%
Obrig. Tribut. e Contrib.-Op. Intra-Orçamentárias	515.755,04	0%
TOTAL	104.697.975,50	100%

Quanto às dotações destinadas à manutenção, foram executados R\$ 104.697.975,50, sendo que aproximadamente 90% foram derivados dos contratos de prestação de serviços continuados e os de concessão pública.

Dentro desse cenário, e ainda considerando a impossibilidade de obtenção de recursos suplementares, as ações no contexto da governança corporativa devem ser voltadas para a racionalização da atual estrutura física e orgânica da Companhia e, naturalmente, a redução seletiva de seus custos e despesas, definindo claramente as prioridades que devem pautar a gestão no seu dia a dia.

A propósito, cumpre registrar que a Diretoria preocupada com a manutenção da estabilidade e o fortalecimento da Companhia, elencou uma série de medidas voltadas à redução seletiva de custos e despesas, e a maior racionalidade e fluidez dos seus processos (buscando fazer o melhor a um menor custo).

Entre as iniciativas elencadas, cumpre mencionar, entre outras, as seguintes:

Reavaliação da atual estrutura orgânica, buscando reduzir os níveis hierárquicos ao mínimo necessário, suprimindo áreas inócuas e/ou redundantes, buscando desenhar um modelo estruturado em processos, concebido dentro das reais necessidades da Companhia.

1. Definição e materialização de uma rede estratégica de armazenagem, com a consequente desativação

das unidades que já não atendem os objetivos para as quais foram criadas (início da década de 70), por força, entre outros fatores, do deslocamento de fronteiras agrícolas, expansão de equipamentos privados mais modernos e, principalmente, a evolução da logística (com as fronteiras comerciais cada vez mais abertas, um produto parado além do tempo necessário, pressupõe custo agregado e, por consequência, perda de competitividade). Mencione-se, ainda, que é remota a perspectiva da Companhia vir a ter um volume de recursos orçamentário e financeiro suficientes para fazer frente às aplicações voltadas à modernização de sua atual rede, mesmo que apenas dentro do nível mínimo exigido para certificação.

2. Aceleração das ações voltadas à desmobilização de ativos inservíveis, envolvendo a alienação, cessão a entidades públicas, entre outras alternativas, de forma a mitigar os custos operacionais e gerar receitas destinadas aos reinvestimentos.

3. Celeridade na adoção de medidas voltadas à redução seletiva dos dispêndios, com acompanhamento efetivo por meio de metas setoriais e mecanismos de controle.

Diante desse universo de causas e efeitos, torna-se necessário uma conscientização geral quanto à necessidade de adoção de medidas saneadoras e mitigadoras, frente ao cenário econômico prevalecente e o espaço temporal requerido para a sua reversão e a retomada do crescimento (enquanto dependente, a Companhia tem a sua margem de manobra reduzida). Isto nos leva a ponderar que a reversão e/ou mitigação do cenário adverso somente será possível se todos os colaboradores – dirigentes e dirigidos – não perderem de vista a máxima de que a boa administração passa, necessariamente, pela arte de administrar a escassez e, mais ainda, que a identidade entre eficiência e eficácia é fazer o melhor a um menor custo.

6.5- Gestão de pessoas

A Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas - Digepe desenvolve e implementa suas políticas visando consolidar o corpo funcional como pilar fundamental para a gestão da organização. As iniciativas aqui destacadas se alinham aos processos de gestão de pessoas da Companhia, visando assegurar a conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, observando também o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo governo federal e órgãos de controle.

6.5.1 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

É um benefício caracterizado por um conjunto de medidas administrativas voltadas para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, dos empregados e seus dependentes, em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde. É o único serviço de saúde concedido no âmbito da Companhia.

Como parte da articulação de diferentes políticas de gestão de pessoas, a busca incessante por melhoria dos resultados, com foco na satisfação assistencial dos beneficiários e maior qualidade das frentes de atendimento à saúde, tem sido uma das metas prioritárias da política de reconhecimento e valorização dos recursos humanos da Companhia. Mais do que melhorar as estruturas de atenção à saúde disponíveis, temos avançado com a criação de políticas inéditas e fundamentais direcionadas ao conjunto de empregados e seus dependentes, em que pese as dificuldades financeiras existentes. Como exemplo, cita-se revisão e modernização do regulamento de regência; estudos atuariais: diagnóstico, riscos, sinistralidade e autossustentabilidade da carteira e remodelagem de custeio; aderência aos avanços da ciência e tecnologia, mediante a incorporação de novos procedimentos médicos, entre outros.

Sob o ponto de vista da conformidade legal, há que se destacar a publicação das Resoluções CGPAR nº 22 e 23, ambas de 2018, que estabelecem diretrizes e parâmetros mínimos de governança e de custeio. Com ênfase nesta última, define-se o novo modelo de coparticipação financeira, entre empregados e empresas estatais, aí

incluída a Conab. Com efeito, o ATO DE DIREÇÃO DIGEP nº 41, de março de 2018, e suas alterações posteriores, determinou estudos com vistas às ações necessárias ao implemento das medidas ali baixadas, dentre as quais podemos citar: criação/revisão das normas regulamentadoras do SAS; proibição da oferta do benefício de assistência à saúde para os novos ocupantes dos cargos de assessores e diretores, e bem assim para os novos empregados admitidos por meio de concurso público.

6.5.2 Avaliação de Desempenho

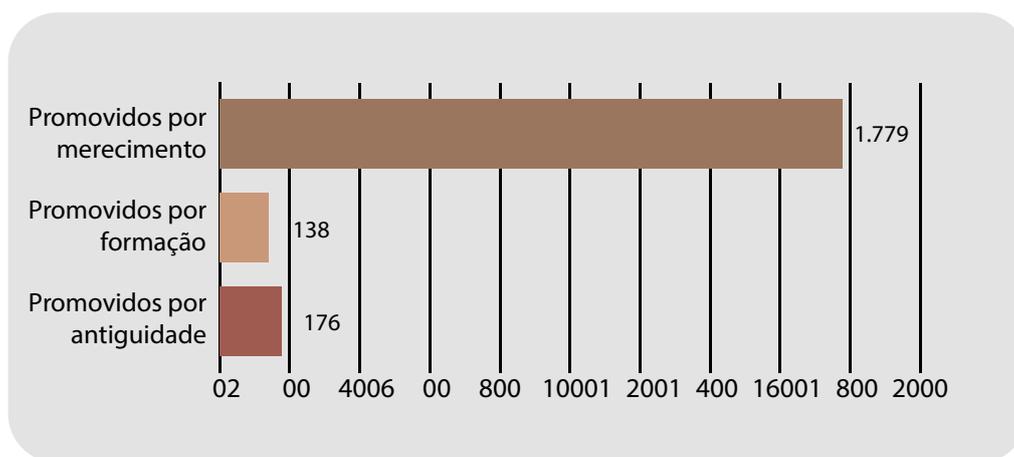
O modelo de gestão de desempenho individual da Conab alinha-se ao aparato legal regente na administração pública brasileira sobre a matéria, bem como às experiências profissionais e as orientações científicas notadas no campo da moderna gestão de pessoas. Adiante são descritos os elementos que compõem tecnicamente o Plano de Gestão do Desempenho Individual da Conab: Planejamento Participativo; Monitoramento do contexto organizacional; Feedbacks contínuos; Avaliação por múltiplas fontes; Especificidade das medidas de desempenho.

Em 2018, 3.750 empregados participaram do processo de avaliação de desempenho realizado na Conab, conforme o plano de gestão de desempenho estabelecido pela Companhia.

6.5.3 Progressão Funcional

Informamos que pelas Políticas de Recursos Humanos e Plano de Cargos e Salários da Empresa, um total de 2.093 empregados tiveram avanço em sua carreira de 1(uma) referência salarial, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Progressão funcional por antiguidade, formação e merecimento (Conab, 2018)



6.5.4 Avaliação do período de experiência

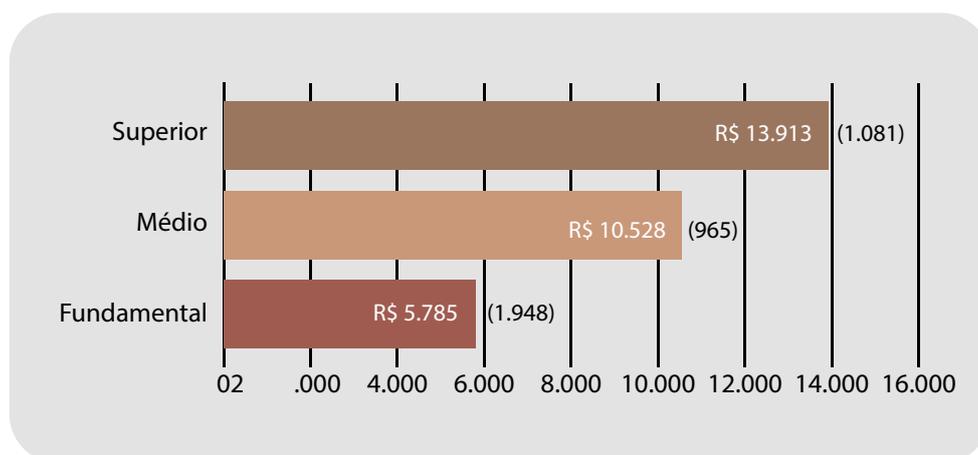
Constata-se que 142 empregados foram submetidos à avaliação de desempenho do período de experiência pelo gestor da área, e que 99,30% conseguiram ser aprovados para dar continuidade na sua prestação de serviços à Conab. Esse é um aspecto positivo, sinal que os candidatos convocados pelo concurso público conseguiram atender às expectativas dos gestores em sua unidade de lotação. Essa avaliação serve para o gestor conhecer as habilidades do trabalhador e para o trabalhador conhecer as condições e o ambiente de trabalho que estão sendo oferecidos a ele.

6.5.5 Remuneração Média

A remuneração média não é composta apenas do salário-base, mas também por parcelas suplementares, como anuênio, quinquênio, 14º salário e outras vantagens pessoais que os empregados possuem, principal-

mente aqueles oriundos das antigas empresas fusionadas (CFP, Cibrazem e Cobal). A remuneração média dos empregados da Conab gira em torno de R\$ 9.131,00, conforme apresentado no gráfico abaixo.

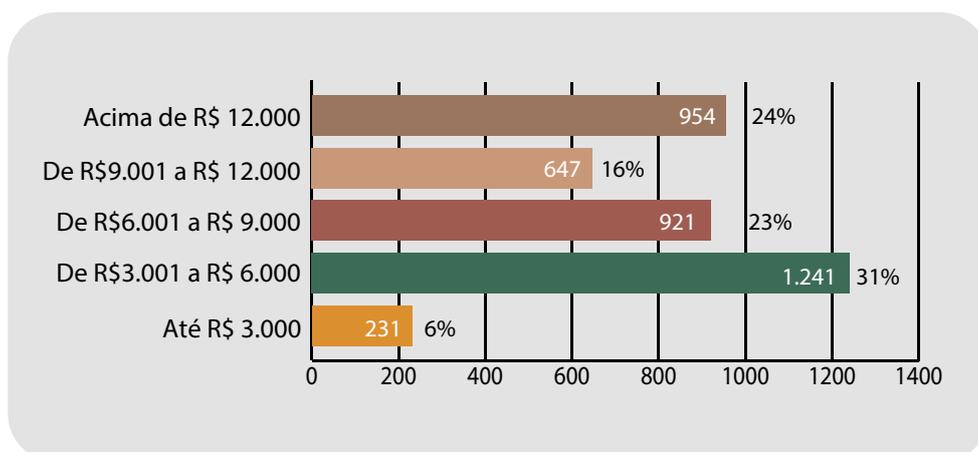
Quadro: Remuneração média por nível de cargo (Conab, 2018)



6.5.6 Distribuição por nível de remuneração

Constata-se pelo gráfico a seguir que a remuneração dos empregados da Conab se concentra no intervalo de R\$ 3.001 a R\$ 6.000, isso devido ao grande volume de empregados anistiados enquadrados nos cargos de nível fundamental, que atualmente gira em torno de 49% do quadro de pessoal da Conab.

Gráfico: Distribuição de empregados por nível de remuneração (Conab, 2018)



6.5.7 Cargos de Liderança

98% dos cargos gerenciais da Conab são ocupados por empregados de cargo efetivo, percentual positivo na medida que se verifica o desenvolvimento profissional dos colaboradores da Conab para ocuparem postos de liderança. Ressalta-se que para a Conab ser considerada uma empresa de inteligência nesse segmento, conforme previsto em seu Mapa Estratégico, é salutar o investimento e desenvolvimento interno dos seus empregados.

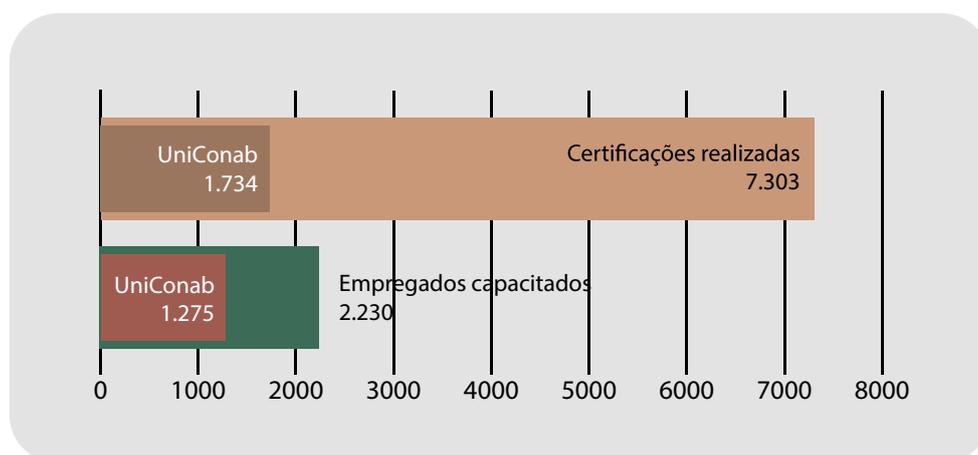
6.5.8 Capacitação - estratégia e números

A Conab promove continuamente a capacitação dos seus empregados visando o desenvolvimento do seu corpo funcional e o alcance dos objetivos organizacionais. Para isso, conta com alguns programas permanentes como o Programa de 1ª Graduação, Programa de Língua Estrangeira e o Programa de Pós-Graduação, que estabelecem incentivos financeiros e não financeiros para que os empregados possam participar dessas modalidades de ensino.

Além disso, a Companhia proporciona aos empregados a participação em diversas atividades de treinamento, tanto elaborados internamente (presenciais e a distância), quanto obtidos por meio de contratação e compra de inscrições para eventos externos. A Política de gestão de pessoal da Conab incentiva o desenvolvimento do quadro de empregados, prevendo a liberação da jornada de trabalho para participação em eventos gratuitos, realiza ainda parcerias com outros órgãos da Administração Pública para realização de treinamentos em conjunto, dentre outras ações necessárias ao desenvolvimento dos seus funcionários.

No ano de 2018, diante da escassez de recursos destinados às ações de capacitação, a estratégia de utilização desses recursos foi priorizar os treinamentos legalmente obrigatórios que a Companhia deve oferecer, como os relativos à segurança e medicina do trabalho e os exigidos pela Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.495/2016, destinados aos Administradores e Conselheiros Fiscais da Companhia. Diante desse cenário, a estratégia para se conseguir alcançar o maior número de empregados da Companhia com capacitações de qualidade, de forma a dar as mesmas oportunidades aos empregados das diversas localidades, Matriz e Superintendências Regionais, foi o fortalecimento da Universidade Corporativa da Conab - UniConab, por meio da oferta de treinamentos a distância planejados e executados por empregados da Companhia. Os dados e resultados são apresentados nos gráficos a seguir:

Relatório Total de Capacitações (incluindo Uniconab)



6.5.9 Avaliação da Força de Trabalho

O quadro de pessoal da Conab apresenta grande heterogeneidade devido à fusão das três ex-empresas (Cobal, CFP e Cibrazem), cada uma com suas características específicas.

A Companhia possui empregados com contratos de trabalho distintos e em diferentes situações: anistiados, cedidos, cargos de livre provimento, concursados e aqueles originários das empresas fusionadas.

Como se percebe no quadro abaixo, do universo de 4.034 empregados, 67,75% correspondem ao sexo masculino e 32,25% ao sexo feminino. No tocante à etnia/cor, o maior percentual de empregados representa a cor branca, correspondente a 78,88%, conforme autodeclaração no ato do cadastro.

Em relação à faixa etária, o maior quantitativo corresponde ao intervalo de 51 a 60 anos (38,47%) e de 61 a 70 anos (31,78%), em face preponderantemente dos empregados que vieram das empresas fusionadas, assim como dos anistiados que retornaram desde 2004.

Quanto à situação funcional, no período apurado (janeiro a dezembro de 2018), 87,60% dos empregados encontravam-se trabalhando efetivamente, enquanto que 12,40% apresentavam o seu contrato suspenso ou interrompido. Os empregados cadastrados como Pessoa com Deficiência – PCD representam 2,28%.

		Masculino		Feminino				Total	
GÊNERO		2733		1301				4034	
		Amarela	Branca	Indígena		Parda	Preto	Total	
ETNIA/COR		20	3182	6		726	100	4034	
		20 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	71 a 80	81 a 90	Total
Faixa Etária		259	538	262	1552	1282	136	5	4034
		Trabalhando	Lic. s/ Vctos	Aposentadoria Invalidez Temporária		Lic. INSS	Outras Licenças	Total	
Situação Funcional		3534	17	54		24	405	4034	
Empregados com deficiência								92	

6.5.10 Folha de Pagamento

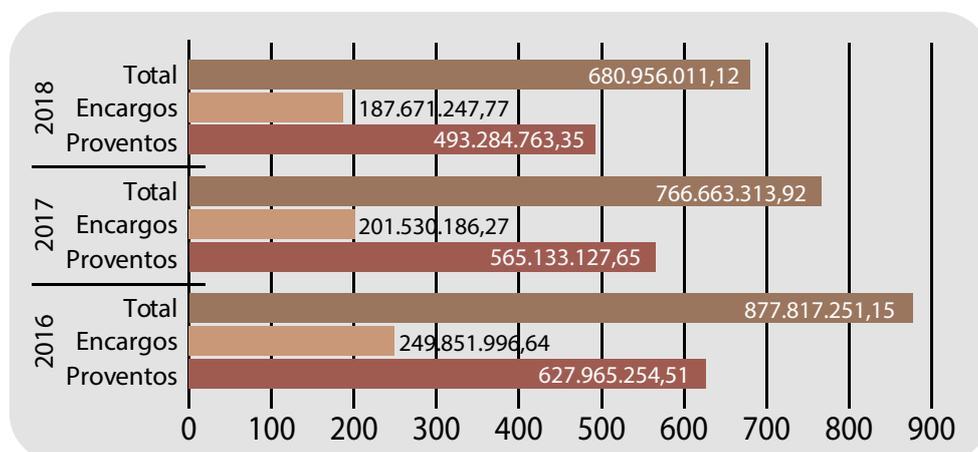
Os empregados da Companhia estão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, conforme o Art. 136 do Estatuto Social, não existindo vinculação com o Regime Jurídico Único – RJU, inclusive a Lei nº 8.112/90.

Neste contexto, a Folha de Pagamento da Conab – Fopag, cuida exclusivamente do pagamento dos empregados ativos, inexistindo folha de pagamento de inativos, pensionistas, entre outros.

Para apuração dos valores demonstrados no gráfico “Pessoal Ativo”, foram considerados todos os proventos, descontos/devoluções e benefícios/vantagens pagos via Fopag acrescidos dos encargos patronais sobre o montante.

No ano de 2017, 1.118 empregados aderiram ao Plano de Demissão Voluntária – PDV/2016, o que impactou na redução da Fopag nos anos de 2017 e 2018.

Pessoal ativo



No ano de 2016 os gastos com a Folha de Pagamento atingiram o montante de R\$ 877.817.251,15 (oitocentos e setenta e sete milhões e oitocentos e dezessete mil e duzentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), deste montante 28,46% refere-se aos encargos patronais incidentes sobre a Folha. Nos anos de 2017 e 2018 essa proporção foi de 26,28% e 27,55% respectivamente. Após a implantação do PDV/2016, a Folha de Pagamento foi reduzida em 12,66% no ano de 2017 e 22,42% no ano de 2018.

6.6- Gestão de licitações e contratos

Aprovado em 11.12.2017 pelo Conselho de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento, foi lançado no âmbito desta Casa, o Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, que estabelece as diretrizes legais e administrativas para as contratações de bens, serviços e obras da Companhia.

O Regulamento em apreço compila todos os procedimentos inerentes às contratações da Companhia, desde a abertura do processo administrativo até a finalização contratual, englobando assim, todos os procedimentos pertinentes à preparação da contratação por estudos preliminares, às licitações e à gestão e fiscalização dos contratos.

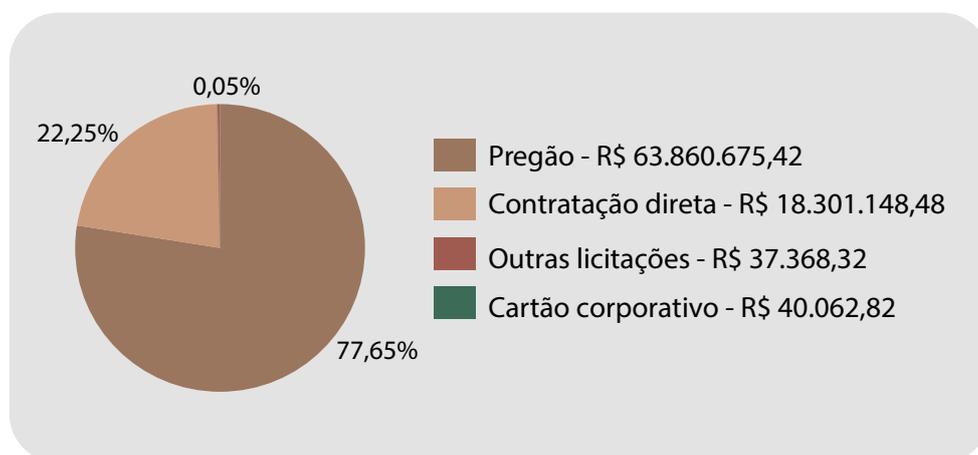
A abordagem regulamentar do processo de contratação visa padronizar e minimizar os riscos inerentes aos seus procedimentos, otimizar e tornar mais eficientes os processos licitatórios da empresa e estabelecer formas de controles internos que verifiquem a conformidade legal das medidas adotadas na contratação.

Desta feita, o teor expresso no RLC se aplica a todos os envolvidos nos processos licitatórios da Companhia, em especial às Comissões de Licitação da Conab, aos seus pregoeiros, à área jurídica e às áreas demandantes e técnicas, os quais deverão conhecer, seguir, disseminar, aperfeiçoar e fazer cumprir as determinações insertas no Regulamento em questão.

No ano de 2018, a Conab alocou, no âmbito nacional, R\$ 82.239.255,04 em contratações de serviços, para a manutenção do funcionamento administrativo da empresa.

Dos gastos efetuados no ano em apreço, em média 77,70% foram oriundos de licitações realizadas pela Companhia (pregão, concorrência, tomada de preços e convite) e 22,30% foram efetivados via contratação direta, isto é, dentro das hipóteses legais de dispensa e inexigibilidade de licitações – previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/93 e, também, nos artigos 416 e 421 do RLC – incluindo, inclusive, as contratações via cotação eletrônica e cartão corporativo, conforme panorama a seguir ilustrado:

Gastos com Serviços - Conab 2018



As contratações listadas acima são indispensáveis ao funcionamento administrativo da Companhia e comum a todas as unidades da Conab (Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras):

A contratação mais relevante efetuada pela Companhia, no que concerne à associação ao objetivo estratégico da Conab, foi a contratação de âmbito nacional do Sistema de Ponto Eletrônico.

Na modalidade Contratação Direta, a realização de licitação ou é dispensável, na forma das hipóteses previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93 e no art. 416 do RLC, ou é inexigível, com justificativa legal no art. 25 da Lei nº 8.666/93 ou ao art. 421 do RLC. Das contratações realizadas, 22,30% foram realizadas de forma direta.

No âmbito das contratações da Conab, são desafios da empresa a redução de custos com serviços, enquanto que, no que concerne às licitações, apresentamos como ação futura a padronização e publicação de Editais-Modelos de Licitações, bem como a revisão e atualização do Regulamento de Licitações e Contratos ora em vigor.

6.7- Gestão patrimonial e infraestrutura

Infraestrutura consiste em um conjunto de elementos estruturais que impulsionam a companhia ou dão suporte as suas atividades. Os principais serviços que compõem a infraestrutura são manutenção, contratações, comunicações e saneamento. Esses quatro itens estão associados e influenciam diretamente no processo produtivo e no fluxo de mercadorias e pessoas, proporcionando aparatos para o crescimento organizacional.

Ao longo do exercício de 2018, a Superintendência de Administração (Supad) realizou suas ações dando enfoque em dois objetivos centrais. O primeiro foi o da segurança patrimonial e de pessoas, além da segurança das pessoas no trabalho. O segundo foi o da busca por eficiência por meio da racionalização de recursos (hídricos e de energia), contratos e processos utilizando-se das diretrizes da NOC nº 10.901 – Regulamento de Licitações e Contratos.

No ano de 2018 iniciaram-se os projetos de implantação dos sistemas de segurança, controle de acessos e monitoramento nas dependências do Edifício-Sede. Os projetos vislumbraram resguardar as instalações da Matriz, bem como garantir a segurança dos mais de 1.200 empregados e visitantes que circulam diariamente nas instalações. O funcionamento do controle de acesso está previsto para janeiro de 2019 e o monitoramento por câmeras em fevereiro, do mesmo ano.

Também, no apoio às Regionais, foram realizados projetos de engenharia com o objeto de revitalizar as instalações das superintendências regionais, tais como:

Sureg/MA - a ampliação do arquivo (R\$ 149.958,75);

Sureg/CE - substituição do telhado (R\$ 56.928,57);

Sureg/RN - reforma das instalações elétricas (Projeto Básico);

Sureg/PE - reforma da estrutura da sede administrativa (Projeto Básico);

Sureg/AM - reforma das instalações hidrossanitárias (Projeto Básico);

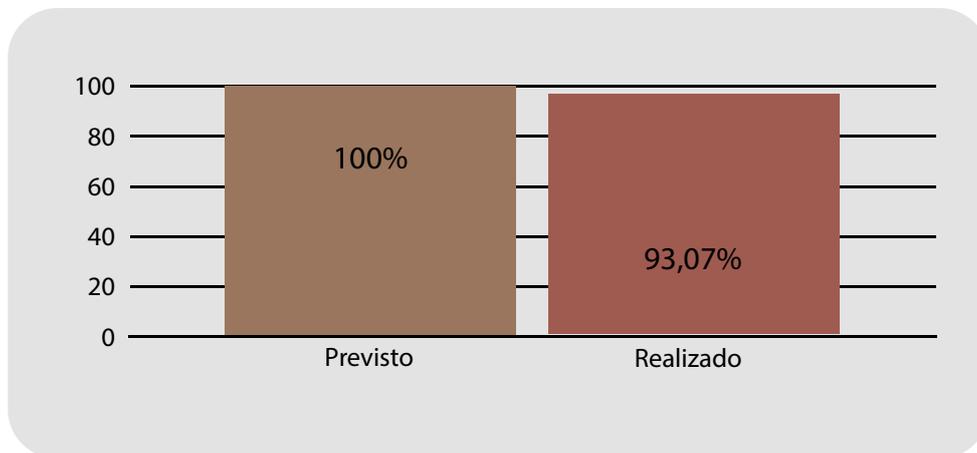
Sureg/MG - manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionado, bombas de recalque e elevadores (Projetos Básicos).

Por meio dos novos ditames estabelecidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, foi possível vislumbrar ganhos em economicidade nas contratações com os fornecedores, visto que, uma vez justificada a vantagem, a contratação poderá se dar em até 05 (cinco) anos, em comparação à contratação

anual, gera eficiência na instrução e no uso dos recursos públicos.

A Companhia buscou a vantajosidade nas relações com seus fornecedores, renegociando contratos, em especial, os de caráter continuado.

Todas as ações descritas contribuem com os objetivos estratégicos da Conab “Aperfeiçoar os serviços infraestruturais de apoio à Companhia”. Além dessas ações, monitora-se no contexto deste objetivo o seguinte indicador “Índice de execução dos serviços infraestruturais”, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:



Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de execução dos serviços Infraestruturais	100%	93,07%	100%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

A meta definida para o “Índice de execução dos serviços infraestruturais” foi alterada para 100%. Isso significa que a cada proporção entre os chamados concluídos e os chamados abertos não pode ser inferior ao citado valor. O resultado alcançado durante o exercício de 2018 atingiu 93,07%. Isso se deveu aos projetos paralelos que foram conduzidos pela Superintendência, entre os quais podemos citar a implantação dos aparelhos de Registro eletrônico de Ponto, das catracas para o controle de acesso e dos processos para instalação de CFTV e outros.

Além do sistema, as reformas realizadas no prédio da Matriz, como a modernização dos elevadores, manutenções elétricas e hidráulicas, renovaram estruturas que se encontravam sucateadas.

O ano iniciou com um desempenho abaixo da meta devido a ajustes na operação do Sistema de Gestão de Demandas (SIGEDE), contudo, no segundo e terceiro trimestres, verificou-se o alcance total da meta estipulada. Em seguida, o cenário do último trimestre demonstrou uma pequena queda fruto do enfoque de toda a equipe para a implantação dos sistemas de segurança, como as catracas de controle de acesso e das instalações que receberam os pontos eletrônicos, atividades que não são contabilizadas no sistema.

Os principais desafios para o exercício de 2019 são a continuidade da implantação dos projetos contratados em 2018, a dizer: os projetos de Segurança e de Combate a Incêndio.

Outros desafios são: a contratação de novos projetos de engenharia, para elaboração de laudos e para a modernização das edificações dos prédios administrativos da Conab em todo o Brasil, e conscientizar as áreas competentes da Companhia da importância de realizar manutenções preventivas, corretivas e mesmo preditivas em todos os sistemas, equipamentos e instalações, de forma sistêmica e orgânica.

6.8- Gestão da tecnologia da informação

O compromisso da área de tecnologia da informação da Conab (Dipai/Sutin), na observância de recomendações de órgãos de controle, materializa-se, em parte, na conclusão de projetos que visam a transparência na gestão da coisa pública, assim como no apoio para viabilizar processos informatizados mais eficientes, confiáveis, produtivos e seguros.

A Conab é signatária do Protocolo Público de Intenção para Adoção de Formatos Abertos de Documentos. Tal instrumento firmou o compromisso da Companhia na observância dos padrões de interoperabilidade previstos na “Arquitetura de Padrões de Interoperabilidade” - ePING, dentre outros.

Direcionados por tais princípios, a área de tecnologia da Informação da Conab busca atuar nas premissas da adoção preferencial de padrões abertos, no uso sistemático e oportuno de software público e/ou software livre e na transparência da informação, respaldados na Lei nº 12.527/11 e alinhados à arquitetura proposta no ePING.

No que concerne à inclusão digital como meio para a inclusão social, a Conab tem realizado adaptações em soluções de TI, observando o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

Tais ações com o foco na inclusão digital somada às recomendações de órgãos de controle neste sentido, possibilitam a acessibilidade digital padronizada, no âmbito do Governo Federal, coerente com as necessidades brasileiras e em conformidade com os padrões internacionais.

No âmbito das contratações, a Conab possui a recomendação, conforme apontado pelo Art. 2º – XIII da Resolução CGPAR nº 11, de estabelecer processo formal para a contratação e gestão de soluções de TI. Neste sentido, abarcando também tal recomendação, foi elaborado um único Regulamento de Licitações e Contratos da Conab (RLC) – Norma 10.901.

Além disso, cabe destacar que em observância ao Art. 2º – IV e V da Resolução CGPAR nº 11 e aos Acórdãos nº 1.603/2008 e 2308/2010 do TCU (Plenário), a Conab instituiu, através da Portaria nº 138, de 26/03/2014, o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, com caráter deliberativo, objetivando o estabelecimento de políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação no âmbito da Conab, assim como na promoção do alinhamento das áreas e negócio Modelo de governança de TI.

6.8.1 Modelo de Governança de TI

A governança de TI está associada à liderança de estruturas organizacionais e processos que visam garantir que a TI esteja apta para sustentar os objetivos e estratégias da organização. Por este motivo, a governança de TI, para que exista, precisa estar, necessariamente, associada e alinhada às diretrizes corporativas.

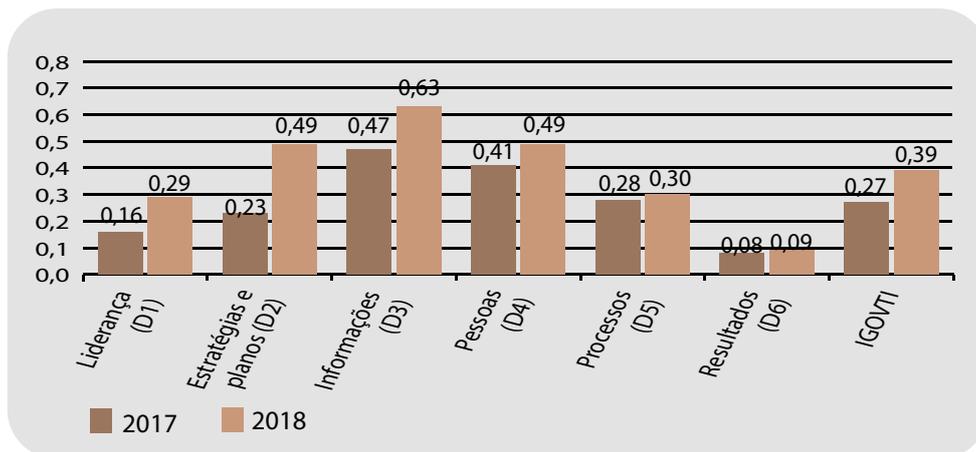
Sendo assim, entendendo a governança de TI como um conjunto de práticas, instrumentos e processos, no âmbito estratégico, o iGovTI, indicador preconizado pelo TCU, tornou-se um referencial na análise da governança de TI em instituições públicas no Brasil.

Para tanto, resgata-se um resumo do resultado obtido pela Conab no referido indicador, apresentado pelo TCU em 2017, referente ao exercício de 2016, onde, na ocasião, foi atribuído o segundo nível (“Básico”) do indicador para a Companhia.

Em visão mais ampla e objetiva, cabe observar que houve uma potencial evolução no índice geral (aproximadamente 44%), considerando os dados apresentados e a comparação dos dois últimos resultados (2014 e 2016) onde foram obtidas as notas de 0,27 (em 2014) e 0,39 (em 2016).

Os detalhes e a comparação dos resultados são expostos a seguir:

Comparativo iGovTI da Conab

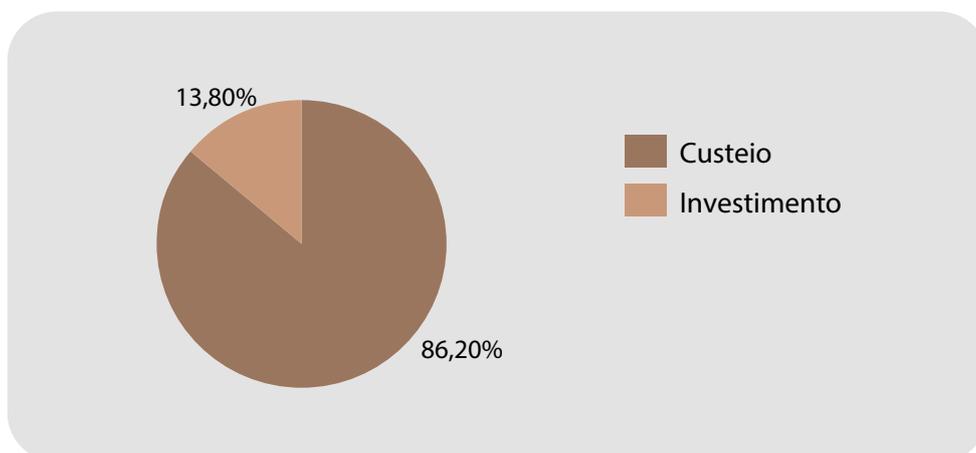


Fonte: Conab, 2017

Montante de recursos aplicados em TI

Montante de Recursos Aplicados em TI – 2018	
Grupo da despesa	Valor empenhado
Custeio	R\$ 7.414.343,73
Investimento	R\$ 1.187.116,50
TOTAL	R\$ 8.601.460,23

Valores relativos ao custeio e aos investimentos de TI em âmbito nacional.



Fonte: Conab, 2018

6.8.2 Contratações mais relevantes de recursos de TI, no contexto da DIPAI/SUTIN

Aquisição de cofres para salvaguarda das fitas de backup

Pela necessidade de possuímos local adequado para guarda das fitas de backup e outros materiais sensíveis, corroborada pela CGU na Solicitação de Auditoria nº 201600102/06.

Aquisição de equipamentos da Apple

Possibilitar o desenvolvimento de aplicativos mobile compatíveis e permitir maior acessibilidade, disponibilidade e transparência.

6.8.3 Principais iniciativas – sistemas e projetos – e resultados na área de TI por cadeia de valor

Atualmente, um dos principais parâmetros para o acompanhamento dos resultados da TI é o seu indicador estratégico que figura no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Conab.

O referido indicador é apurado a partir da ponderação da evolução da implantação de soluções de TI priorizadas pelo CETI e do atendimento a demandas de sustentabilidade dos processos de negócio. Neste sentido, conforme tabela abaixo, observa-se que a área de TI atingiu 99,1% da meta estipulada para 2018. Além do exposto, o resultado alcançado em 2018 representou um avanço de mais de 15% do apurado no ano anterior.

Análise dos indicadores	2018		2019
	Previsto	Realizado	Meta
Índice de evolução da implantação das soluções de TI	100%	99,1%	100%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

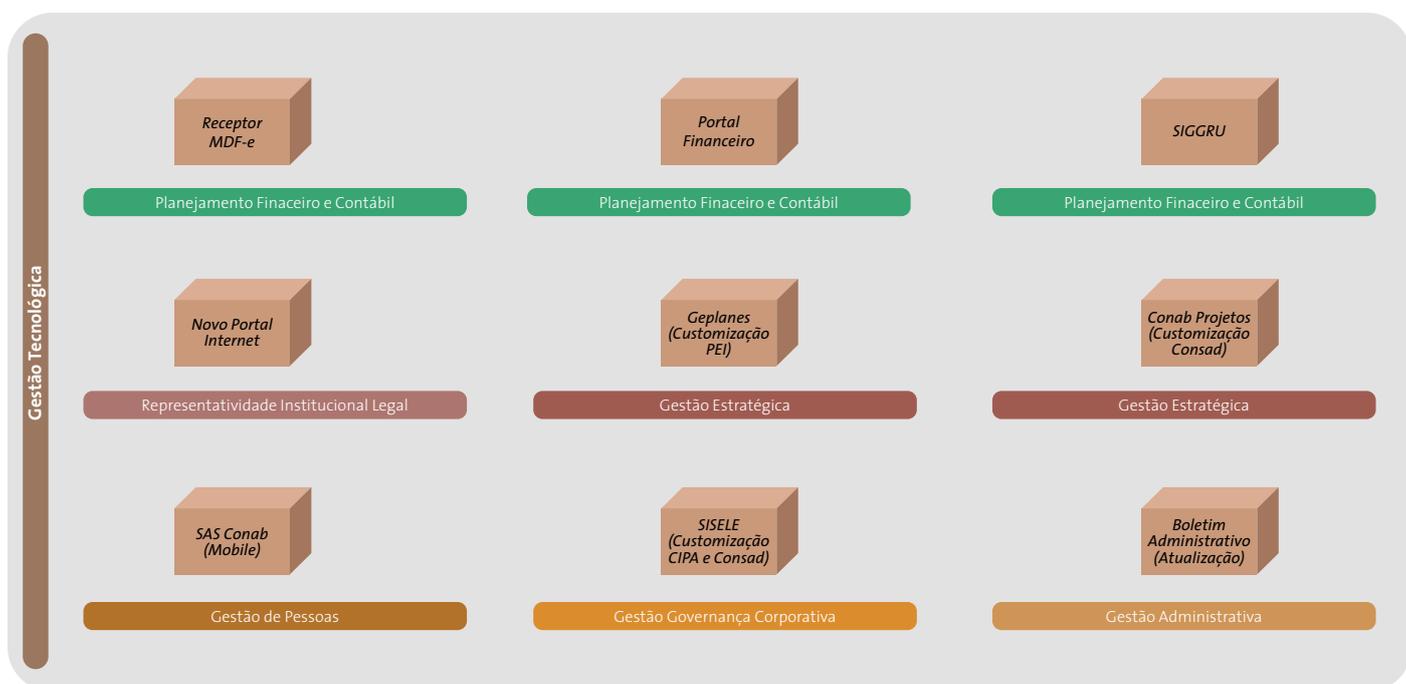
Ao resultado supramencionado como análise complementar, ressalta-se que todos os projetos deliberados pelo CETI em 2018 foram concluídos, sendo que o residual faltante para o alcance da meta está relacionado, única e diretamente, ao quantitativo de chamados que foram abertos durante o ano de 2018 e que encontram-se em atendimento, sendo que parte deles ainda estão dentro de seus respectivos prazos mínimos.

Tais resultados são materializados pelas iniciativas da área de TI na construção de soluções de TI focadas, primariamente, nas áreas finalísticas da Conab, atendendo, desta forma, os diversos segmentos da cadeia de valor da Conab, conforme visto nas imagens a seguir:

Principais projetos em 2018 – Parte 1



Fonte: Conab, 2018



Fonte: Conab, 2018

6.8.4 Segurança da informação

Esforço permanente da equipe em manter atualizados e seguros os seguintes serviços e ferramentas: Firewall; VPN; Atualização de versão de servidores e serviços disponibilizados; Atualização automatizada das estações de trabalho- DNS-SEC; Controle da base de autenticação de usuários e de correio eletrônico por meio das informações fornecidas pelos sistemas de gestão de pessoas; Inventário automatizado de hardware e software; Monitoramento de servidores e serviços; Antivírus; Análise e tratamento de vulnerabilidades.

A Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação - Sutin elaborou minuta de Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, em análise pelo recém-criado Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CGSIC.

6.8.5 Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios e ações futuras diretamente afetos a evolução da estratégia do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI na Companhia são: Aprimorar o processo de comunicação da TI; Promover a disponibilização e a gestão da informação de TI; Entregar soluções de TI com qualidade e alinhadas às necessidades do negócio; Garantir a segurança da tecnologia da informação e a interoperabilidade das soluções de TI; Manter o comprometimento da alta administração nas decisões relativas a TI; Promover a padronização e a atualização contínua da infraestrutura de TI; Integrar a TI à estratégia CGSIC organizacional; Ter um quadro de pessoal de TI adequado, motivado e capacitado; continuidade dos projetos priorizados pelo CETI e destacados no PETI e Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.

Outras ações e desafios futuros da área de TI estão listadas no apêndice 3 deste relatório.

6.8.6 Gestão de custos

Até maio, a Gerência de Mensuração de Custos e Precificação de Serviços – Gempe confeccionou o Sumário Executivo, contendo um relatório com atualização mensal que disponibiliza dados de diversas áreas da Companhia; e o Relatório de Custos com informações específicas de cada programa visando subsidiar e otimizar processos decisórios.

Em maio de 2017, por meio do Voto Presi nº 009/2017, a unidade foi extinta em virtude da necessidade de reestruturar as atividades inerentes à Presidência da Conab. Assim a apuração de custos na Companhia foi deslocada para a Superintendência de Orçamento e Finanças para atuar quando demandada e as demais informações do Sumário Executivo estão contidas na Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Companhia.

6.8.7 Sustentabilidade ambiental

Com foco na sustentabilidade ambiental, a Conab adota algumas práticas que proporcionam economia de recursos que refletem na Companhia e no meio ambiente:

Com foco na redução do uso de papel, a Conab adotou medidas, tais como: disponibilização de documentos digitalizados e implantação do Sistema de Protocolo e Trâmite de Documentos -Siprode em toda a Companhia.

O impacto dessas medidas é apresentado no quadro abaixo:

Quadro: Consumo de resmas de papéis na Conab (2017,2018)

Consumo: Resmas de papéis	
2017	2018
4162	3194

Outras práticas de gestão, como a substituição de equipamentos elétricos antigos, como elevadores e aparelhos de ar-condicionado, por aparelhos mais modernos e eficientes energeticamente, e a manutenção das instalações elétricas e hidráulicas, tem gerado economia energética, como a apresentada a seguir:

Quadro: Consumo de energia em Kwh Conab (2017,2018)

ANO	kWh
2017	1.447.508
2018	1.365.295
Economia	82.213

Conforme quadro comparativo relacionado ao consumo de energia na Conab em 2017 e 2018, percebe-se uma economia de 82.213 kWh.

A Conab procura também orientar o corpo funcional, por meio de publicações na intranet e no Blog institucional, a manter o ambiente com portas e janelas fechadas quando do uso de ar-condicionado.

Além dessas práticas, a Conab mantém com Cooperativas/Associações de Catadores contrato para o recolhimento de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5940/06. Em 2018 foi recolhido um volume de 9.264kg. Ressalta-se que o descarte de lâmpadas se dá conforme a Lei Distrital nº 4154/2008 de materiais recicláveis. Além disso, na Conab-Matriz há papa-pilha para descarte de pilhas e baterias, localizado próximo aos relógios de ponto da entrada principal da Matriz.

Observa-se que além dos dados constantes deste capítulo, a Conab acompanha outros indicadores que estão referenciados no item 8 deste relatório “Outras Informações Relevantes”.

7- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Conab, na condição de empresa pública de direito privado executa toda a sua escrituração contábil, financeira e orçamentária através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei nº 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. A partir do exercício financeiro de 2015, foi implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequando os dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e aos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, com a utilização de contas padronizadas, e com isso proporcionar maior transparência sobre as contas públicas. Com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

7.1- Declaração do contador e/ou opinião dos auditores externos

TBRT - ITIKAWA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SPo21239/O-9 “S” DF

NIVALDO SABURO YAMAMOTO

CONTADOR CRC 1SP195282/O-9

7.1.1 Opinião Sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conab em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7.1.2 Base Para Opinião

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

7.1.3 Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7.1.4 Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de ma-

neira compatível com o objetivo de apresentação adequada. As práticas contábeis e avaliação de controles mencionados foram adotadas nos trabalhos de revisão de auditoria nas empresas controladas, objetos de equivalência patrimonial reconhecida na Controladora.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Esses assuntos seriam descritos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

7.1.5 Parágrafo de Ênfase

As demonstrações contábeis acima referidas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Companhia e atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações em curso normal dos negócios.

A Conab tem a missão institucional de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento da União (Governo Federal), e recebe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento montantes para o pagamento das contas a pagar (nota explicativa nº1), e é integrante do Orçamento Geral da União, portanto a Companhia é uma empresa pública dependente. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

7.2- Outros assuntos

7.2.1 Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do Valor Adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Conab, e apresentadas como informação suplementar para fins de International Financial Reporting Standards - IFRS, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesses pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

7.2.2 Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de fevereiro de 2018, que conteve as seguintes modificações:

1. A auditoria independente não acompanhou a contagem física oficial dos estoques correspondentes aos saldos em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$1.050.609 mil, tendo em vista a contratação ter sido realizada em 21 de fevereiro de 2018. Também não foi possível realizar procedimentos alternativos de auditoria objetivando validar a contagem dos estoques, haja vista que os controles são descentralizados e localizam-se em distantes lugares espalhados por diversos pontos de armazenagem de todo o País.
2. Não apresentação de testes do valor recuperável de ativos “impairment” dos bens do ativo imobilizado cujo saldo era de R\$ 179.800 mil e investimentos com saldo de R\$ 28.952 mil em 31 de dezembro de 2017, não permitindo a análise da recuperabilidade desses ativos nas operações normais da Conab e a eventual necessidade de constituição de provisão.

Brasília - DF, 14 de fevereiro de 2019.

7.3- Balanço Financeiro – 2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	130.326.022,53	128.691.135,47	Despesas Orçamentárias	1.580.421.383,11	2.656.575.599,90
Ordinárias	-	2.174,73	Ordinárias	989.495.185,88	1.031.679.641,01
Vinculadas	134.873.079,76	129.757.486,19	Vinculadas	590.926.197,23	1.624.895.958,89
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	54.915.692,64	158.419.998,08
Recursos de Receitas Financeiras		-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Alienação de Bens e Direitos	11.489.614,05	1.402.091,95	Recursos de Receitas Financeiras	362.572.202,65	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	123.383.465,71	128.355.394,24	Operação de Crédito	58.541.370,38	1.309.121.693,66
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.547.057,23	-1.068.525,45	Alienação de Bens e Direitos	165.000,00	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	114.731.931,56	157.354.267,15
Transferências Financeiras Recebidas	7.899.632.505,30	9.380.765.438,21	Transferências Financeiras Concedidas	6.086.844.186,16	7.315.251.406,83
Resultantes da Execução Orçamentária	3.378.570.922,70	4.175.200.975,06	Resultantes da Execução Orçamentária	2.044.470.769,01	2.241.283.798,70
Repasse Recebido	1.334.806.117,49	1.934.968.608,01	Repasse Concedido	705.963,80	1.051.431,65
Sub-repasse Recebido	2.043.764.805,21	2.240.232.367,05	Sub-repasse Concedido	2.043.764.805,21	2.240.232.367,05
Independentes da Execução Orçamentária	4.521.061.582,60	5.205.564.463,15	Independentes da Execução Orçamentária	4.042.373.417,15	5.073.967.608,13
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	480.237.338,82	132.009.086,53	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	676.393,04	412.218,86
Demais Transferências Recebidas	1.765.657.702,08	2.433.407.074,72	Demais Transferências Concedidas	1.766.530.482,41	2.433.407.074,72
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.275.166.541,70	2.640.148.301,90	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.275.166.541,70	2.640.148.314,55
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	496.723.691,72	1.141.364.755,74	Despesas Extraorçamentárias	804.364.374,93	631.365.672,90
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	82.507.992,77	41.070.219,57	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	41.441.066,15	57.649.168,83

Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	114.581.061,94	583.250.684,22	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	483.669.263,44	87.139.953,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	282.577.387,65	-968.246.089,69	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	279.236.651,18	484.378.097,49
Outros Recebimentos Extraorçamentários	17.057.249,36	1.485.289.941,64	Outros Pagamentos Extraorçamentários	17.394,16	2.198.452,98
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		358,08	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	881,40	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	150,50	450,52	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		2.198.452,98
Valores para Compensação		22.952,43	Valores Compensados	16.512,76	
Demais Recebimentos	17.057.098,86	1.485.266.180,61			
Saldo do Exercício Anterior	178.328.558,96	130.699.909,17	Saldo para o Exercício Seguinte	233.380.834,31	178.328.558,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	178.328.558,96	130.699.909,17	Caixa e Equivalentes de Caixa	233.380.834,31	178.328.558,96
TOTAL	8.705.010.778,51	10.781.521.238,59	TOTAL	8.705.010.778,51	10.781.521.238,59

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

7.4- Balanço Orçamentário – 2018

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	144.839.811,00	144.839.811,00	119.952.678,72	-24.887.132,28
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	7.034.826,00	7.034.826,00	6.633.276,53	-401.549,47
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	6.950.237,00	6.950.237,00	6.311.829,62	-638.407,38
Valores Mobiliários	84.589,00	84.589,00	321.446,91	236.857,91
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	19.461.267,00	19.461.267,00	20.028.281,75	567.014,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	19.461.267,00	19.461.267,00	20.028.281,75	567.014,75
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	118.343.718,00	118.343.718,00	93.291.120,44	-25.052.597,56
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.110.134,00	1.110.134,00	670.777,06	-439.356,94
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	116.509.630,00	116.509.630,00	92.544.291,55	-23.965.338,45
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	723.954,00	723.954,00	76.051,83	-647.902,17

RECEITAS DE CAPITAL	1.401.278.028,00	1.401.278.028,00	10.373.343,81	-1.390.904.684,19
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	1.401.278.028,00	1.401.278.028,00	10.373.343,81	-1.390.904.684,19
Alienação de Bens Móveis	1.400.130.919,00	1.400.130.919,00	48.759,20	-1.400.082.159,80
Alienação de Bens Imóveis	1.147.109,00	1.147.109,00	10.324.584,61	9.177.475,61
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.546.117.839,00	1.546.117.839,00	130.326.022,53	-1.415.791.816,47
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.546.117.839,00	1.546.117.839,00	130.326.022,53	-1.415.791.816,47
DEFICIT			1.450.095.360,58	1.450.095.360,58
TOTAL	1.546.117.839,00	1.546.117.839,00	1.580.421.383,11	34.303.544,11
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.213.788.869,00	1.199.645.038,00	1.211.889.653,62	1.136.519.044,27	1.056.467.517,63	-12.244.615,62
Pessoal e Encargos Sociais	998.376.558,00	952.244.669,00	831.147.767,73	831.145.203,98	770.056.621,25	121.096.901,27
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	215.412.311,00	247.400.369,00	380.741.885,89	305.373.840,29	286.410.896,38	-133.341.516,89
DESPESAS DE CAPITAL	1.408.550.000,00	1.404.172.040,00	368.531.729,49	329.321.276,90	326.864.810,77	1.035.640.310,51
Investimentos	8.550.000,00	4.172.040,00	2.461.198,63	635.650,61	633.108,23	1.710.841,37
Inversões Financeiras	1.400.000.000,00	1.400.000.000,00	366.070.530,86	328.685.626,29	326.231.702,54	1.033.929.469,14
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.622.338.869,00	2.603.817.078,00	1.580.421.383,11	1.465.840.321,17	1.383.332.328,40	1.023.395.694,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.622.338.869,00	2.603.817.078,00	1.580.421.383,11	1.465.840.321,17	1.383.332.328,40	1.023.395.694,89
TOTAL	2.622.338.869,00	2.603.817.078,00	1.580.421.383,11	1.465.840.321,17	1.383.332.328,40	1.023.395.694,89

Anexo 1 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	24.215.460,40	543.877.989,96	454.959.712,37	453.294.941,27	22.729.553,67	92.068.955,42
Pessoal e Encargos Sociais	48.228,93	-	-	-	48.228,93	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	24.167.231,47	543.877.989,96	454.959.712,37	453.294.941,27	22.681.324,74	92.068.955,42
DESPESAS DE CAPITAL	11.903.290,68	39.372.694,26	30.458.228,89	30.374.322,17	12.933.217,10	7.968.445,67
Investimentos	508.124,52	5.577.821,53	4.188.584,23	4.167.729,78	238.140,42	1.680.075,85
Inversões Financeiras	11.395.166,16	33.794.872,73	26.269.644,66	26.206.592,39	12.695.076,68	6.288.369,82
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	36.118.751,08	583.250.684,22	485.417.941,26	483.669.263,44	35.662.770,77	100.037.401,09

Anexo 1 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.433.274,96	38.636.130,48	38.526.791,35	1.737.321,92	2.805.292,17
Pessoal e Encargos Sociais	189.940,00	16.978.940,52	16.514.872,73	8.139,04	645.868,75
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.243.334,96	21.657.189,96	22.011.918,62	1.729.182,88	2.159.423,42
DESPESAS DE CAPITAL	1.565.597,53	3.223.099,33	2.914.274,80	225.887,54	1.648.534,52
Investimentos	10.696,45	20.808,00	24.959,84	-	6.544,61
Inversões Financeiras	1.554.901,08	3.202.291,33	2.889.314,96	225.887,54	1.641.989,91
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	5.998.872,49	41.859.229,81	41.441.066,15	1.963.209,46	4.453.826,69

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

7.5- Balanço Patrimonial – 2018

ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		2018	2017
CIRCULANTE		1.169.173	1.589.820
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		233.381	178.328
Aplicações Financeiras		1.067	1.159
Limite de Saque com Vinculação d pagamento		190.465	177.169
Limite de Saque c/ Vinc. Pagto. Ordem Pagto. - OFSS		41.849	0
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	27.486	12.637
Clientes	5.1	27.486	12.637
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	280.459	348.232
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	6.1	6.637	6.508
Adiantamentos a Pessoal		6.637	6.508
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	195.284	215.827
Créditos Tributários		196.862	217.405
(-) Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(1.578)	(1.578)
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	78.538	125.897
ESTOQUES	7	627.842	1.050.609
Mercadorias para Revenda		508.596	830.697
Materiais em Trânsito		1.112	109
Almoxarifado e Estoques para Distribuição		3.855	1.845
Estoques para Doação e/ou Permuta		50	0
Compra Antecipada - Entrega Futura		114.229	217.958
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE		5	14
Despesas Antecipadas		5	14
NÃO CIRCULANTE		809.114	850.017
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		618.441	639.170
Créditos a Longo Prazo	8	2.278	2.300
Clientes	8.1	2.278	2.300
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		2.278	2.300
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	616.163	636.870
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		22	2
Tributos a Recuperar/Compensar		20	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		58.757	78.238
Outros Créditos a Receber e valores a Longo Prazo		557.364	558.630
INVESTIMENTOS	4.6	28.974	28.952
Participações Permanentes		27.777	27.755
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		28.567	35.567
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(790)	(7.812)
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.197
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.197

IMOBILIZADO	4.8	159.683	179.800
Bens Móveis		17.131	22.283
Bens Móveis		108.925	108.783
(-) Depreciações		(91.794)	(86.500)
Bens Imóveis		142.552	157.517
Bens Imóveis		344.710	352.649
(-) Depreciações		(202.158)	(195.132)
INTANGÍVEL	4.8.1	2.016	2.095
TOTAL		1.978.287	2.439.837

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		2018	2017
CIRCULANTE	9	1.604.828	2.060.281
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR	9.1	121.210	79.266
Pessoal a Pagar		81.166	47.627
Encargos Sociais a Pagar		39.785	31.639
Benefícios Previdenciários a Pagar		259	0
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.2	1.138.812	1.527.772
Operações Especiais		1.138.812	1.527.772
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		344.806	453.243
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	23.677	23.857
Fornecedores Nacionais		2.072	1.587
Contas a Pagar Credores Nacionais		21.605	22.270
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	1.422	1.387
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.422	1.387
Provisões de Curto Prazo	9.5	74.470	92.598
Provisões a Curto Prazo		74.470	92.598
Demais Obrigações a Curto Prazo		245.237	335.401
Adiantamentos de Clientes	9.6	1.556	1.998
Consignações	9.8	12.794	7.663
Depósitos Judiciais	9.8	2	5.139
Depósitos e Cauções Recebidos	9.8	8.904	3.965
Indenizações, Restituições e Compensações	9.8	10.527	10.820
Diárias a Pagar	9.8	1	14
Entidades Credoras	9.7	205.702	300.130
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.8	3.175	3.562
Valores em Trânsito Exigíveis	9.8	0	1
Subvenções a Pagar	9.8	2.576	2.109

NÃO CIRCULANTE		3.940	3.940
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR		2	2
Pessoal a Pagar		2	2
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	3.216	3.216
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		3.216	3.216
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		722	722
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		369.519	375.616
Capital	11.1	302.801	302.801
RESERVAS		66.718	72.815
Reservas de Lucros		66.718	72.815
TOTAL		1.978.287	2.439.837

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

7.6- Demonstração de Resultado do Exercício – 2018

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		2018	2017
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	302.703	515.243
RECEITAS DE VENDAS DE MERCADORIAS		271.425	481.446
Vendas Estoques Estratégicos		239.145	438.499
Vendas Estoques Reguladores PGPM		32.280	42.947
RECEITA DE SERVIÇOS		31.278	33.797
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		31.278	33.797
(-) DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	14.2	15.722	52.255
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		286.981	461.988
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		258.645	399.755
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.3	659.683	534.456
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	7.1	401.038	134.701
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	14.4	28.336	63.233
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	14.5	1.061.300	1.184.135
DESPESAS DE PESSOAL		845.574	963.364
Remuneração a Pessoal		478.920	514.223
Sentenças Judiciais		32.389	37.826
Obrigações Patronais		167.597	187.031
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		21.545	25.830
Benefícios a Pessoal		15.732	16.835
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		129.391	181.619
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		215.726	220.771
Despesas/Receitas Financeiras		(156)	(116)
Consumo de Materiais		5.541	4.542
Diárias		6.037	4.329
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		2.052	2.319
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		175.752	180.784
Obrigações Tributárias e Contributivas		7.881	10.022
Outras Despesas Operacionais		18.619	18.891
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.6	104.593	61.105
Transferências Financeiras, Incorp. e Desincorporações		(9214)	(78615)
Multas e Juros de Mora		10.766	13.748
Indenizações e Restituições		16.865	11.724
Receitas de Valores Mobiliários		165	0
Receitas Diversas		86.011	114.248
(+) OUTROS RESULTADOS	14.7	22.812	(3.046)
Alienação de Bens Móveis		(539)	175
Alienação de Bens Imóveis		23.322	(442)
Desincorporação de Ativos		(54.173)	(70.368)
Incorporação de Ativos		54.202	67.589
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(905.559)	(1.062.843)

(+) SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL	14.8	899.462	1.042.467
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal		899.462	1.042.467
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(6.097)	(20.376)
Imposto de Renda a Recolher		o	o
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		o	o
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12	(6.097)	(20.376)
LUCRO POR AÇÃO		(3,28)	(10,96)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

7.7- Demonstração do Fluxo de Caixa

DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		(6.097)	(20.376)
Disponibilidades líq. Aplic. nas atividades operacionais		60.525	75.268
Depreciações e Amortizações		18.664	18.909
Alienação de Bens		912	468
Doações de Bens Patrimoniais		(8)	(449)
Incorporação/Desincorporação em Investimentos		(29,00)	0
Outras Baixas de Bens		9	60.599
Redução (Aumento) em Clientes e Créd. Diversos a Receber		33.798	(76.064)
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários		20.556	(26.982)
Aumento nos Encargos Sociais a Pagar		8.146	1.384
Aumento em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		33.342	10.995
Redução nas Despesas Antecipadas		9	15
Redução nas Operações Especiais e Estoques		33.808	212.774
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores		4.951	(37.105)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções		4.939	(2.763)
Aumento nos Dividendos a Pagar		0	0
Redução nas Provisões		(18.127)	(85.341)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		0	(7.397)
Redução nas Entidades Credoras		(94.815)	(53.021)
Redução (Aumento) nos Adiantamentos de Clientes		(442)	952
Redução nos Recursos Vinculados		14.344	57.079
Aumento nas Subvenções a Pagar		468	1.215
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	54.428	54.892
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Incorporação de Investimentos		0	0
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(4.831)	(5.603)
Recebimentos por Vendas de Ativo Permanente		5.456	169
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	625	(5.434)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros Sobre Capital Próprio Pagos		0	(1.830)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		0	(1.830)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		55.053	47.628
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.3	55.053	47.628
No Início do Exercício		178.328	130.700
No Final do Exercício		233.381	178.328

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

7.8- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 2018

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2017	302.801	19.196	73.995	0	395.992
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(20.376)	(20.376)
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(20.376)	20.376	0,00
SALDO EM 31/12/2017	302.801	19.196	53.619	0	375.616
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(6.097)	(6.097)
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(6.097)	6.097	0,00
SALDO EM 31/12/2018	302.801	19.196	47.522	0	369.519

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

7.9- Demonstração do Valor Adicionado - 2018

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	2018	%	2017	%
1. RECEITAS	325.494	37,65	512.178	50,86
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	302.682	35,01	515.224	51,16
1.2 - Outras Receitas	22.812	2,64	(3.046)	(0,30)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	446.536	51,65	590.186	58,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	258.645	29,92	399.755	39,69
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	187.891	21,73	190.431	18,91
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(121.042)	(14,00)	(78.008)	(7,75)
4. RETENÇÕES	18.664	2,16	18.909	1,88
4.1 - Depreciação e Amortização	18.664	2,16	18.909	1,88
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(139.706)	(16,16)	(96.917)	(9,62)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.004.211	116,16	1.104.044	109,62
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	104.749	12,12	61.577	6,11
6.2 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	899.462	104,04	1.042.467	104
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	864.505	100,00	1.007.127	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	864.505	100,00	1.007.127	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	845.574	97,81	963.364	95,65
Total	845.574	97,81	963.364	95,65
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	23.582	2,73	62.258	6,18
Total	23.582	2,73	62.258	6,18
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	1.446	0,17	1.881	0,19
Total	1.446	0,17	1.881	0,19
8.4 - Próprios				
8.4.4 - Juros Sobre o Capital Próprio	0	0,00	0	0,00
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	(6.097)	(0,71)	(20.376)	(2,02)
Total	(6.097)	(0,71)	(20.376)	(2,02)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

7.10- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 2018

Anexo 1 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados

Nota	Descrição
01	Contexto Operacional
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras
03	Alterações na Legislação Societária
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis
05	Créditos a Curto Prazo
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
07	Estoques
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo
09	Endividamento
10	Provisões a Longo Prazo
11	Patrimônio Líquido
12	Resultado Líquido do Exercício
13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
18	Diversos Responsáveis em Apuração
19	Provisões e Contingências Passivas
20	Benefícios Concedidos aos Empregados
21	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
22	Restos a Pagar – Recursos a Receber
23	Repasses e Termos de Execução Descentralizada - TED

Nota 1: Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “Promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 92 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2: Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos

pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei nº 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16.

A partir do exercício financeiro de 2015, foi implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequando os dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e aos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, com a utilização de contas padronizadas, e com isso proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União por utilizar o SIAFI, na modalidade total, teve as demonstrações financeiras adaptadas ao novo Plano.

Por força da Instrução Normativa – IN/TCU nº 63, de 01/09/2010 e IN/TCU nº 72, de 15/05/2013 e em consonância com as Decisões Normativas – DN/TCU nº 170, de 19/09/2018 e DN/TCU nº 172, de 12/12/2018, a Conab apresentará o relatório de gestão e informações suplementares, referentes a prestação de contas do exercício de 2018, cujas contas serão julgadas pelo TCU.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3: Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4: Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Refere-se ao limite de saque da conta única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, termos de execução descentralizada e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo. As aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em fundos extra mercado.

4.2 Créditos a Receber

As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos

A formação e manutenção de estoques públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da portaria interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques

Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques

Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os estoques de mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de cálculo da sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2018, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da portaria interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem

Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da portaria interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos. Estão provisionados no passivo circulante na conta denominada “Operações Especiais”.

4.5 Almojarifado

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$ 790 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 7.812 mil, em 31 de dezembro de 2017), destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98, com a composição a seguir:

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Bens Móveis	108.925	108.783
(-) Depreciação	(91.794)	(86.500)
Bens Imóveis	344.710	352.649
(-) Depreciação	(202.158)	(195.132)
Total	159.683	179.800

Em R\$ mil

4.8.1 Intangível:

O total de R\$ 2.016 mil, em 31 de dezembro de 2018, (R\$ 2.095 mil, em 31 de dezembro de 2017), representam os valores de direito de uso de softwares, com amortizações mensais, com a composição a seguir:

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Softwares Vida Útil Definida	3.006	2.508
(-) Amortização	(990)	(413)
Total	2.016	2.095

Em R\$ mil

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A nota técnica Supad nº 354, de 19/12/2018, apresenta avaliações feitas por engenheiro da Conab e pela Caixa Econômica Federal, de alguns imóveis, demonstrando seus valores a preços de mercado. Eles estão registrados, contabilmente, em valores originais, bem inferiores, razão pela qual não houve registros de valores de ajustes patrimoniais.

4.10 Reconhecimento da Receita

4.10.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.11 Provisões Passivas

Encontra-se registrado no passivo circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas e cível, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Geral – PROGE, nos termos do pronunciamento técnico CPC 25, aprovado pela deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009, normatizado no CFC, pela 2014 NBC TG 25(R2).

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas e cíveis, suficientes para cobrir as prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas em 2019.

Encontra-se também, registrado no passivo não circulante, provisão para cobrir prováveis desembolsos com processos fiscais.

4.12 Regime de Tributação

Para fins de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB nº 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB nº 1.700/17).

Nota 5: Créditos a Curto Prazo

5.1 Clientes

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2018, está representado pelo montante de R\$ 27.486 mil (R\$ 12.637 mil, em 31 de dezembro de 2017), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, aluguéis e outros.

Nota 6: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O total de R\$ 280.459 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 348.232 mil, em 31 de dezembro de 2017), representa os adiantamentos concedidos, tributos a recuperar/compensar e outros créditos diversos a receber de curto prazo, conforme quadros a seguir:

6.1 Adiantamentos Concedidos

O total de R\$ 6.637 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 6.508 mil, em 31 de dezembro de 2017), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário, adiantamento para viagem, suprimento de fundos e auxílio transporte, conforme quadro a seguir.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Adiantamentos a Pessoal	6.623	6.495
Suprimento de Fundos	14	13
Total	6.637	6.508

Em R\$ mil

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
ICMS a Recuperar/Compensar	192.518	213.768
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	4.335	3.630
COFINS e PASEP a Recup./Compensar	9	7
(-) Ajuste p/Perda Demais Créd.	(1.578)	(1.578)
Total de Créditos Tributários Circulante	195.284	215.827

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os estoques reguladores, estratégicos e agricultura familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos convênios ICMS 49/95 e 77/05.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

O total de R\$ 78.538 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 125.897 mil, em 31 de dezembro de 2017), é composto pelos valores citados no quadro abaixo, com maior relevância para os créditos a rec. por alienação de bens imóveis, créditos por acertos financeiros com servidores e ex-servidores, relativos à participação dos empregados, a serem reembolsados à Companhia, referente a utilização do serviço de assistência à Saúde – SAS, créditos a receber decorrentes de infrações contratuais, de processos de perdas de produtos, ajuizados e recursos da União, que são valores a receber das equalizações, registrados até o período.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações	3.163	10.576
Créditos a Rec. por Cessão de Pessoal	529	133
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Imóveis	10.128	1.142
Créditos p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores	28.859	26.318
Recursos da União	34.911	86.307
Créditos Parcelados	947	1.419
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	1	2
Total	78.538	125.897

Em R\$ mil

Nota 7: Estoques

O total de R\$ 627.842 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.050.609 mil, em 31 de dezembro de 2017), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com estoques reguladores e estratégicos, PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, CDS, CPR estoque e aquisição de sementes e apresentam a seguinte composição:

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Estoques de Mercadorias para Revenda	508.596	830.697
Materiais em Trânsito	1.112	109
Almoxarifado e Estoques para Distribuição	3.855	1.845
Compra Antecipada – Entrega Futura	114.229	217.958
Estoques para Doação e/ou Permuta	50	0
Total	627.842	1.050.609

Em R\$ mil

O total de R\$ 114.229 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 217.958 mil, em 31 de dezembro de 2017), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até dezembro de 2018, nas modalidades de CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR, Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide item 9.7).

7.1 Equalização de Preços

Em 31 de dezembro de 2018, o total da equalização de preços, alcançou o montante de R\$ 401.038 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações mercado de opções e da PGPM. No mesmo período do ano de 2017, o valor da equalização totalizou R\$ 134.701 mil. Embora o valor das vendas em 2017 (R\$ 481.446 mil), tenha sido maior que em 2018 (R\$ 271.425 mil), a equalização em 2017 foi bem menor, em razão das vendas de produtos com superávit, destacando-se o café.

A finalidade da atividade de formação de estoques públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento. Portanto, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na portaria MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização de preços para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas

com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit. Este valor é autorizado pelo Tesouro Nacional, a ser amortizado por meio de lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura desse déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela portaria MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Nota 8: Créditos Diversos a Receber a Longo Prazo

8.1 Clientes

Em 31 de dezembro/2018, o saldo da conta é de R\$ 2.278 mil (R\$ 2.300 mil, até 31 de dezembro de 2017),

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Estoques de Mercadorias para Revenda	2.278	2.300
Total	2.278	2.300

Em R\$ mil

correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços e apresenta a seguinte composição:

8.2 Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo

O saldo de R\$ 616.163 mil, em 31 de dezembro/2018, R\$ 636.870 mil, em 31 de dezembro de 2017, está

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	22	2
Tributos a Recup./Compensar	20	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	58.757	78.238
Créditos por Alienação de Bens Imóveis	64.214	54.793
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	510	559
Créditos a Recuperar	63	63
Duplicatas e Títulos em Contencioso	147	155
Créditos Parcelados	6.626	5.705
Créditos a Receber em Poder da Justiça	197	840
Títulos a Receber	149	228
Créditos a Rec. Decorrente de Infrações	80	0
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	485.375	496.204
Créditos por Infração Legal Contratual	0	80
Outros Créd. a Rec. e Valores a Longo Prazo	3	3
Total	616.163	636.870

Em R\$ mil

composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depó-

sitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, sendo que a variação significativa no grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, foi em função da baixa pelas liberações de parcelas às empresas Renascença Armazéns Gerais Ltda. e SPAM Representações Ltda., em conformidade com extrato da conta vinculada, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Os depósitos restituíveis e os créditos a receber pendentes de decisão judicial, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos dos processos, favoráveis à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a portaria interministerial MF/MAPA nº 038/2004, em face dos seus proviõamentos no passivo, à conta: Operações Especiais.

Nota 9: Endividamento

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$ 1.604.828 mil (R\$ 2.060.281 mil, em 31 de dezembro de 2017), com a seguinte composição:

9.1 – Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O total de R\$ 121.210 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 79.266 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se aos valores relativos a salários, remunerações e benefícios previdenciários a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de férias e respectivos encargos sociais.

9.2 Operações Especiais

O total de R\$ 1.138.812 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.527.772 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela portaria MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional e recuperação dos créditos.

9.3 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O total de R\$ 23.677 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 23.857 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos, subvenção e outros, incluindo as aquisições de produtos da agricultura familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.4 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo

O total de R\$ 1.422 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.387 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se

Descrição	Exercício	
	2018	2017
COFINS a Recolher	1.124	1.055
PIS/PASEP a Recolher	244	229
ICMS a Recolher	16	1
ISS a Recolher	8	11
Recursos Fiscais	4	2
IPTU/TLP a Recolher	0	89
IPVA a Recolher	26	0
Total	1.422	1.387

Em R\$ mil

às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

9.5 – Provisões

O total de R\$ 74.470 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 92.598 mil em 31 de dezembro de 2017), representa os valores provisionados para cobrir prováveis liquidações de sentenças (Ações Trabalhistas e Cíveis) (Vide Nota 4.11). A redução foi decorrente das baixas em função das liberações pela Justiça Federal, de parcelas dos depósitos judiciais, às empresas SPAM Representações Ltda. e Renascença Armazéns Gerais Ltda.

9.6 – Adiantamentos de Clientes

O total de R\$ 1.556 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.998 mil em 31 de dezembro/2017) refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos, para entregas futura.

9.7 - Entidades Credoras

O total de R\$ 205.702 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 300.130 mil, em 31 de dezembro de 2017), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de CPR – Alimento e Compra Antecipada – Entrega Futura, Estoques e Outros Créditos a Receber.

9.8 – Outras Obrigações

O total de R\$ 37.979 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 33.273 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Consignações	12.794	7.663
Depósitos Judiciais	2	5.139
Depósitos e Cauções Recebidos	8.904	3.965
Indenizações, Restituições e Compensações	10.527	10.820
Diárias a Pagar	1	14
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	3.175	3.562
Valores em Trânsito Exigíveis	0	1
Subvenções a Pagar	2.576	2.109
Total	37.979	33.273

Em R\$ mil

a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Nota 10: Provisões a Longo Prazo

O total de R\$ 3.216 mil, em 31 de dezembro de 2018, representa os valores provisionados para cobrir prováveis pagamentos de débitos fiscais, referente a ICMS da PGPM, no Estado de São Paulo (Vide Nota 4.11).

Nota 11: Patrimônio Líquido

11.1 - Capital Social:

O Capital Social no valor de R\$ 302.801 mil, é composto de 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

Nota 11: Resultado Líquido do Exercício

O resultado do balanço é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações das ati-

vidades próprias da Companhia, representadas com maior relevância pelas receitas de prestação de serviços de armazenagem, aluguéis, alienação de bens móveis e imóveis, receitas recebidas para gestão dos estoques públicos e outras, em contrapartida as despesas de depreciação, despesas executadas na fonte própria, reconhecimento da despesa por competência, das férias e décimo terceiro salário a pagar e seus respectivos encargos sociais e outras, que também sensibilizaram o resultado. Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou o prejuízo líquido de R\$ 6.097 mil (Prejuízo Líquido de R\$ 20.376 mil, até 31 de dezembro de 2017).

Nota 13: Demonstrações dos Fluxos de Caixas - DFC

De acordo com a Lei nº 11.638/2007 e 2016NBCTGo3(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Até 31 de dezembro de 2018, o fluxo de caixa das atividades operacionais, apresentou o saldo de R\$ 54.428 mil (R\$ 54.892 mil, até 31 de dezembro de 2017) e representa o resultado das variações apresentadas nos exercícios, das principais atividades da Conab.

13.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 625 mil (negativo em R\$ 5.434 mil, em 31 de dezembro de 2017), representam aplicações no imobilizado e intangível e recebimentos por venda do ativo permanente.

13.3 - Variação nas Disponibilidades

O valor de R\$ 55.053 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 47.628 mil, em 31 de dezembro de 2017), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extra mercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta limite de saque com vinculação de pagamento, representado por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos de terceiros para execução de TED, destinados à aquisição de produtos, para formação dos estoques públicos.

Nota 14: Demonstrações do Resultado do Exercício - DRE

14.1 – Receita de Vendas e Serviços

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos estoques estratégicos, reguladores e receita de armazenagem/aluguéis.

Os estoques estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de vender os seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinados ao programa de venda em balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro agroindústrias aos estoques oficiais.

Os estoques reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, cooperativas e associações, através da PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral, as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Vendas Estoques Estratégicos	239.145	438.499
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	32.280	42.947
Serviços de Armazenagem e Outros	31.278	33.797
Total	302.703	515.243

Em R\$ mil

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

14.2 – Deduções das Receitas de Vendas e Serviços

Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram de R\$ 15.722 mil e R\$ 52.255 mil, respectivamente.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	659.683	534.456
Total	659.683	534.456

Em R\$ mil

14.3 – Custo das Mercadorias Vendidas

Representa as baixas dos estoques relativos às mercadorias vendidas, conforme segue.

14.4 – Lucro Bruto Operacional

Em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto operacional, apresentou o saldo de R\$ 28.336 mil (R\$ 63.233 mil, em 31 de dezembro de 2017), representado pelo resultado das receitas de vendas de produtos, receitas de serviços, menos as deduções de receitas de vendas e serviços e custo de mercadorias vendidas – CMV, mais a equalização de preços (Vide nota 7.1).

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Despesas de Pessoal	845.574	963.364
Despesas Comerciais e Administrativas	215.726	220.771
Total	1.061.300	1.184.135

Em R\$ mil

14.5 – Despesas Operacionais

Compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia, conforme composição a seguir.

14.6 – Receitas Operacionais Diversas

O total de R\$ 104.593 mil, até 31 de dezembro de 2018 (R\$ 61.105 mil, até 31 de dezembro de 2017), representa as variações aumentativas e diminutivas, incorporações e desincorporações, decorrentes das operações normais da Companhia, com destaque para as transferências financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com a manutenção e formação dos estoques vinculados à PGPM e dos estoques estratégicos, bem como repasses do MDS, para a execução dos TED.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Receitas Operacionais Diversas	104.593	61.105
Total	104.593	61.105

Em R\$ mil

14.7 – Outros Resultados

O total de R\$ 22.812 mil, em 31 de dezembro de 2018, (R\$ 3.046 mil, negativo, em 31 de dezembro de 2017), representa o resultado apurado na movimentação de bens, referente à alienação, entrada e saída por doação, entrada e saída registradas pela SPU/MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio do sistema SPIUnet, referentes a imóveis cedidos à Conab, nos Estados do Espírito Santo e Paraíba.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Alienação de Bens Móveis	(539)	175
Alienação de Bens Imóveis	23.322	(442)
Desincorporação de Ativos	(54.173)	(70.368)
Incorporação de Ativos	54.202	67.589
Total	22.812	(3.046)

Em R\$ mil

14.8 – Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal:

O total de R\$ 899.462 mil, em 31 de dezembro de 2018, (R\$ 1.042.467 mil, em 31 de dezembro de 2017), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com pessoal, conforme segue.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	899.462	1.042.467
Total	899.462	1.042.467

Em R\$ mil

Nota 15: Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBCTG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e demonstra as ocorrências no exercício/2017, acrescidas das modificações até 31 de dezembro de 2018, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido.

Nota 17: Demonstração do Resultado Abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no

Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Nota 18: Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Controles Devedores”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Pará e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no Estado de Minas Gerais e Outras. Até o 4º trimestre dos exercícios de 2018 - 2017, a conta 7.9.7.3.1.00.00 – diversos responsáveis em apuração, apresentou os saldos a seguir:

Exercício	Saldo
2018	70.170
2017	74.145

Em R\$ mil

Nota 19: Provisões e Contingências Passivas

Provisões Passivas

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

Trabalhistas: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que, na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, promoções, incorporação de funções gratificadas e outros.

Tributárias: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferenças entre a inflação e planos econômicos, divergência de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagem e outros.

As provisões passivas foram reconhecidas, conforme informação jurídica, de acordo com os desfechos desfavoráveis dos processos, que poderão desencadear em prováveis desembolsos financeiros pela Companhia, conforme o pronunciamento técnico CPC 25, aprovado pela deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009, normatizado pela Resolução CFC nº 1.180/2009.

As provisões demonstradas no quadro a seguir, até 31 de dezembro de 2018, alcançaram o montante de R\$ 74.470 mil (até 31 de dezembro de 2017 R\$ 92.597 mil), que são suficientes para cobrir prováveis desembolsos. Até 31 de dezembro de 2018, o desembolso com sentenças trabalhistas, alcançou o montante de R\$ 32.388 mil (R\$ 37.825 mil, até 31 de dezembro de 2017). Os recursos orçamentários/financeiros que honraram os referidos desembolsos, foram repassados à Conab pelo Órgão Superior/MAPA.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Trabalhista	61.035	66.869
Cível	13.435	25.728
Total	74.470	92.597

Em R\$ mil

Contingências Passivas

São ações de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias, com menor possibilidade de desembolsos do que as Provisões Passivas. São compostas das seguintes ações:

Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tributárias: São demandas decorrentes de autos de infrações do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais. As ações estão assim demonstradas.

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Cível	214.855	262.575
Trabalhista	207.806	227.613
Tributária	57.681	55.522
Total	480.342	545.710

Em R\$ mil

Nota 20: Benefícios Concedidos aos Empregados

20.1 Plano de Previdência Complementar

O Cibrius é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O plano de benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

Desde 2015, com o processo de saldamento, o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano de Benefícios Conab, código CNPB nº 1979000719, Plano de Benefícios Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e o Plano de Benefícios ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, a Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, os citados Planos de Benefícios, exceto o Plano Conab Saldado, recebem contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente, é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

Foram aprovados instrumentos regulamentares para implementação do saldamento do Plano de Benefícios Conab, sua cisão e um Plano saldado e a criação de um novo Plano de Benefícios, na modalidade de Contribuição Definida – BD. Após a aprovação pelas instâncias internas da Conab a Proposta de Saldamento foi submetida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, sendo encaminhada à Advocacia-Geral da União, que solicitou informações complementares, que foram prestadas e, no momento encontra-se no MAPA, para os encaminhamentos finais. Após tais procedimentos e com base nos termos contratuais foi registrado na conta 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução, o valor de R\$ 691.556 mil, correspondente ao contrato Conab/Cibrius.

As demonstrações contábeis do Cibrius são examinadas por auditores independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

20.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2017/2019, em vigor, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2018, foi gasto com o SAS, o montante de R\$ 39.897 mil, beneficiando os empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2018, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 28.780 mil.

Nota 21: Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução N° 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2018 e 2017, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2018	2017
Maior Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Menor Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Maior Remuneração Empregado	33.763,00	33.763,00
Menor Remuneração Empregado	2.037,06	1.975,00

Salários Médios	Exercício	
	2018	2017
Dirigentes	30.355,62	30.355,62
Empregados	5.438,07	5.354,34

Nota 22: Restos a Pagar - Recursos a Receber

O montante de R\$ 270.165 mil, referente a recursos a receber registrado no grupo, está assim representado:

22.1 Restos a Pagar Autorizado por Destaque

De acordo com procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 6 – Procedimentos Para o Encerramento do Exercício Atual e de Abertura do Exercício Seguinte, do SIAFI, foi registrado o total de R\$ 170.474 mil, relativo ao TED, firmados entre a Conab e outros Órgãos, cujos recursos financeiros serão recebidos no exercício subsequente, para pagamentos dos restos a pagar e estão registrados nas contas 8.2.2.2.4.09.01 – restos a pagar autorizado por destaque – inscrição, registrado na unidade Gestora 135100 – Matriz, conforme segue.

- R\$ 114.982 mil, Termo de Execução Descentralizada – TED, recurso a ser repassado pela Unidade Orçamentária e Financeira/COPEC/MF, Tesouro Nacional, referente ao Programa de Garantia e Sustentação de Preços (Produtos Agropecuários -EQGAR e Produtos da Agricultura Familiar – GARAF), para pagamento de subvenção.
- R\$55.467 mil, Termo de Execução Descentralizada – TED, recurso a ser repassado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS, para aquisição de produtos da Agricultura Familiar.
- R\$25 mil, Termo de Execução Descentralizada – TED, recurso a ser repassado pela Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA, para fiscalização do Programa de Subvenção ao PSR.

22.2 Restos a Pagar Autorizado – Inscrição

Por meio do processo automático efetuado pela STN, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 6. – Encerramento do Exercício, do SIAFI, foi registrado o total de R\$ 99.690 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e não Processados, cujos recursos ainda não foram liberados, com a seguinte composição:

- R\$ 56.749 mil: Termo de Execução Descentralizada – TED, recurso a ser repassado pelo MDS, referente aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados no exercício de 2018, decorrentes de despesas e aquisições de produtos da Agricultura Familiar.
- R\$ 42.941 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2019.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela STN, na conta “8.2.2.2.4.01.02 – Restos a Pagar Autorizado – Inscrição na UG 135100.

Nota 23: Restos a Pagar - Repasses e Termos de Execução Descentralizada - TED

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a dezembro/2018, foram recebidos os valores a seguir:

Para o Programa de Garantia de Sustentação de Preços - EQGAR e Programa de Garantia Sustentação de Preços da Agricultura Familiar – GARAF (Termos de Execução Descentralizada – TED), foram recebidos o total de R\$ 30.648 mil, para execução no exercício corrente e R\$ 403.407 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para operacionalização do PAA (TED), foi recebido o total de R\$ 4.853 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para atender Sentenças Judiciais - Cíveis, foi recebido o total de R\$ 29.374 mil.

Para atender o PGP e Mercados de Opções, foram recebidos o total de R\$ 326.143 mil, para execução no exercício R\$ 25.000 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para levantamentos da safra do café, foi recebido o total de R\$ 533 mil.

Para o mapeamento de áreas cultivadas para café e arroz irrigado, foi recebido o total de R\$ 106 mil.

Para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, Extrativismo e Outros, foi recebido o total de R\$ 2.374 mil, para execução no exercício e R\$ 697 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para o PAA, destinado à aquisição da produção de agricultores familiares, com vistas a doação de alimentos adequados e saudáveis a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, com recursos oriundos de Emendas Parlamentares do exercício de 2018, foi recebido o total de R\$ 1.524 mil.

Para o fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações por meio do PAA, foi recebido o total de R\$ 3.498 mil, para execução no exercício corrente.

Para o PAA, assinado com o MDS, Secretaria de Política Agrícola – SPA, foi recebido o total de R\$ 42.158 mil, para execução no exercício e R\$ 45.237 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2018.

Demonstração contábil/ notas explicativas	Endereço para acesso
Balanco Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração do Fluxo de Caixa. Notas Explicativas.	https://www.conab.gov.br/auditorias/demonstracoes-contabeis

8- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

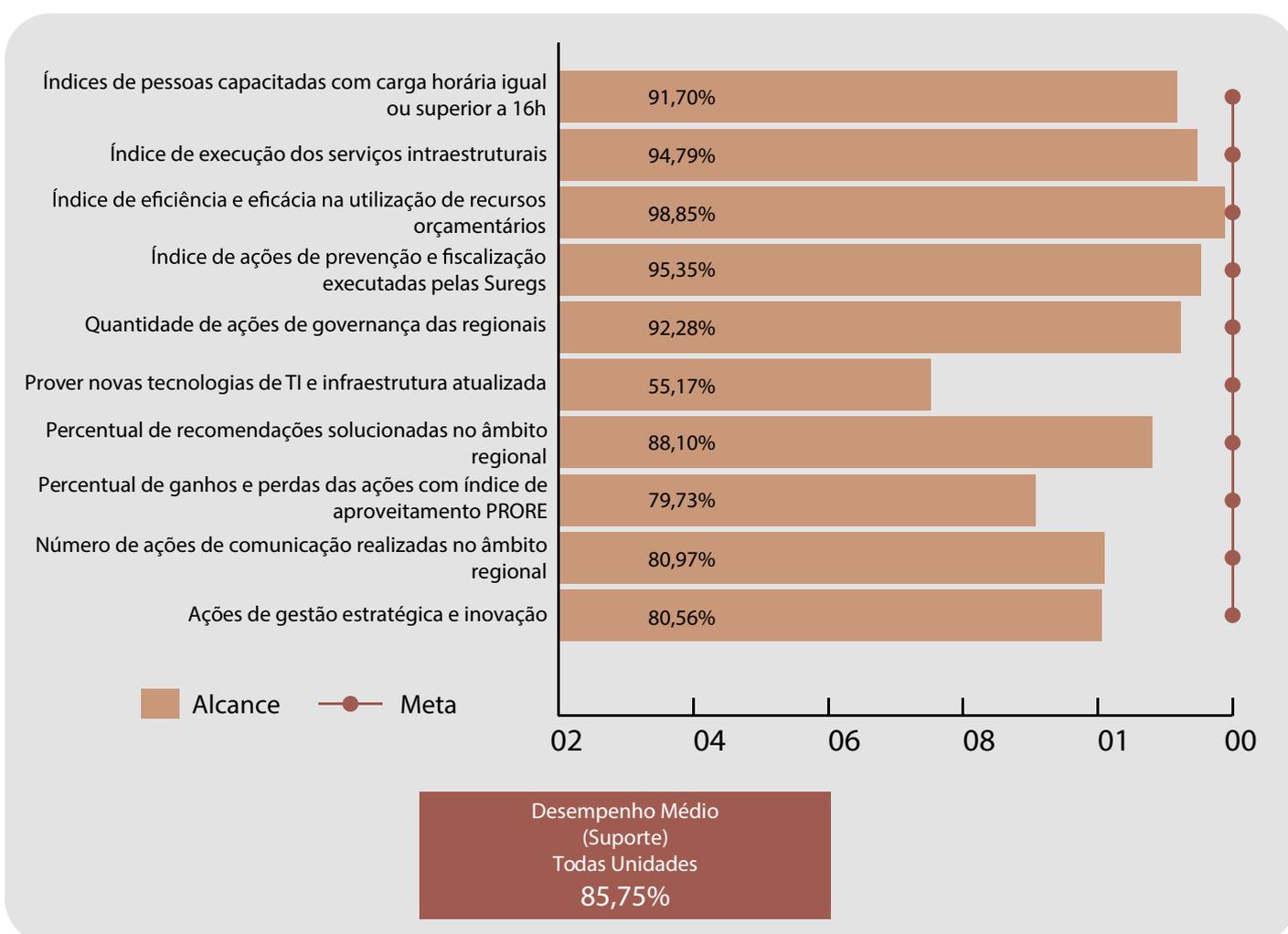
8.1 - Indicadores Monitorados nas Superintendências Regionais

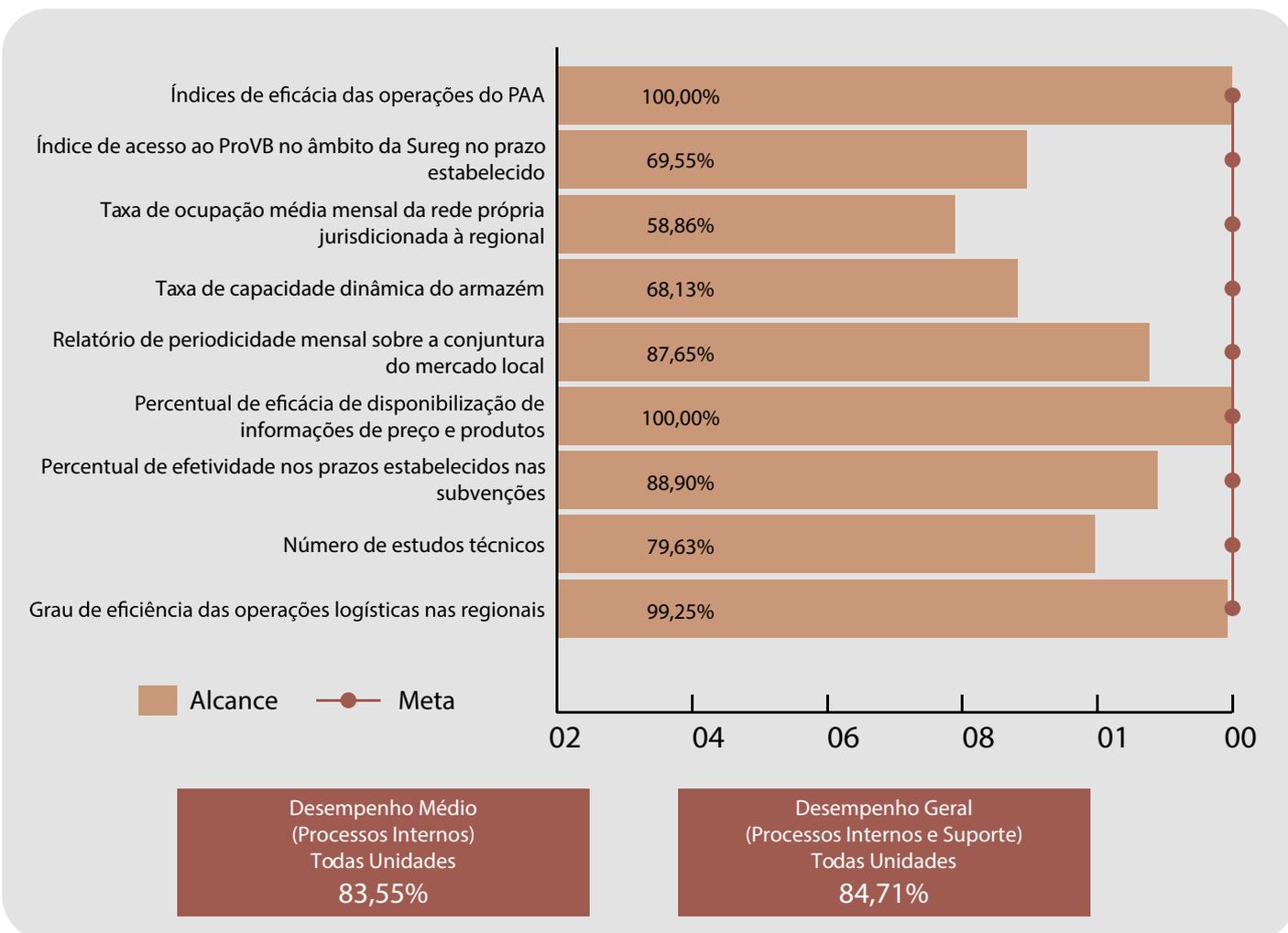
Além dos indicadores estratégicos monitorados no âmbito da Matriz e apresentados no capítulo 5 deste relatório, “Resultados da Gestão”, é relevante destacar a participação das Superintendências Regionais no Planejamento Estratégico da Conab.

Em 2018, dos 22 objetivos estratégicos da Companhia Nacional de Abastecimento, as Superintendências Regionais participaram com 19 indicadores. Na análise das metas comparadas aos resultados alcançados, apurou-se que, dos 19 indicadores, 10 são de suporte e 9 de processos internos. O percentual médio de alcance dos indicadores de suporte foi 85,75%, enquanto os de processos internos foi 83,55%. Dos indicadores estratégicos, 15 (79%) tiveram o alcance médio entre 75 % e 100% e 4 (21%) entre 50% e 75%, conforme quadros a seguir.

Percentual de Desempenho Anual - 2018

Indicadores - Suporte



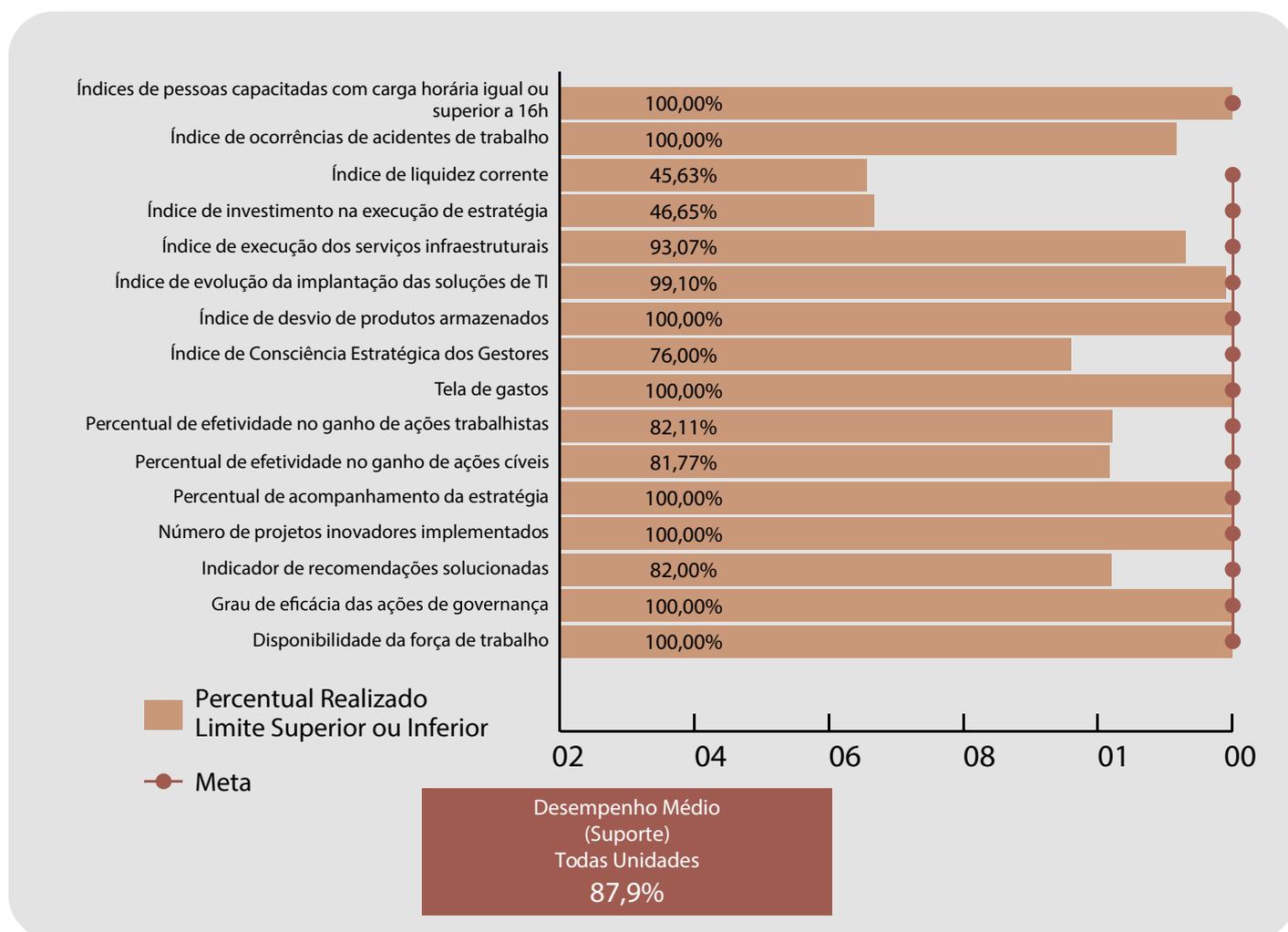


8.2 Indicadores Monitorados na Matriz na Perspectiva Suporte

No âmbito da Matriz, foram monitorados 31 indicadores passíveis de desempenho. Na análise das metas comparadas aos resultados alcançados, apurou-se que 16 (51%) alcançaram as metas, 12 (39%) não alcançaram e 3 (10%) não foram passíveis de mensuração. O detalhamento de todos os indicadores da perspectiva “Processos Internos” foram apresentados no capítulo 5, “Resultados da Gestão”, deste relatório.

Em relação aos indicadores abordados na perspectiva “Suporte”, nem todos foram apresentados no capítulo 6, “Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão”, seguindo a estrutura do relatório que demandou informações das áreas de orçamento e finanças, gestão de pessoas, gestão de licitação e contratos, gestão da tecnologia da informação, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão de custos e sustentabilidade ambiental. Deste modo, outros indicadores monitorados na perspectiva suporte, nas áreas de fiscalização – Sufis (índice de desvios de produtos armazenados) , Planejamento – Suorg (índice de consciência estratégica dos gestores, percentual de acompanhamento da estratégia, número de projetos inovadores apresentados), Auditoria – Audin (Nr de recomendações solucionadas), Procuradoria - Proge (percentual de efetividade no ganho das ações trabalhistas e cíveis), governança corporativa – Sucor (grau de eficácia das ações de governança) e procuradoria – Proge, são contemplados no gráfico a seguir:

Indicadores - Suporte



8.3- Tratamento de determinações e recomendações do TCU

CONTEXTO

Em se tratando de Ofícios, no ano de 2018, 05 ofícios ainda estão sendo monitorados, sendo que 01 Ofício ainda está pendente de providência a ser tomada pelo gestor da Conab, conforme abaixo:

Quadro 1 – Status dos Ofícios

ANO	OFÍCIO	STATUS
2018	Ofício-Circular 01/2018 - MAPA	Aguardando posicionamento da SUOFI
	Ofício 07/2018 - GAB - Secex/RN	Aguardando análise do TCU
	Ofício 0093/2018 - Secex/RO	Aguardando análise do TCU
	Ofício 0239/2018 - SecexAmbiental	Aguardando análise do TCU
	Ofício de Requisição 05-282/2018	Aguardando análise do TCU

Quadro 2 – Descrição sucinta do teor dos Ofícios*

ANO	OFÍCIO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	STATUS
2018	Ofício-Circular 01/2018 - MAPA	Atendimento ao Ofício-Circular nº 486/2017-MP	Matriz	Aguardando posicionamento da SUOFI.
	Ofício 07/2018 - GAB - Secex/RN	Combate à fraude e à corrupção	Sureg/RN	Ofício Conab/RN nº 000059/2018 enviado em 29/01/2018 - Aguardando análise do TCU.
	Ofício 0093/2018 - Secex/RO	Atos e contratos administrativos	Sureg/RO	Ofício/Conab/Sureg-RO nº 226 enviado em 15/03/2018 - Aguardando análise do TCU.
	Ofício 0239/2018 - SecexAmbiental	Monitoramento Acórdão nº 646/2017-TCU-Plenário	Matriz	E-mail contendo resposta enviado em 11/10/2018 - Aguardando análise do TCU.
	Ofício de Requisição 05-282/2018 - Secretaria-Geral de Controle Externo	Políticas Públicas para convivência com o Semiárido	Matriz	Ofício Presi nº 535 enviado em 28/12/2018 - Aguardando análise do TCU.

* Podem existir mais Ofícios que ainda estão sendo monitorados pelo TCU, pois dependemos das Sureg's mandarem para a Audin a cópia dos Ofícios que chegam diretamente lá, e nem sempre isso é feito. Em 30/04/2018, foi enviada às todas as Superintendências Regionais a CIC AUDIN/GEDOP nº 136, reiterando a remessa de cópias dos Ofícios à Audin, para controle.

Com relação aos Acórdãos, no ano de 2018, 03 acórdão ainda estão sendo monitorados pelo Tribunal, nenhum pendente de providências a serem tomadas pelos gestores da Conab, conforme abaixo:

Quadro 3 – Status dos Acórdãos

ANO	ACÓRDÃO	STATUS
2018	Acórdão nº 675/2018 - 2ª Câmara	Aguardando análise do TCU
	Acórdão nº 1832/2018 - Plenário	Aguardando análise do TCU
	Acórdão nº 2129/2018 - Plenário	Aguardando análise do TCU

Quadro 4 – Descrição sucinta do teor dos Acórdãos

ANO	ACÓRDÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	STATUS
2018	Acórdão nº 675/2018 - 2ª Câmara	Prestação de contas 2015	Matriz	Ofício Presi nº 269 enviado em 05/07/2018 - Aguardando análise do TCU
	Acórdão nº 1832/2018 - Plenário	Avaliação do grau de aderência dos portais da internet de organizações públicas federais à legislação de transparência	Matriz	Ofício Presi nº 404 enviado em 25/09/2018 - Aguardando análise do TCU
	Acórdão nº 2129/2018 - Plenário	Pagamento de funções gratificadas a empregados da Conab	Matriz	Protocolado no TCU Embargos de Declaração em 09/10/2018 - Aguardando análise do TCU

Determinações/recomendações/orientações do TCU – 2018

OFÍCIO 05-282/2018-TCU, de 03/12/2018

Requisição

Descrição:

- Trata-se de ofício solicitando informações acerca das ações orçamentárias relacionadas às políticas públicas para convivência com o Semiárido.

Órgão(s) envolvido(s): DIPAI

Determinações/Recomendações/Orientações:

- Apresentar informações até dia 05/01/2019.

Providência(s):

- Em 08/12/2018 foi enviado o Ofício Presi nº 535 em atendimento ao solicitado.
- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

OFÍCIO 0239/2018-TCU/Secex Ambiental , de 26/09/2018

Requisição

Descrição:

- Trata-se de ofício comunicando o início do monitoramento e dando um prazo de 10 (dez) dias úteis para que a Companhia apresente o Plano de Ação atualizado contendo o cronograma para adoção das medidas necessárias ao cumprimento das deliberações do Acórdão 646/2017-TCU-Plenário, assim como documentação comprobatória das ações e etapas concluídas e em andamento.

Órgão(s) envolvido(s): DIPAI

Determinações/Recomendações/Orientações:

- No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento (28/09/2018), apresentar informações e documentos solicitados no ofício em questão.

Providência(s):

ATUALIZAÇÃO 3º TRIMESTRE/2018

- Em 01/10/2018, via DESPACHO GABIN, para DIPAI com cópia para a AUDIN, foi enviado Ofício em questão para a área demandada tomar as devidas providências observando o prazo de atendimento (15/10/2018).

- Foi enviado resposta ao TCU, em 11/10/2018, via email.

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 4º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ACÓRDÃO Nº 2129/2018 - TCU - Plenário

OFÍCIO 4297/2018-TCU/Sefpi, de 20/09/2018

Descrição:

Órgão(s) envolvido(s): PROGE

Determinações/Recomendações/Orientações:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em, 9.1. conhecer da presente representação, porquanto satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, e, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Companhia Nacional de Abastecimento que:

9.2.1. no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, adote providências para anular a incorporação de função dos 356 empregados relacionados à peça 18 dos autos, bem como de outros que porventura se encontrem em situação similar, de forma a excluir a rubrica Siape "82552 Gratificação Incorporada" dos vencimentos dos empregados que a recebem;

9.2.2. no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, verifique o pagamento cumulativo de parcela incorporada e de função comissionada à empregada Ludmila Brandão (CPF 908.841.081-04), providenciando a correção da remuneração da interessada no Siape, de forma a evitar a retribuição cumulativa da função;

9.2.3. garanta o exercício do contraditório e da ampla defesa aos empregados eventualmente atingidos com as determinações contidas nos precedentes subitens 9.2.1 e 9.2.2, previamente à implementação das medidas que lhes afetem diretamente;

9.2.4. abstenha-se de conceder vantagens a seus funcionários sem a prévia autorização do Ministério do Planejamento ou, alternativamente, sem a concordância do Secretário-Executivo do Ministério ou do Diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por delegação de competência, nos termos do que dispõe o art. 1º do Decreto 3.735/2001;

9.2.5. alertar à Conab que observe o disposto no § 2º do Decreto 3.735/2001, o qual condiciona a autorização de qualquer melhoria salarial aos seus funcionários à existência de prévia dotação orçamentária;

9.2.6. no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, comunique aos empregados/interessados atingidos com a presente decisão do seu inteiro teor, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.7. comunique ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias após o cumprimento das determinações anteriores, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos do enunciado da Súmula TCU nº 249, até a ciência da presente decisão pela entidade gestora;

Providência(s):

ATUALIZAÇÃO 3º TRIMESTRE/2018

- Em 01/10/2018, via DESPACHO GABIN, para PROGE, foi enviado Ofício em questão para conhecimento, análise e demais providências.

- PRAZO PARA ATENDIMENTO: 30/10/2018. AGUARDANDO ENVIO DA RESPOSTA PELA PRESI.

ATUALIZAÇÃO 4º TRIMESTRE/2018

- Conforme informação prestada pela Proge, foi protocolado junto ao TCU, em 09/10/2018, Embargos de Declaração sobre o Acórdão n.º 2129/2018-Plenário, e que até o presente momento não foi julgado.

ACÓRDÃO Nº 1832/2018 - TCU - Plenário

OFÍCIO 405/2018-TCU/Sefti , de 30/08/2018

Comunicação

Descrição:

Trata-se de ofício encaminhando o acórdão acima mencionado e concedendo um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta comunicação, para manifestar-se, se assim desejar, sobre a metodologia e o índice específico atingido por essa organização. Solicita especial atenção às determinações, recomendações e prazos constantes nos itens 9.1 e 9.2 do acórdão ora comunicado.

Órgão(s) envolvido(s): SUMAC

Determinações/Recomendações/Orientações:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. determinar às organizações fiscalizadas, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do Regimento interno do TCU que, no prazo de 180 dias, adotem as providências necessárias para:

9.1.1. corrigir as desconformidades identificadas, com base no resultado da avaliação individualizada feita por este Tribunal, constantes dos relatórios específicos elaborados para cada uma das organizações, de forma a publicar em suas páginas de transparência na internet, as informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas conforme os normativos de transparência aplicáveis, em especial aquelas relativas:

9.1.1.1. a licitações e contratos (art. 8º, IV, da Lei 12.527/2011); a receitas e despesas (art. 48-A da LC 101/2000; art. 8º, § 1º, III, da Lei 12.527/2011); à execução orçamentária e financeira (art. 48, II, da LC 101/2000); a remunerações, diárias e passagens (art. 94, II e IV, da Lei 13.242/2015); à prestação de contas, a auditorias e inspeções (art. 48, caput, da LC 101/2000; art. 7º, VII, “b”, da Lei 12.527/2011); a informações institucionais (art. 8º, § 1º, I, da Lei 12.527/2011); e a indicadores de desempenho, metas e resultados; e a programas, ações, projetos e obras (art. 7º, VII, “a”, c/c o art. 8º, § 1º, V, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.2. ao rol de informações classificadas e desclassificadas (art. 30, I e II, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.3. às audiências públicas, às consultas públicas e às ouvidorias (art. 9º, II, da Lei 12.527/2011);

9.1.1.4. ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico, e ao relatório estatístico sobre os pedidos de acesso à informação (art. 9º, I, c/c o art. 10, art. 30, III, da Lei 12.527/2011, e arts. 14 e 15, da Lei 13.460/2017);

9.1.1.5. à gestão das empresas estatais e discriminadas na Resolução – CGPAR 5/2015 e na Lei 13.303/2016, no caso específico das empresas estatais do Poder Executivo Federal fiscalizadas;

9.1.2. adequar seus portais na internet aos requisitos de transparência especificados no art. 8º, § 3º, I, II e III, da Lei 12.527/2011, segundo avaliação individualizada feita por este Tribunal, constantes dos relatórios específicos elaborados para cada uma das organizações, de forma a: fornecer efetiva ferramenta de pesquisa que retorne resultados compatíveis com os parâmetros informados; publicar, em formato aberto, os relatórios já disponibilizados em outros formatos; e evitar o uso de mecanismos que limitem o acesso automatizado às informações públicas contidas nas seções de transparência dos portais;

9.1.3. desenvolver suas respectivas páginas de transparência em aderência aos requisitos estabelecidos pelo Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), de forma a apoiar o cumprimento do art. 8º, § 3º, VIII, da Lei 12.527/2011 e do art. 63, caput, da Lei 13.146/2015.

9.2. recomendar às organizações fiscalizadas, com fulcro no art. 43, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.2.1. adotem providências para elaborar e publicar em suas respectivas páginas de transparência na internet a “Carta de Serviços ao Usuário”, nos termos do art. 7º, caput e §1º a 5º, da Lei 13.460/2017, e para realizar avaliação dos serviços públicos prestados e divulgar os resultados das avaliações, conforme o art. 23, da Lei 13.460/2017, tendo em visto a iminência da entrada em vigor da referida Lei;

9.2.2. observem as orientações contidas na Seção B.III, item 3 – Participação Social, do “Guia para publicação proativa de informações nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal” ao divulgarem, nas suas respectivas páginas de transparência na internet, as informações relativas aos mecanismos de participação popular previstos no art. 9º, II, da Lei 12.527/2011;

Providência(s):

ATUALIZAÇÃO 3º TRIMESTRE/2018

- Em 14/09/2018, via DESPACHO AUDIN, para SUMAC, foi enviado Ofício em questão para tomar as devidas providências observando o prazo de atendimento.

- Em 25/09/2018, foi enviado ao TCU o Ofício PRESI nº 404, de 25/09/2018 encaminhando Nota Técnica CONAB/SUMAC nº 6/2018, contendo explicações complementares sobre o assunto.

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 4º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ACÓRDÃO Nº 675/2018 - TCU - 2ª CÂMARA

DOU - Seção 1 - Página: 10-11-195, de 09/03/2018

Descrição:

Trata-se da prestação de contas de 2015.

Órgão(s) envolvido(s): CPL, SUPAD, SUCOR**Determinações/Recomendações/Orientações:**

- 1.7.1. Determinar, com fundamento no art. 18, da Lei 8.443/1992 c/c art. 208, § 2º, do Regimento Interno, à Companhia Nacional de Abastecimento que elabore e apresente ao Tribunal, no prazo de 120 dias, plano de ação com vistas ao efetivo gerenciamento dos riscos inerentes aos processos de licitação e gestão contratual, de modo a reduzir falhas procedimentais, como as relativas à insuficiência de levantamento de necessidades e de planejamento de compras e contratações, bem como de não vinculação do valor do contrato com os preços da proposta vencedora, relatadas no presente processo, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para a sua implementação.

Providência(s):

ATUALIZAÇÃO 1º TRIMESTRE/2018

- Em 09/03/2018, via CI AUDIN/GEDOP nº 098/2018, foi enviado para as áreas envolvidas o acórdão em questão, alertando para o prazo de atendimento de 120 dias.

- Em 28/03/2018, via despacho, o GABIN enviou o documento para a SUCOR, com cópia para a AUDIN o referido documento, alertando para o prazo de 120 dias, que a contar da data de recebimento de 28/03/2018, findará no dia 26/07/2018.

ATUALIZAÇÃO 2º TRIMESTRE/2018

- Em 05/07/2018, foi enviado o OFÍCIO PRESI nº 269 em atendimento à demanda contida no Acórdão em questão;

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 3º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 4º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

OFÍCIO 0093/2018-TCU/SECEX-RO, de 02/02/2018 - meio eletrônico

O
Diligência**Descrição:**

Trata-se de ofício solicitando, no prazo de 15 dias, esclarecimentos acerca de alguns questionamentos, com vistas a controlar permanentemente os atos e contratos administrativos das unidades jurisdicionadas.

Órgão(s) envolvido(s): SUREG/RO**Determinações/Recomendações/Orientações:**

a) Funcionamento da política de substituição temporária de dirigentes da Conab/RO...;

b) pagamento de despesas em montante superior a R\$ 300.000,00 nos oito primeiros meses do ano de 2017 com serviço de movimentação de carga...;

c) permanência de dois empregados da empresa contratada nos armazéns quando não há nenhum produto armazenado, resultando no pagamento de diárias que ao final do mês somam mais de oito mil reais à empresa contratada;

d) segundo informações preliminares obtidas através de denúncia, embora o contrato tenha um valor elevado (em torno de R\$ 500 mil reais), a empresa contratada nunca desenvolveu atividade de braçagem;

e) apesar de o contrato prever a prestação de mais de quarenta tipos de serviço, as notas fiscais emitidas pela empresa TM Telles indicam a prestação de serviço de diária, conforme informações preliminares obtidas através de denúncia;

f) prática de riscos à saúde pública, considerando que, segundo informações preliminares obtidas, o armazém da Conab/RO em Porto Velho realiza a secagem de produtos em suas instalações, procedimento que emprega produtos químicos nocivos à saúde, não havendo nenhum mecanismo que impeça a disseminação do produto pelo ar, por se tratar de armazém localizado em área urbana;

g) pagamento em duplicidade de valores a uma transportadora em mais de R\$ 25.000,00, sem a abertura de processo de procedimento investigatório para apurar as irregularidades;

h) contratação emergencial de empresa de empresa de vigilância após o término da vigência do contrato interior com a mesma empresa.

Providência(s):

ATUALIZAÇÃO 1º TRIMESTRE/2018

- Em 15/03/2018, foi enviado o OFÍCIO/CONAB/SUREG-RO Nº 226 à SECEX-RO em resposta ao questionamentos acima elencados.

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 2º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 3º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 4º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

OFÍCIO 07/2018-GAB-TCU/Secex-RN, de 12/01/2018 - meio eletrônico

Diligência

Descrição:

Trata-se de ofício solicitando informações para subsidiar a realização de uma ação de produção de conhecimento, tendo como público-alvo os órgãos federais localizados no estado, com o objetivo de verificar a aplicação de boas práticas ou oportunidades de melhoria em ações de combate à fraude e à corrupção relacionadas ao poder de compra e poder de regulação das organizações.

Órgão(s) envolvido(s): SUREG/RN

Determinações/Recomendações/Orientações:

- No prazo de 20 dias a contar do recebimento (17/01/2018), apresentar informações e documentos solicitados no ofício em questão.

Providência(s):

ATUALIZAÇÃO 1º TRIMESTRE/2018

- Informações repassadas ao TCU, via Ofício Conab/RN nº 000059/2018, de 29 de janeiro de 2018.

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 2º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 3º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

ATUALIZAÇÃO 4º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO ANÁLISE DO TCU.

OFÍCIO-CIRCULAR nº 01/2018/MAPA, de 03/01/2018

ACÓRDÃO nº 2208/2017 - Plenário

TC 021.267/2017-0

Descrição:

Trata-se de ofício circular do MAPA encaminhando para conhecimento e adoção de providências necessárias, o Ofício-Circular nº 486/2017-MP, por meio do qual a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais informa das recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU, conforme Acórdão em epígrafe, proferido em sessão plenária realizada no dia 04/10/2017, no âmbito do Processo TC nº 021.267/2017-0.

Órgão(s) envolvido(s): SUORG

Determinações/Recomendações/Orientações:

9.3.recomendar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que requeira às empresas estatais federais deficitárias as ações corretivas adequadas e revisão de seus planos de negócios, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário das empresas estatais, considerando que a estimativa da meta fiscal de resultado primário deficitário das empresas estatais federais do exercício de 2017 de R\$ 3,24 bilhões se situa acima da meta de R\$ 3 bilhões estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017, com fundamento no preceito inserto no art. 41, incisos I e II, da Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovada pelo Decreto 9.035/2017;

Providência(s):

ATUALIZAÇÃO 1º TRIMESTRE/2018

- Em 04/01/2018, via despacho, a PRESI/GABIN encaminhou à SUORG, com cópia para a AUDIN, o ofício mencionado para ciência e providências. (no mesmo dia a SUORG encaminhou à SUOFI, devido assunto da recomendação não ser afeta a sua área)

- AGUARDANDO POSICIONAMENTO DA SUOFI

ATUALIZAÇÃO 2º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO POSICIONAMENTO DA SUOFI

ATUALIZAÇÃO 3º TRIMESTRE/2018

- Em 02/10/2018, via contato telefônico e via email, foi reiterada a importância de enviar resposta ao MAPA em atendimento ao ofício em questão.

- AGUARDANDO POSICIONAMENTO DA SUOFI

ATUALIZAÇÃO 4º TRIMESTRE/2018

- AGUARDANDO POSICIONAMENTO DA SUOFI.

9- APÊNDICES

Apêndice 1 – Indicadores de desempenho Conab

Matriz

Indicadores e Objetivos Estratégicos Conab

Sociedade		
Nº	Objetivo	Indicador
1	Aumentar a participação como núcleo de inteligência agropecuária.	Informações disponibilizadas voltadas à inteligência agropecuária.
2	Ampliar e aperfeiçoar a participação na formulação, execução e avaliação de Políticas Públicas.	Índice de participações em formulação execução e avaliação de Políticas Públicas.
3	Aperfeiçoar e desenvolver tecnologias para otimizar a participação no planejamento e execução de ações voltadas ao abastecimento e regulação de mercado.	Índice de eficiência operacional.

Fonte: Plano de Negócios Conab 2018

Processos Internos		
Nº	Objetivo	Indicador
1	Consolidar e desenvolver conhecimentos sobre produção, abastecimento e segurança alimentar e nutricional.	Número de apresentações em congressos, seminários e eventos externos.
2	Sistematizar, divulgar e facilitar o acesso às informações agropecuárias geradas pela Companhia.	Número de visualizações de páginas no portal institucional da Conab.
3	Prover inteligência para agropecuária de forma a apoiar o desenvolvimento do setor rural.	Número de publicações voltadas ao negócio da Companhia.
4	Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais.	Número de atividades de capacitação das Superintendências Regionais nas ações da agricultura familiar.
5	Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais.	Índice de execução dos programas voltados à Agricultura Familiar.
6	Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Públicas.	Índice de capacitação das Suregs por Programa.
7	Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais.	Índice de execução dos programas voltados para Políticas Sociais.

continua

8	Fortalecer a execução das Políticas Públicas de apoio à comercialização e à sustentação de renda no âmbito regional e nacional.	Índice de acesso ao Programa de Vendas em Balcão.
9	Desenvolver propostas, estudos e análises para a formulação de políticas públicas.	Número de propostas de novas políticas públicas apresentadas.
10	Fortalecer a execução das políticas públicas de apoio à comercialização e à sustentação de renda no âmbito regional e nacional.	Índice de execução dos programas voltados à comercialização e a sustentação de renda.
11	Desenvolver estudos e análises para subsidiar a regulação de mercado e a formulação das políticas de abastecimento.	Índice de ampliação do número de conjunturas realizadas.
12	Otimizar a utilização da rede armazenadora para garantir a execução dos instrumentos de políticas agropecuária.	Taxa de Revisão da Capacidade Estática de Armazenagem.
13	Otimizar o uso dos modais de transportes adotados pela Conab.	Índice de operações logísticas de transporte de produtos.

Fonte: Plano de Negócios Conab 2018

Suporte		
Nº	Objetivo	Indicador
1	Aperfeiçoar e integrar os instrumentos de Gestão Estratégica.	Índice de Consciência Estratégica dos Gestores.
2	Fomentar a pesquisa e a inovação para desenvolvimento empresarial, com ênfase na sustentabilidade.	Número de projetos inovadores implementados.
3	Aperfeiçoar e integrar os instrumentos de Gestão Estratégica.	Percentual de acompanhamento da estratégia.
4	Aperfeiçoar os serviços infraestruturais de apoio à Companhia.	Índice de execução dos serviços infraestruturais.
5	Aperfeiçoar os mecanismos de gestão de pessoas, relações de trabalho, retenção de conhecimento e clima organizacional.	Clima organizacional (índice de satisfação do funcionário com a organização).
6	Aperfeiçoar os mecanismos de gestão de pessoas, relações de trabalho, retenção de conhecimento e clima organizacional.	Disponibilidade da força de trabalho.
7	Aperfeiçoar os mecanismos de gestão de pessoas, relações de trabalho, retenção de conhecimento e clima organizacional.	Índice de ocorrências de acidentes de trabalho.
8	Aperfeiçoar os mecanismos de gestão de pessoas, relações de trabalho, retenção de conhecimento e clima organizacional.	Índice de pessoas capacitadas em relação ao quantitativo do quadro de pessoal, em treinamento com carga horária igual ou superior de 16h/ano.
9	Fortalecer a imagem da Companhia no exercício do seu papel institucional.	Índice de percepção acerca da Conab.
10	Aperfeiçoar os mecanismos de apoio jurídico e de correição da Companhia.	Percentual de efetividade no ganho de ações cíveis
11	Aperfeiçoar os mecanismos de apoio jurídico e de correição da Companhia.	Percentual de efetividade no ganho de ações trabalhistas.

continua

12	Aperfeiçoar os instrumentos de gestão orçamentária, financeira e contábil.	Índice de liquidez corrente
13	Aperfeiçoar os instrumentos de gestão orçamentária, financeira e contábil.	Teto de gastos.
14	Aperfeiçoar os instrumentos de gestão orçamentária, financeira e contábil.	Índice de investimento na execução da estratégia.
15	Prover novas soluções de TI e infraestrutura atualizada, com vistas a otimização dos processos organizacionais.	Índice de evolução da implantação das soluções de TI.
16	Fortalecer os instrumentos de Governança corporativa.	Grau de eficácia das ações de governança.
17	Fortalecer os instrumentos de Governança corporativa.	Indicador de recomendações solucionadas.
18	Aperfeiçoar os instrumentos de fiscalização das operações.	Índice de desvio de produtos armazenados.

Fonte: Plano de Negócios Conab 2018

Índices Estratégicos Regionais

Indicadores e Objetivos Estratégicos Conab

Suporte		
Nº	Objetivo	Indicador
1	Aperfeiçoar os serviços infraestruturais de apoio à Companhia.	Índice de execução dos serviços infraestruturais.
2	Aperfeiçoar os mecanismos de gestão de pessoas, relações de trabalho, qualidade de vida, retenção de conhecimento e clima organizacional.	Índice de pessoas capacitadas em relação ao quantitativo do quadro de pessoal de cada Superintendência Regional em treinamentos com carga horária igual ou superior a 16h/a.
3	Fortalecer a imagem da Companhia no exercício do seu papel institucional.	Número de ações de comunicação realizadas no âmbito regional.
4	Aperfeiçoar os mecanismos de apoio Jurídico e de correição da Companhia.	Percentual de ganhos e perdas das ações com a aferição do índice de aproveitamento da Procuradoria Regional.
5	Aperfeiçoar os instrumentos de gestão orçamentária, financeira e contábil.	Índice de eficiência e eficácia na utilização de recursos orçamentários descentralizados (despesas discricionárias).
6	Fortalecer os instrumentos de Governança Corporativa (SUCOR).	Quantidade de ações de governanças das regionais.
7	Fortalecer os instrumentos de Governança Corporativa (AUDIN).	Percentual de recomendações solucionadas no âmbito Regional.
8	Prover novas tecnologias de TI e infraestrutura atualizada, com vistas à otimização dos processos organizacionais.	Prover novas tecnologias de TI e infraestrutura atualizada, com vistas à otimização dos processos organizacionais.
9	Aperfeiçoar os instrumentos de fiscalização das operações.	Índice de ações de prevenção de irregularidades / inconformidades identificadas pela fiscalização e executadas pelas Sureg's.
10	Aperfeiçoar e integrar os instrumentos de Gestão Estratégica e Fomentar a pesquisa e a inovação para desenvolvimento empresarial, com ênfase na sustentabilidade.	Ações de gestão estratégica e inovação.

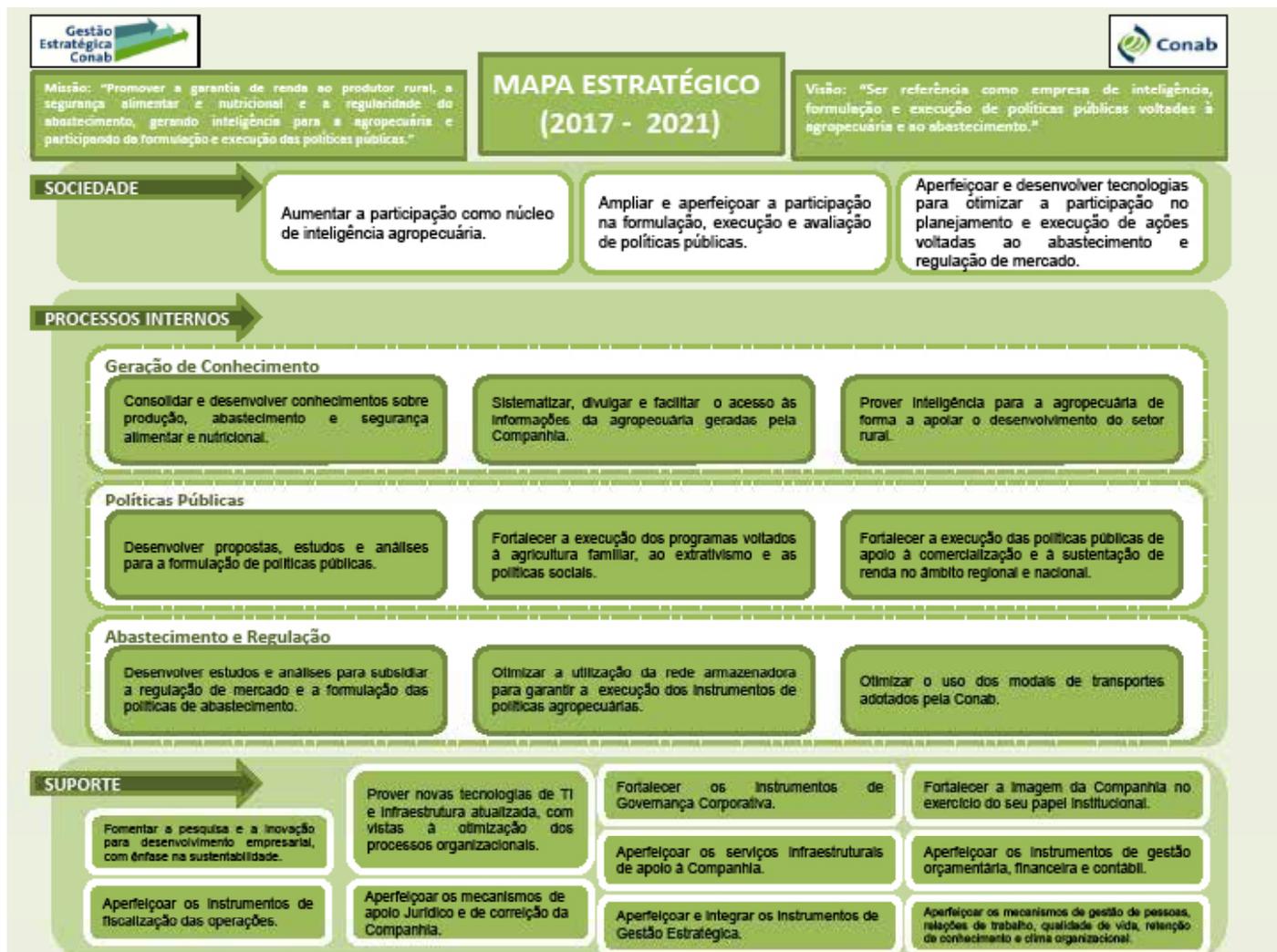
Fonte: Plano de Negócios Conab 2018

Processos Internos		
Nº	Objetivo	Indicador
1	Consolidar e desenvolver conhecimentos sobre produção, abastecimento e segurança alimentar e nutricional e sistematizar, divulgar e facilitar o acesso às informações agropecuárias geradas pela Companhia.	Relatório de periodicidade mensal sobre a conjuntura do mercado local.
2	Desenvolver estudos e análises para subsidiar a regulação de mercado e a formulação das políticas de abastecimento.	Percentual de eficácia na disponibilização de informações sobre preços e produtos no Estado.
3	Otimizar a utilização da rede armazenadora para garantir a execução dos instrumentos de políticas agropecuárias (SUARM I).	Taxa de ocupação média mensal da rede própria jurisdicionada à regional.
4	Otimizar a utilização da rede armazenadora para garantir a execução dos instrumentos de políticas agropecuárias (SUARM II).	Taxa de capacidade dinâmica do armazém.
5	Otimizar o uso dos modais de transportes adotados pela Conab.	Grau de eficiência das operações logísticas nas regionais.
6	Fortalecer a execução das políticas públicas de apoio à comercialização e à sustentação de renda no âmbito regional e nacional.	Percentual de efetividade na verificação e análises de comprovação realizadas por aviso nos prazos estabelecidos nas operações de subvenção da Suope.
7	Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais (SUPAF).	Índice de eficácia das operações do PAA.
8	Prover inteligência agropecuária de forma a apoiar o desenvolvimento do setor rural.	Número de estudos técnicos.
9	Fortalecer a execução dos programas voltados à Agricultura Familiar, ao Extrativismo e às Políticas Sociais (SUPAB).	Índice de acesso ao PROV B no âmbito da SUREG dentro do prazo estabelecido nas operações.

Fonte: Plano de Negócios Conab 2018

Apêndice 2- Alinhamento dos Objetivos Estratégicos da Conab ao Plano Plurianual (PAA)

Mapa estratégico 2017-2021- Conab: Alinhamento dos objetivos estratégicos ao PAA



Programa 2077 - Agropecuária Sustentável

Objetivo 1051:

Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias.

Meta 04BD:

Ampliar em 700.000 toneladas a capacidade estática de armazenagem da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Iniciativa 05CC.

Construção de 10 novos armazéns (Santa Catarina, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão, Bahia, Rondônia e Goiás), além da ampliação, reforma, recuperação e manutenção da rede armazenadora atual da Conab.

Iniciativa 05CD.

Identificação e mitigação das perdas qualitativas e quantitativas na pós colheita de grãos de milho, soja, trigo, arroz, café e feijão e no transporte de grãos de milho, soja, trigo e arroz.

Iniciativa 05CW.

Desenvolvimento de sistema de monitoramento de produtividade e estimativa da área de produção, com o uso de métodos agrometeorológicos, espectrais e subjetivos, modelos estatísticos e acompanhamento dos pacotes tecnológicos na produção agrícola.

Iniciativa 05CX.

Realização de análise estrutural e conjuntural da produção agrícola sob a ótica dos custos de produção, subsidiando a tomada de decisão para investimentos na agricultura brasileira.

Iniciativa 05CY.

Mapeamento da cadeia de formação de preços de produtos da cesta básica, desde o produtor até o varejo, sob a perspectiva de consumo.

Iniciativa 05CZ.

Formação e manutenção de estoque estratégico e regulador mediante a aquisição de produtos agrícolas, visando garantir o abastecimento, a segurança alimentar e nutricional e a regulação de preços de mercado, por meio da PGPM e outros instrumentos de política agrícola.

Iniciativa 05Do.

Realização de estudos para avaliação dos instrumentos de políticas públicas para a agropecuária, que possam subsidiar a criação de novos instrumentos e aprimoramento dos já existentes (PEP, PEPRO, VEP), inclusive por meio de parcerias institucionais (SPA).

Iniciativa 05D1.

Ampliação das opções de comercialização e abastecimento para os pequenos e médios produtores rurais.

Iniciativa 05D2.

Adequação da estrutura e refinamento das metodologias de fiscalização, controle dos estoques públicos e mecanismos de prevenção de riscos das atividades que envolvam os instrumentos de políticas públicas voltados à agropecuária.

Iniciativa 06HP.

Construção do observatório agrícola por meio da estruturação dos modelos e indicadores da agropecuária e do abastecimento, das estratégias de aprimoramento de métodos para coleta tratamento e divulgação das informações e do conhecimento, com o uso intensivo de modernas ferramentas de tecnologias da informação.

Iniciativa 06I7.

Instrumentalização e qualificação dos sistemas de informações das centrais de abastecimento e equipamentos hortigranjeiros que fornecem dados para a mensuração do volume, origem, preços e formatos de produtos comercializados pelas cadeias produtivas de frutas e hortaliças do país.

Programa 2069 – Segurança alimentar e nutricional (MDS)**Objetivo 0380:**

Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.

A Conab possui Ações Orçamentárias que viabilizam a realização dos objetivos finalísticos da Companhia, conforme os Programas, Ações e Planos Orçamentários abaixo relacionados:

Programa 2077 - Agropecuária Sustentável - CONAB

- Ação 20Y7 - Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar

- PO.0001 - Recuperação e Modernização de Unidades Armazenadoras não Atendidas pelo Contrato com o Banco do Brasil

- PO.0002 - Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós colheita

- PO.0003 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- PO.0004 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- PO.0005 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- Ação 2130 - Formação de Estoques Públicos – AGF

- Ação 2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Programa 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar - CONAB

- Ação 20GI - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF

Apêndice 3 – Outros desafios e ações futuras da área de Tecnologia da Informação

Solução de TI	Descrição
Desenvolvimento do SIMASA-Cana-de-Açúcar	Sistema de Monitoramento e Avaliação de Safras, módulo cana-de-açúcar
Desenvolvimento do Novo SISCOB	Sistema de Cobrança e Impedimentos dos agentes que operam com a Conab
Desenvolvimento do SIFISC-PG-PEP	Sistema de Fiscalização de Programas Governamentais, módulo Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP)
Desenvolvimento do Novo Portal Intranet	Novo sítio interno da Conab para comunicação institucional
Implantação do SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica. Solução de suporte aos programas finalísticos na realização de leilões on-line, de forma ágil e transparente, trazendo novo modelo de negócio em consonância com as recomendações dos órgãos de controle
Implantação do SIGEST	Sistema de controle, administração e gestão dos estoques públicos da CONAB, onde é tratada a execução operacional, em âmbito nacional, gerando informações fiscais, operacionais e contábeis
Implantação do SIFISC-PG-VB	Sistema de Fiscalização de Programas Governamentais, módulo Vendas em Balcão (VB)
Implantação do Ágatha	Sistema disponibilizado pelo Portal do Software Público para monitoramento dos riscos institucionais e apoio a tomada de decisões do gestor público
Implantação do SIGEDE nas Suregs	Sistema utilizado para a gestão de demandas.
Implantação do Projeto Piloto do Samba4	Sistema para Unix utilizado para o gerenciamento e compartilhamento de arquivos em uma rede Microsoft
Implantação do Novo ConabApps	Suíte de aplicativos integradas que apoiam as atividades laborais dos empregados da Conab
Implantação do Servidor de Impressão	Serviço de gestão, monitoramento e configuração com o foco na eficiência na utilização das impressoras na Conab



Brasília, 08 de maio de 2019.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e possui um forte compromisso com a integridade, o que direciona a empresa pública na busca das melhores práticas de ética e transparência, bem como no atendimento às exigências legais.

Nesse contexto, a Conab emvidou esforços para assegurar a integridade do Relatório de Gestão de 2018 na forma de relatório integrado conforme anexo único da Portaria TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018, aplicando o pensamento coletivo na preparação e apresentação do relatório integrado.

Assim, foram realizadas reuniões entre técnicos de diversos setores da Companhia para a elaboração de um Relatório de Gestão que ofereça uma ampla visão das estratégias adotadas pela empresa para que os seus objetivos sejam alcançados.

A construção coletiva do documento em tela permitiu o desenvolvimento de um texto conciso e objetivo, que priorizou a utilização de uma linguagem simples e clara, para facilitar a leitura e compreensão dos temas apresentados.

Deve-se ressaltar a participação decisiva da alta direção na condução dos trabalhos das equipes técnicas que atuaram no desenvolvimento deste relato acerca do exercício de 2018, o que garante a confiabilidade e completude das informações disponibilizadas pela Companhia à sociedade brasileira.

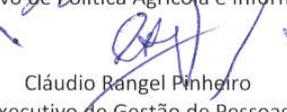
Conclui-se, portanto, que a apresentação do presente Relatório de Gestão de 2018 seguiu os padrões de relato integrado.



Newton Araújo Silva Júnior
Diretor-Presidente



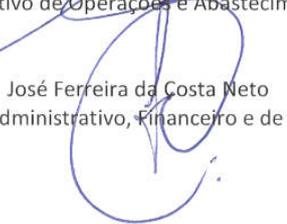
Guilherme Sória Bastos Filho
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações (Dipai)



Cláudio Rangel Pinheiro
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas (Digepe)



Bruno Scalon Cordeiro
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento (Dirab)



José Ferreira da Costa Neto
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização (Diafi)

REFERÊNCIAS

Decisão Normativa TCU 170, de 19 de setembro de 2018

Portaria TCU 369, de 17 de dezembro de 2018

Cartilha Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado

Estrutura Internacional para Relato Integrado - IIRC

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Superintendente de Estratégia e Organização (Suorg)

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

<http://www.conab.gov.br> / suorg@conab.gov.br



Conab

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA,
PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO

GOVERNO
FEDERAL